

Territórios Fronteiras



V. 4, N. 2, jul./dez. 2003

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Reitor

Paulo Speller

Vice-Reitor

José Eduardo Aguiar S. do Nascimento

Pró-Reitora de Programas de Pós-Graduação

Marinêz Isaac Marques

Pró-Reitor de Pesquisa

Paulo Teixeira de Sousa Júnior

Diretora do ICHS

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa

Chefe do Departamento de História

Tereza Marta Presotti Guimarães

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História

Maria Adenir Peraro

Comissão Editorial

João Carlos Barrozo

Maria Adenir Peraro

Luíza Rios Ricci Volpato

Secretaria Executiva

Matildes Dias Koike

Conselho Consultivo

Artur César Isaia – UFSC

Carlos Alberto Rosa – UFMT

Fernando A. Novais – UNICAMP

Hilda Pivaro Standniky – UEM

Ivan Aparecido Manuel – UNESP

Janaina Amado – UnB

Otávio Canavarros – UFMT

Kátia Abud – USP

Margarida de Souza Neves – PUC/Rio

Antônio Torres Montenegro – UFPE

Nanci Leonzo – UFMS

Paulo Miceli – UNICAMP

Regina Beatriz Guimarães Neto – UFMT

ISSN 1519-4183

Territórios Fronteiras

V. 4, N. 2, jul./dez. 2003

REVISTA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



UFMT

© *Copyright* by Programa de Pós-graduação em História da UFMT, 2003.

Reservados todos os direitos.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 4 n.
2 jul-dez/2003 – Cuiabá-MT.

Semestral
158 p.

ISSN 1519-4183

Projeto Gráfico, Capa e Editoração Eletrônica
Carlini & Caniato

Revisão Ortográfica
Aquilino Lazzarotto (português)

Programa de Pós-Graduação em História – ICHS
Universidade Federal de Mato Grosso
Avenida Fernando Corrêa da Costa, s/n – Campus Universitário
Coxipó da Ponte – CEP: 78060.900 – Cuiabá – MT
Telefax: (65) 615 8493
e-mail: pghist@cpd.ufmt.br

Sumário

Apresentação 7

ARTIGOS

A cidade entre o Antigo e o Moderno: categorias de análise na construção do conceito de “polis” na obra de Moses I. Finley
Robson Felipe Viegas da Silva 11

Refundação urbana e fronteiras de guerra: a rede urbana colonial na América Espanhola e Portuguesa no século XVIII
Betina Schürmann 41

Repovoamento e reurbanização: as relações entre o Diretório dos Índios Grão-Pará e Maranhão e o direito indiano
Maria Helena Ochi Flexor 57

História Urbana
Antônio de Pádua Bosi 79

Cidades no sertão:
centros de trabalho e resistência fabril.
A história de Campanário e Guaira
Isabel Cristina Martins Guillen 101

Arte identitária
Suzana Guimarães 121

Onde antes era uma velha casa – Considerações sobre a conservação do Centro Histórico de Cuiabá/MT
Márcia Bomfim de Arruda 139

‘The painted jaguar skins of the Bororo’
Gordon Brotherston 149

Apresentação

A Comissão Editorial

A cidade entre o Antigo e o Moderno: categorias de análise na construção do conceito de “polis” na obra de Moses I. Finley*

Robson Felipe Viegas da Silva**

Resumo

Este artigo teve como objeto os livros *Os gregos antigos*, *A economia antiga*, *El legado de Grecia: una nueva valoración* e *A política no mundo antigo*, de Moses I. Finley, historiador norte-americano radicado na Inglaterra desde 1954 e falecido em 1986. O objetivo central é apresentar algumas das categorias analíticas utilizadas pelo autor na construção de um conceito de *polis*. Os resultados demonstram que Finley entende as categorias enquanto construções históricas que devem ser tomadas como objetos específicos, relacionadas com as evidências que o historiador possui.

Palavras-chave:

historiografia – História Antiga –
Grécia clássica – *polis*

Abstract

This article has as object to analysis the Moses I. Finley's books *The ancient Greeks*, *The ancient economy*, *The legacy of Greece: a new appraisal* and *Politics in the ancient World*, a north american historian rooted in England since 1954 and dead at 1986. The central objective is introduce some of the analytic categories used by the author for the construction of a *polis* concept. The results show here is how Finley understands the categories as historical constructions that should be taken while specific objects, concerning to the evidences that the historian possesses.

Keywords:

historiography – Ancient history –
Classic Greece – *polis*

* Este artigo é uma versão reduzida do terceiro capítulo da dissertação de mestrado: SILVA, R. F. V. *Categorias de análise na construção do conceito de “polis”*: uma leitura de Moses I. Finley. Assis-SP, 1999. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Naquele trabalho procurou-se, também, demonstrar a especificidade de sua abordagem do passado e acentuar em que medida sua trajetória enquanto historiador influenciou na construção deste conceito de *polis*.

** Mestre em História, Coordenador de Ensino de Graduação e professor de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

*Quando Moses Finley veio para a Inglaterra oriundo da Rutgers University, em 1954 (...) ele já havia publicado seu *Studies in Land and Credit in Ancient Athens* (1952) e estava próxima a publicação de seu *Mundo de Ulisses* (1954). Tomados em conjunto, estes dois livros mostraram como ele era o melhor historiador social da Grécia vivo e o mais preparado para enfrentar os problemas metodológicos que a *História Social* implica.¹*

O tempo e Moses I. Finley

O período de 1919-1925 foi marcado pelo triunfo da democracia enquanto regime político na Europa. A perspectiva que se tinha era a da construção de uma sociedade mais humana e justa. Entretanto, a destruição causada pela guerra, o aumento exponencial da dívida interna e externa dos países que dela participaram e o aumento da inflação, acabaram por abrir espaço para perturbações sociais que assolaram toda a Europa e tiveram seu reflexo no resto do mundo.

Assim, a democracia que emergiu vitoriosa dos escombros da guerra parecia inadaptada aos novos tempos, principalmente nos novos Estados formados pelos acordos firmados no final do conflito. De outro lado, nas velhas democracias, dada a gravidade da conjuntura econômica e social, a aliança democracia-liberalismo tornou-se ultrapassada na medida em que não conseguia apresentar soluções para os problemas.

Por estas razões é que a crise econômico-financeira iniciada em 1929 fez com que os europeus perdessem a confiança nas instituições democráticas identificadas com o capitalismo. Esse fracasso da democracia abriu espaço para a ascensão de movimentos autoritários que, suplantando a idéia do indivíduo, se firmaram na elevação do coletivo identificado com o Estado.

Na Europa, uma gama de ódios coletivos e étnicos foi potencializada pela Primeira Guerra e sobreviveu a seu desfecho. Assim, os anos 20 foram marcados por um refluxo conservador com manifestações de intolerância, fanatismo e chauvinismo entre todas as classes e setores, fenômeno que também atingiu os Estados Unidos da América.

Manifestou-se um pavor dos “vermelhos” entre os americanos. Intensificou-se também o anti-semitismo. Organizaram-se campanhas contra os católicos, e a legislação, em 1921 e 1924, praticamente fechou as portas do país à imigração.

A Ku-Klux-Klan (K.K.K.), cuja ação no século XIX foi incrementar o

¹ Momigliano, A. *The Greeks and Us. The New York Review of Books*, New York, 16 out. 1975, p. 36.

racismo contra os negros, renasceu em 1915 incorporando a seu programa o anti-semitismo e o anticatolicismo. Em 1925 a K.K.K. não era um fenômeno isolado ou regional. Estava no auge de sua força e contava com cerca de 5 milhões de adeptos espalhados por todo o país.

Os Estados Unidos da América, entre 1921 e 1928, assistiram também a um embate entre protestantes e acadêmicos em torno do ensino da teoria evolucionista de Darwin. Iniciada no sul do país, a contenda espalhou-se por dezesseis estados e ganhou cobertura da imprensa, tornando-se uma questão nacional. A ortodoxia protestante, que não admitia o ensino do evolucionismo, desembocou numa verdadeira “caça às bruxas” no meio acadêmico.

Resumidamente, foi neste ambiente que Moses I. Finley começou sua trajetória como historiador. Nascido em 1912, na cidade de Nova York, com apenas 15 anos recebeu seu B.A.² na Universidade de Siracusa. Em 1929, de volta a Nova York, recebeu o M.A.³ em Direito Público pela Universidade de Columbia, iniciando-se como pesquisador profissional em 1930 com o cargo de pesquisador do projeto da *Encyclopaedia of the Social Sciences*⁴.

Segundo Finley,

(...) quando estudava na Universidade de Colúmbia, decidi, de repente, abandonar o estudo de direito e fazer História. Queria especializar-me na Renascença. Comecei a assistir às aulas de História da Renascença, História Medieval e História Antiga. Nos dois primeiros cursos, os professores eram muito chatos, enquanto em História Antiga o professor era interessantíssimo. Assim, em algumas semanas, passei para a História Antiga,⁵

A perseguição e a intolerância marcaram a vida e trajetória acadêmica de Finley. Com a eclosão da Guerra da Coréia (1950-1953) intensificou-se o sentimento anticomunista nos Estados Unidos da América. O símbolo desta “era de perseguição” foi o senador Joseph McCarthy, que acusava e denunciava indiscriminadamente como comunistas desde membros do governo até intelectuais e artistas. A simples denúncia importava no estabelecimento de uma investigação

² O título de *Bachelor of Arts* (B.A.) é o primeiro grau da carreira acadêmica nos Estados Unidos da América.

³ O título de *Master of Arts* (M.A.) é o segundo grau da carreira acadêmica nos Estados Unidos da América.

⁴ Em 1968 contribuiria com o verbete Escravidão na *International Encyclopaedia of the Social Sciences* que sucedeu àquela publicação.

⁵ Eribon, D. Moses I. Finley. In: Deschamps, C. (Org.). *Entrevistas do Le Monde: idéias contemporâneas*. Trad. Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1989, p. 118.

pelo Congresso americano e a imputação da alcunha de “comunista” ou “simpatizante”, independente do resultado das investigações, era suficiente para destruir carreiras em todas as áreas de atuação, governamentais ou civis⁶.

Em 1952, depois de ter sido denunciado por Karl Wittfogel como comunista, Finley foi convocado a depor na Comissão de Segurança Interna do Senado americano. Como se recusou a colaborar, foi licenciado de seu cargo na Rutgers University. Dois anos depois foi convidado a lecionar na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, para onde se mudou. Só retornaria aos Estados Unidos da América em 1972, a convite da Rutgers University para proferir uma série de conferências que geraram a publicação de *Democracia Antiga e Moderna* em 1973.

Distinguem-se duas fases em sua carreira: uma “fase americana” (1935-1952) e uma “fase inglesa” (1954 em diante). Na primeira fase, dedicou-se à leitura e aprofundamento metodológico, culminando com a publicação de *O mundo de Ulisses*. A segunda fase concentra a maior parte de sua produção intelectual e é marcada pela participação em vários congressos, simpósios e seminários europeus, pois a maioria dos artigos publicados nesta fase é oriunda de comunicações nestes eventos. Outra atividade de divulgação a que ele se dedicava neste período eram as conferências radiofônicas.

A “fase americana” da carreira acadêmica de Moses I. Finley é a seguinte:

Pesquisador no projeto da *Encyclopaedia of the Social Sciences* (1929-1932);

Assistente de pesquisa do professor A. A. Schiller (1933- 1934);

Pesquisador do Departamento de História da Universidade de Colúmbia (1934-1935);

Professor de História, em tempo parcial no City College of New York (1934-1942);

Colaborador do Institut für Sozialforschung, em Nova York (1937-1939);

Professor de História Antiga na Rutgers University (1948-1952).

E a “fase inglesa”:

Professor do Jesus College (1957-1976);

Professor de História Antiga na Universidade de Cambridge (1970-1979);

Eleito membro da British Academy em 1971;

Premiado em 1974 com o Wolfson Literary Award for History;

Diretor do Darwin College de 1976 a 1982;

Condecorado em 1979 com o título de Cavaleiro do Império Britânico.

⁶ Como exemplo podemos citar o julgamento e a execução na cadeira elétrica, em 19 de junho de 1953, do casal de cientistas Julius e Ethel Rosenberg, acusados, sem provas consistentes, de terem revelado segredos sobre a bomba atômica à União Soviética.

A influência teórica

Localizar e analisar as influências teóricas ao longo da vida intelectual de Finley constitui necessariamente o desafio de apontar o que deve ser considerado como eixo central de sua trajetória enquanto estudioso da Antigüidade, e envolveria um trabalho cuja dimensão escapa aos limites desse trabalho. Contudo, à guisa de informação, pode-se elencar alguns pontos.

A respeito de sua formação intelectual, antes de estudar história ele estudara matemática, literatura francesa e inglesa, psicologia e a Constituição Americana. Já em Colúmbia, W. L. Westermann, estudioso da escravidão e trabalho servil na Antigüidade, foi seu professor orientador. Além disso, entre 1933-1934 foi assistente do professor A. A. Schiller em Direito Romano.

Finley e outros alunos reuniam-se em seminários e discussões nas quais eram lidos Karl Marx, Max Weber, Gierke e Maitland em História do Direito, Charles Beard, Henri Pirenne, Marc Bloch, Vleiben, Roberto Michels, Mosca e Pareto, uma prática que visava suprir o que eles entendiam ser uma falha de seus cursos, de certa forma cristalizados, já que os professores, via de regra, entendiam o estudo da História como um fim em si mesmo.

A corrente marxista que o influenciou foi a do *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisa Social, conhecido como Instituto de Frankfurt ou Escola de Frankfurt), cujo diretor, Max Horkheimer, em 1934 exilara-se em Nova York fugindo da perseguição nazista. No período de 1937 a 1939 tornou-se *factótum*⁷ do Instituto.

Outro vetor importante na sua formação intelectual foi Max Weber. Em termos da contribuição deste sociólogo para o estudo da economia antiga podem-se visualizar três níveis. O primeiro diz respeito ao enriquecimento do conhecimento de forma mais geral: suas obras *História agrária romana* (1891) e *Agrarverhältnisse des Altertums* (1909) são contribuições originais para a História da Antigüidade. O segundo é a introdução do método comparativo para a análise das instituições econômicas antigas, no qual utiliza diferentes civilizações da Antigüidade, outros tempos e outras áreas culturais (por exemplo, a Europa Medieval, as civilizações orientais). Por último, a construção de conceitos, modelos e teorias, fundamentalmente o de um modelo geral da economia antiga.

7 Isto significa que ele fazia de tudo um pouco: ajudava nos seminários, preparava as traduções de artigos dos membros do Instituto para publicação, resenhava obras européias para a revista do Instituto etc. Desta forma, Finley tomou contato com muitas das discussões teóricas a respeito dos limites do marxismo que se faziam entre os membros do Instituto.

Finley compartilhava com Weber a utilização de modelos para a explicação histórica, mas entende que o modelo weberiano da cidade antiga não é suficiente para captar a realidade da *polis* grega.

O terceiro vetor que se considera fundamental para o entendimento do trabalho de Finley é sua aproximação com Karl Polanyi, do círculo de Columbia⁸, de quem ele tomou a noção de que a economia antiga era embutida em qualquer outra esfera que não o econômico (*“embedded” economy*). Ao considerar o lugar da economia no âmbito das sociedades humanas, Polanyi distinguia precisamente a sociedade moderna das outras sociedades. Na primeira, a economia é liberada e emancipada (*“disembedded” economy*), torna-se uma esfera autônoma que obedece a leis próprias, e que, por isso, pode ser estudada isoladamente, através dos conceitos formulados por ela mesma, autonomamente. Nas outras sociedades, e especialmente as primitivas e arcaicas, a economia é integrada à sociedade e a todas as instituições, e não constitui um domínio separado, autônomo e organizado como tal. Seu funcionamento é constantemente influenciado pelos fatores extra-econômicos (sociais, políticos, ideológicos etc.).

Em função disto, a economia antiga não pode ser explicada pelos conceitos econômicos modernos. A análise de uma economia antiga pode, então, compor-se através de quatro “esquemas” fundamentais: a reciprocidade, a redistribuição, a economia doméstica (*householding*) e o mercado de intercâmbio. Sob a base destes esquemas, pode-se analisar, na economia primitiva, a posição da moeda, do mercado e do comércio. Entretanto, para Finley, o trabalho de Polanyi era apenas sugestivo, ele afastava-se de suas conclusões formais.

A cidade entre o Antigo e o Moderno

Cidade, urbanidade. Vida em cidades. Cotidianidades, muitas só pressentidas a partir dos problemas a elas inerentes: a violência, a miséria, a desigualdade e uma infinita série de questões que hoje qualquer um poderia elencar como próprios à vida civilizada – à vida urbana –, diga-se de passagem.

A vida urbana tomada como um categórico, um universal. Tida, muitas vezes, como distintiva do caráter civilizacional de uma dada formação social

⁸ O húngaro Karl Polanyi assumiu a cadeira de História Econômica em Colúmbia a partir de 1946 e estava no centro de um grupo interdisciplinar que discutia os aspectos econômicos do crescimento institucional. Finley permaneceu em Colúmbia entre 1948 e 1952 completando seu doutorado sob a orientação de W. L. Westermann e participou de vários seminários, congressos e discussões promovidos pelo grupo de Polanyi.

humana: a cultura das cidades. Civilização, termo desgastado, repudiado e muitas vezes controverso, esteve, desde o século XIX, ligado essencialmente à cidade. Cidade e civilização plasmaram-se na cultura intelectual do século retrasado e acabaram por se amalgamar no senso comum desde o século XX.

Buscou-se, e isso é datado e característico da sociedade urbana capitalista, as origens da cidade e da vida urbana. Muitos trabalhos apontam a Antigüidade Oriental e suas cidades-Estado como “criadora” dessa forma de viver, e mais, viver organizadamente, sob leis e no respeito a um governo. Grécia e Roma antigas seriam desdobramentos e avanços de uma história da cidade e da vida urbana, a qual o homem, como ser determinado ao modo capitalista de vida, estaria fadado a alcançar...

Uma palavra é capaz de resumir todos esses esforços: anacronismo. Nossa cidade, esta do *shopping center*, das vias expressas, da produção, do comércio, da distribuição, da vida própria, muitas vezes independente dos campos – de campos por vezes distantes de metrópoles nas quais muitas vezes as crianças desconhecem a origem animal do leite que consomem, tendo-o como um produto fabril –, é uma construção contemporânea: sua ligação de continuidade ou de origens não aponta para tempos mais distantes que o último século, quando muito, talvez, os últimos cinqüenta anos se falarmos em Brasil.

Nossa primeira inquietação deve ser a de evitar o anacronismo, sobretudo quando tratamos de mais de 2000 anos de história humana que nos separa da formação das *poleis*: modo de vida característico dos habitantes da distante *apoiquia*⁹ de Fásis na costa leste do mar Negro e a pequena vila de Murviedro situada no litoral da Espanha, ou, ainda, entre espartanos e atenienses e aqueles homens de Cirene no norte da África. E mais: de Massília, no sul da França, de Posidônia e Crotona na Itália, de Siracusa na Sicília, da ilha de Naxos e outras espalhadas entre as ilhas do Egeu, de Rodas ou Samos na Ásia Menor, num período que poderíamos contar do VI ao I século antes de Cristo.

Para se questionar a cidade do passado, sua vida urbana, ou qualquer outro aspecto do chamado “Mundo Antigo”, faz-se mister adotar os cuidados metodológicos elencados na obra de Moses I. Finley. A leitura de Finley aponta para um caminho no qual se deve inquirir

9 *Apoiquia* (longe dos lares) era o termo utilizado pelos gregos para designar as povoações fundadas nos movimentos de “colonização” anteriores a 750 a.C. em direção ao ocidente e, posteriores a 650 a.C. em direção ao oriente. O termo é correntemente traduzido por “colônia”, mas a implicação deste termo não traduz a realidade das *apoiquias* gregas que eram, desde o início, comunidades gregas independentes. As relações entre as “colônias” e as “cidades-mães” não se baseavam no comércio ou em formas imperialistas como “colônia” pode nos sugerir.

as generalizações iniciais, as generalizações (frequentemente) inexpressas, que são pressupostas nas tentativas de explicação histórica e igualmente nas narrativas convencionais, que aparentemente evitam as afirmações gerais – que tendem a escapar à apreciação e, no mínimo, não podem ser analisadas proveitosamente em termos de “deve” ou “pode”, em termos de fragilidade, subjetividade e perversidade humanas. A questão pertinente, portanto, é analisar não a frequência com que se emprega a generalização, mas sim seus tipos e níveis.¹⁰

Assim, neste artigo procurou-se demonstrar as categorias segundo as quais os fatos a respeito da cidade e da vida urbana são classificados e selecionados por este autor, as mesmas categorias que, por fim, permitem a explicação e avaliação dos resultados obtidos. Ou, como aponta Momigliano,

se escrever história significa que escolhemos nossos fatos de acordo com certos critérios – ou que tratamos de descobrir fatos novos de acordo com certos interesses – esses critérios e interesses já implicam uma eleição de universais ou generalizações segundo as quais queremos classificar e entender os fatos. Não podemos entender e avaliar fatos a menos que os relacionemos com categorias e valores gerais, pois não poderíamos começar a selecionar (ou descobrir) fatos se não tivéssemos em mente alguma categoria ou algum valor geral ao qual queremos referir os fatos.¹¹

Em outros termos, a proposta foi pensar as relações entre a história vivida e o esforço científico dos historiadores em narrar e explicar, apegando-se à explicação, momento no qual “o historiador está na condição de juiz: é posto numa situação real ou potencial de contestação e tenta provar que tal explicação vale mais que outra”¹².

Isto equivale dizer que o trabalho de explicação está ligado ao de conceitualização, distinguindo-se da explicação narrativa por seu caráter crítico. Procurou-se, portanto, efetuar uma análise das categorias utilizadas por Finley na explicação dos “porquês” e nas afirmações mais gerais sobre o inter-relacionamento dos acontecimentos.

10 Finley, M. I. *Uso e o abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 59.

11 Momigliano, A. El historicismo revisitado. *In*: Momigliano, A. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 305.

12 Ricœur, P. *História e verdade*. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 252.

Passaremos, então, a apresentar, sinteticamente, algumas das categorias analíticas utilizadas por Moses I. Finley na construção de um conceito de *polis*. A análise centrou-se diretamente sobre quatro livros, a saber: *Os gregos antigos*, *A economia antiga*, *The legacy of Greece: a new appraisal* e *A política no Mundo Antigo*.

Os gregos antigos por Finley

No começo do século II a.C.¹³, Roma invadiu os reinos macedônicos estabelecendo sua supremacia sobre o Mediterrâneo. Deu-se, assim, um processo de integração gradual do mundo helenístico¹⁴ ao Império, que se completou com a derrota de Antonio e Cleópatra em Actium, em 31 a.C. Para os historiadores, o mundo helenístico corresponde ao último período da história da civilização Grega Antiga.

Em 359 a.C., Filipe II subiu ao trono da Macedônia e entre seus planos figuravam: firmar sua posição na Macedônia e reorganizar o exército para transformar-se, pela diplomacia ou pela guerra, no senhor da Grécia e da Pérsia. O infortúnio do seu assassinato, em 336 a.C., impediu a execução do empreendimento que foi levado a cabo por seu filho, Alexandre, que morreu em 323 a.C. como senhor da Macedônia, Grécia, Ásia Ocidental e Egito.

Os reinos macedônicos que se estabeleceram após a morte de Alexandre eram vastos Estados territoriais cuja unicidade era garantida pelo governo de um monarca absoluto, cultuado como um deus. A religião tinha um caráter universal e espalhou-se por todo o mundo helenístico. Entre suas características estavam a de ser uma religião de mistérios e a de incorporar a noção de um outro mundo. A vida religiosa tornou-se cada vez mais individual; cada um deveria procurar sua própria salvação: uma realidade completamente diferente da *polis* grega clássica.

Entretanto, a língua oficial desses Estados, falada pelos dirigentes e

13 Os fatos e datas que se passarão a utilizar na construção do texto são exclusivamente fundamentados nas fontes do trabalho. Da mesma forma, como a intenção é a análise da obra do autor e não uma interpretação da história da Grécia Antiga e da cidade grega antiga, utilizam-se suas interpretações.

14 A periodização da história e o estabelecimento de balizas temporais trazem para a história grega os mesmos problemas que são evidentes para qualquer período da história: a subjetividade das datas escolhidas e da nomenclatura utilizada. Finley entendia que no caso da Grécia a periodização não era "muito feliz, porque, em parte há práticas divergentes, em parte porque a base (pelo menos a terminologia) é incoerente" (Finley, M. I. *El legado de Grecia: una nueva valoración*. Trad. Antonio-Prometeo Moya. Barcelona: Crítica, 1983, p. 12). Adotou-se aqui a periodização mais comum e usada por ele: Arcaico, da fixação da geografia política da Península Grega e do litoral grego da Ásia Menor até as Guerras Pérsicas; Clássico, quinto e quarto séculos até Alexandre; Helenístico, da época de Alexandre até a conquista romana; Romano, a partir da derrota de Antonio e Cleópatra, na batalha de Actium, em 31 a.C.

pessoas educadas, era um dialeto ático modificado, a *koiné*, o grego do Novo Testamento. Várias das suas formalidades legais eram gregas, e muito da cultura grega foi assimilado.

As cidades fundadas por Alexandre e seus sucessores tinham uma estrutura muito familiar a qualquer grego do período clássico: a Ágora e os templos, os ginásios e as *stoa*¹⁵, as assembleias, os conselhos e os magistrados.

A conquista do mundo helenístico acompanhou em Roma a difusão das idéias, obras de arte e escravos gregos, o que, aliás, não constituía uma novidade muito grande para os romanos, uma vez que a influência cultural grega já se fazia sentir há muito, por meio de suas colônias no sul da Itália. Contudo, a partir da primeira metade do século II a.C., com a incorporação da Acaia depois de derrota de Pirro, as influências gregas sobre Roma foram tão fortes que romanos chegavam a protestar veementemente. Finley escreve a este respeito que, por

*consequente, em muitas áreas de esforço (com notáveis exceções no direito, no exército e na administração política), é impossível discutir as idéias romanas separadamente dos seus modelos ou inspiração gregos. Efetivamente, a parte oriental do Império foi, em muitas formas, ainda grega – grega helenística – até o fim (...).*¹⁶

A principal testemunha histórica desta influência foi o Cristianismo primitivo e sua pregação entre os povos helenizados: a língua utilizada era o grego e incluía as técnicas advindas da sua retórica. As citações do Antigo Testamento eram feitas a partir da tradução grega *Septuaginta*¹⁷, e não do original em hebraico.

A Grécia Antiga, conquistada por macedônicos, romanos e Cristianismo, sobreviveu à conquista. Quanto mais se distancia no tempo e se reflete sobre a realidade atual, enquanto cultura ocidental, não é difícil encontrar em alguma lei, conceito ou cálculo uma permanência do mundo grego antigo,

15 Construção de dois andares que tinha sua origem no período helenístico mas era um edifício puramente grego. Para Finley, os elementos que caracterizavam a arquitetura grega eram "A conjugação de paredes sólidas nas traseiras e lados, com as filas de colunas, abertas e de espaços regulares, na parte da frente, a disposição retangular, a cobertura de toda a estrutura e a abundância de esculturas nos vãos [...]" (Finley, M. I. *Os gregos antigos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 135).

16 Finley, 1988, p. 152-153.

17 O cânon judaico foi fixado aproximadamente no final do século I d.C. e incluía apenas os livros escritos em hebraico, ou parcialmente em aramaico. Porém, por volta de 280 a.C., segundo a tradição, um grupo de setenta eruditos judeus do Egito traduziu seus escritos sagrados ao grego (a *koiné*), e esta coleção recebe o nome tradicional de *Septuaginta*.

aquilo que se poderia chamar de um *legado*, e, através dele, identificar seu significado em cada momento da história da civilização ocidental.

Esse legado chegou ao mundo contemporâneo permeado por dois processos: a conquista romana e a conversão cristã. A história da transmissão desse legado iniciou-se no mundo helenístico, herdeiro de uma cultura tecida historicamente até tornar-se a convergência ocidente-oriental. Cabem, então, as questões: O que era a Grécia? Quem eram os gregos e como viviam?

O “espírito” de *Os gregos antigos*

É justamente este o espírito do livro *Os gregos antigos*, em que se encontram respostas às questões centrais sobre o mundo helenístico. O livro é uma exposição dos fatos geralmente aceitos como verdadeiros, a interpretação pessoal do autor e a demonstração de várias de suas inferências a respeito do longo período que é objeto de estudo no livro. Em suma, é a “visão” de Finley sobre a Grécia Antiga, como o próprio o autor busca justificar:

*(...) tentei (...) analisar e, sempre que se afigurou possível, explicar o modo como se desenvolveu a civilização grega nas suas várias facetas, suas grandezas e fraquezas, do ponto de vista material, social, político e cultural. Aquilo que realcei, e o que também omiti, é reflexo do meu próprio juízo sobre o que considero de maior interesse e importância na história da Grécia (...). É uma análise pessoal e não um resumo ou o menor denominador comum de pontos de vista sustentados por outros historiadores.*¹⁸

A questão é, pois: o que havia em comum entre os habitantes do extremo oeste ao longínquo leste do Mediterrâneo? Os romanos que apelidavam a todos os habitantes dessa imensa região indistintamente de *Graeci* (gregos), viram, naturalmente, uma unidade entre pessoas tão díspares, diferentes não apenas pela localização de suas cidades como também pelo fato de que

um cidadão de Tebas era um tebano e um beócio, bem como um grego, e cada termo tinha um significado emocional próprio apoiado por mitos específicos. E havia ainda outros agrupamentos como “tribos” no interior da comunidade e de mais vastas abstrações fora dela

¹⁸ Finley, 1988, p. 9.

(como os Dórios e os Jônios), originando uma complicada e, por vezes, contraditória estrutura de pertença e fidelidade.¹⁹

Essa “contraditória estrutura de pertença e fidelidade” demonstrava-se numa unidade mantida por um sentimento: o sentimento de ser heleno, cujo coletivo era a Hélade, de partilhar língua e cultura comuns. Esta identidade manifestava-se no tratamento reservado a outros povos, independentemente do seu estágio cultural, denominados “bárbaros”, como se pode extrair da tradição de Heródoto em relação à Ásia Menor, em particular aos citas, como demonstra o estudo de François Hartog, *Le miroir d’Hérodote*, que utiliza a relação da alteridade foucaultiana para compreender melhor a relação entre conquistadores e conquistados²⁰.

A forma como Finley conduz a construção de uma definição da identidade dos gregos é uma constante em sua obra: o cuidado na utilização de termos para assinalar aspectos do passado. A definição de gregos é construída operando conceitos do passado de forma a ficar implicitamente subentendido que todas as vezes nas quais ele utilizar no livro a palavra “grego” deve-se remeter ao sentimento de partilha da mesma língua, incluindo os vários dialetos, e da mesma cultura.

Não se trata de um exercício lexicográfico. A argüição dos conceitos atuais em choque com as evidências do passado, além de ser uma forma de evitar o anacronismo, constitui uma busca deliberada de aproximação com o vivido, ou seja, o estudo dos gregos em seus termos²¹.

Páginas adiante, ao tratar da pertinência da utilização dos poemas épicos, a *Iliada* e a *Odisséia*, enquanto fontes para a “Idade das Trevas”²² e início do período Arcaico, mais uma vez Finley recorre a um procedimento

¹⁹ Finley, 1988, p. 31.

²⁰ Hartog, F. *Le miroir d’Hérodote: essai sur la représentation de l’autre*. Paris: Gallimard, 1991.

²¹ A aplicação de conceitos e teorias elaborados a partir da Idade Moderna no entendimento da economia antiga gerou uma controvérsia entre historiadores da Antigüidade que remonta o final do século XIX. Os partidários desta aplicação ficaram conhecidos como *modernistas*, opondo-se àqueles que não acreditavam nesta possibilidade, apelidados de *primitivistas*. A publicação de *A economia antiga* reacendeu esta discussão e Finley foi, então, tachado de primitivista. Ver Momigliano, 1975; Andreau, J. L’*économie antique: presentation*. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, ano 50, n. 5, p. 947-960, set-out 1995; Mazza, M., Ritorno alle scienze umane: problemi e tendenze della recente storiografia sul mondo antico. *Studi storici: rivista trimestrale dell’istituto Gramsci*, Roma: Editori Riuniti, anno 19, n. 3, p. 469-507, 1978.

²² Os termos “Idade das Trevas” e seu correlato “Idade Obscura” são usualmente utilizados em trabalhos sobre a Antigüidade para o período que se sucede à destruição da civilização micênica até o primeiro registro escrito da *Iliada* atribuída a Homero. Em termos cronológicos, equivaleria, grosso modo, ao período de 1200-800 a.C. A obscuridade e as trevas dizem respeito a nossa quase total dependência dos dois poemas homéricos (*Iliada* e *Odisséia*) enquanto fontes para o estudo do período, e não carregam nenhuma espécie de julgamento sobre o período como, por exemplo, faziam os homens do renascimento italiano ao se referir ao período anterior ao seu como *tenebrae* ou *media tempestas*.

correlato: a comparação entre o modo como os gregos entendiam e recepcionavam os poemas e como são definidos contemporaneamente. Os historiadores modernos vêem anacronismos, na medida que os poemas refletem e misturam tradições da “Idade das Trevas” com acréscimos e alterações posteriores. Os gregos, por seu turno, vislumbravam em tais poemas o seu passado, mesmo porque não faziam parte de suas preocupações as inexatidões e os anacronismos presentes na narrativa. Para Finley, “os poemas tais como eram recitados, constituíam simultaneamente a verdade autêntica e a evidência para sua própria verdade”²³.

Assim colocado, pode parecer uma singularidade grega, uma característica inexplicável, dada a limitação das fontes possíveis, mas Finley recorre a dois argumentos para conduzir a questão. O primeiro é o caráter mitológico do interesse dos gregos por seu passado, no sentido de que estavam mais interessados em acontecimentos individuais e isolados, onde atuavam seres sobrenaturais, que somente serviam para “justificar” práticas ligadas ao culto, seus rituais e algumas instituições seculares²⁴. O segundo é o confronto de fenômenos de épocas posteriores com os do passado, numa tentativa de explicá-los. No caso, o autor recorre à argumentação de que as “peças históricas de Shakespeare ou as pinturas renascentistas de cenas da história e da mitologia gregas, ou as ilustrações da Bíblia, em qualquer altura. Estão cheias de inexatidões, mas ninguém lhes dá atenção”²⁵.

Em outras palavras, mais do que permitir entender o comportamento antigo, estabelece que a preocupação com a exatidão do relato sobre o passado não é a-histórica, pois ele também é historicamente determinado.

Desta forma, à pergunta sobre quem eram os gregos, Finley responde que eram pessoas carregadas de um sentimento de pertença a uma cultura comum, mesmo diante da diversidade étnica. Sentimento que até o início do período Arcaico compreendia: compartilhar de um passado de heróis e de intervenções divinas na vida dos homens. Um passado de palácios, reis e nobres detentores de vastas propriedades que lhes chegava pelo canto dos poetas e no qual acreditavam, mesmo não vislumbrando a mesma realidade em seu presente. Essa crença seria questionada a partir do retorno da escrita e da fixação dos poemas com o estabelecimento de uma teogonia, como a de

²³ Finley, 1988, p. 19.

²⁴ Ainda segundo Finley, uma sensibilidade histórica, no sentido em que estamos acostumados, desenvolveu-se tardiamente entre os gregos (não antes do século IV a.C.), quando este passado já estava literalmente perdido, restando apenas os poemas e uma série de mitos (Finley, 1988, p. 21).

²⁵ Finley, 1988, p. 19.

Hesíodo, que alçava os homens a ponto de serem imagem dos deuses. Com isso, surgiu um sentido de humanidade até então desconhecido e que se tornaria a base sobre a qual se edificaria a civilização grega no período Arcaico.

Apesar da diversidade de organização política e urbana, pode-se delinear alguns traços comuns na civilização grega. Um deles é o da formação de pequenas comunidades que, mais do que um hábito definido pelos aspectos geográficos das regiões em que se estabeleciam, se transformou numa convicção de como se deveria viver em grupo. O outro é que, independente do tipo urbano, permanecia a idéia de que campo e cidade constituíam uma unidade, explicitada através de um sentimento de união comunitária, pelo culto e tradição.

Percebe-se claramente o caminho que toma a explicação de Finley: a permanência da pequena comunidade, um hábito que surgiu a partir da dissolução da civilização micênica, não se explica somente pela geografia da região, mas pela transformação em uma questão de “convicção”. A combinação única campo-cidade, por seu turno, encontrava-se fundamentada num sentimento, no culto e na tradição. Ao se remeter para “convicção” e “sentimento”, Finley procura colocar as questões dentro da mentalidade daqueles homens no momento que está sendo apreciado.

A civilização grega, segundo Finley, teve sua configuração forjada na confluência de dois processos concomitantes: a colonização e a ação dos legisladores e tiranos. Por detrás destes processos havia um problema agrário-populacional, que se resumiu a um confronto entre *hoi oligoi* (“os poucos”) e *hoi polloi* (“os muitos”), que em muitas partes da Grécia nunca cessou.

A colonização era uma válvula de escape para os problemas agrário-populacionais, na medida em que levava setores sociais insurgentes para novas regiões. Esta explicação, que a princípio pode parecer muito usual e comum, adquire outra consistência quando Finley faz questão de salientar que as cidades eram forçadas a este movimento emigratório. Como elas eram forçadas, não se podia tratar de um movimento casual, como havia sido o movimento imigratório da “Idade das Trevas”. O contraste com este último demonstra o patamar a que chegara a organização política, a riqueza e a dimensão das cidades.

Por outro lado pode-se assinalar que, para Finley, o próprio termo “colonização” não é adequado, visto que “as relações entre ‘colônia’ e ‘cidade-mãe’ não se baseavam no comércio ou em formas imperialistas. [...] [eram] relações baseadas no culto e na tradição, isentas das dissensões e conflitos, tantas vezes causados noutros sítios pelas disputas e rivalidades comerciais”²⁶.

Não eram “colônias” como o termo é geralmente entendido, por exemplo, quando empregado à América do Sul ou África dos séculos XV e XVI. Isto não significa que não havia entrepostos comerciais, mas sim que o desenvolvimento comercial da Grécia Arcaica não modificou o caráter essencial da civilização grega: o de ser uma civilização enraizada na terra, mesmo em comunidades onde a área urbana era populosa, como Atenas. Segundo Finley, “as cidades antigas na sua maioria continham agricultores, fossem eles produtores diretos ou *gentlemen farmers*, homens cujo interesse econômico residia principalmente, e por vezes exclusivamente, na terra, coração da sua cidadania”²⁷.

A segunda resposta ao problema agrário-populacional foi a ação dos legisladores e dos tiranos, sendo que a tirania não se desenvolveu em todas as cidades gregas. O desenvolvimento político na Grécia permaneceu extremamente diversificado.

Os legisladores, como, por exemplo, Sólon em Atenas, eram consensualmente escolhidos por sua sabedoria e integridade. Tinham a tarefa de reformar o Estado visando aplacar os conflitos entre “os muitos” e “os poucos”²⁸. Não eram líderes personalistas que assumiam esse papel pela grandiosidade que isso podia lhes trazer. Sólon, após terminar sua obra “deixou Atenas por dez anos, para que a comunidade pudesse experimentar o seu programa sem preconceitos [...]”²⁹.

No que diz respeito à tirania, Finley observa que

pode fazer-se a generalização de que, pelo final do período arcaico e, particularmente, onde existira uma fase de tirania, a forma de governo, quer mais democrático ou mais oligárquico, se encontrava num nível de sofisticação política diferente de tudo o que tivera lugar. (...) foi o período em que (...) eles descobriram a idéia de liberdade, enquanto distinta do poder pessoal (...).

*A nova liberdade e o novo tipo de comunidade baseavam-se na independência econômica, para a maioria dos homens, na agricultura, para o resto, no comércio e manufatura ou nas artes. (...) por conseguinte, o paradoxo final da história da Grécia arcaica é o fato de a liberdade e a escravatura caminharem de mãos dadas.*³⁰

²⁷ Finley, M. I. *A economia antiga*. Trad. Luísa Feijó e Carlos Leite. Porto: Afrontamento, 1986, p. 182.

²⁸ Finley utiliza esta antinomia simplista, “muitos” versus “poucos”, intencionalmente, como veremos adiante.

²⁹ Finley, 1988, p. 37.

³⁰ Finley, 1988, p. 40. Grifos meus.

A grande construção do período Arcaico, na análise de Finley, é a “idéia de liberdade” e a alteração da “psicologia de poder” no seio da aristocracia que, apesar de continuar a exercer os principais cargos, após a tirania, paulatinamente passou a ser cada vez mais servidora do Estado e não sua senhora. Fortalecia-se, portanto, o “espírito de comunidade”.

Em *A comunidade, a religião e o pan-helenismo*, ele reforça estas considerações. Tome-se apenas a questão do Templo, sinal de prosperidade, maturidade, grandeza e, sobretudo, autoconsciência, verdadeiros monumentos à comunidade, exemplos da supremacia do coletivo sobre o individual.

Nossa leitura permite-nos inferir que, para Finley, a realidade demonstra, mais uma vez, que se deve desconfiar destas generalizações que transformam a complexidade do vivido em progressões ou regressões simples e lineares. Desconfiar de qualquer paradigma que incorpore o conceito de progresso, de desenvolvimento, de estágios civilizatórios. Aqueles que, ao apontarem para uma misteriosa tendência da humanidade para o progresso, seja ele material ou humanitário, se fecham em um ou mais aspectos e procuram moldar a realidade ao modelo construído.

O que Finley parece nos lembrar é que por detrás destes modelos, por mais complexos e refinados que possam ser, encontra-se o homem que não é redutível a nenhuma de suas ações e muito menos define-se pelo somatório de todas. Há algo na história com o que os modelos até aqui desenvolvidos e utilizados são incapazes de lidar: o sentimento.

Em conclusão, à pergunta “quem eram os gregos?”, Finley responde serem pessoas que tinham um sentimento de pertença a uma cultura comum. À pergunta “como viviam?” deve-se responder que viviam em pequenas comunidades formadas pelo conjunto estrutural campo-cidade, aparentemente por vezes uma dualidade, unida pelo sentimento de união comunitária, pelo culto e tradição. Uma civilização que, mesmo em processo de dispersão pelo Mediterrâneo, manteve-se agrária. Um mundo do coletivo em detrimento do individual. Um mundo cuja configuração máxima é a *polis clássica*, assunto de nossa próxima seção.

A *polis* clássica

Como se apreendeu na seção anterior, uma das principais construções do período Arcaico para a constituição da civilização grega foi a *comunidade*, vista sob o prisma de que se trata da vida em pequenas comunidades nas quais a cidade vive em dependência do campo e a vida coletiva prepondera sobre a vida individual.

Viver na *polis* significava, portanto, viver em comunidade. Todavia esta concepção é mais complexa do que pode parecer. De acordo com Finley, muitas vezes se esquece de que Aristóteles definiu o homem “como sendo não só um *zoon politikon*, um ser-de-pólis, como também um *zoon oikonomikon*, um ser-doméstico, e um *zoon koinomikon*, um ser destinado pela natureza para viver numa *koinomia*”³¹.

Finley entende ser *koinomia* uma palavra de difícil tradução e ele aproxima-a ao significado de uma comunidade no espírito das primeiras comunidades cristãs, numa tentativa de trazer ao termo algum significado que pudesse torná-lo, ainda que tenuamente, palpável para o pensamento do século XX.

A palavra grega *polis* significava, no seu sentido clássico, um Estado que governava a si mesmo. Devido a sua pequena extensão territorial e populacional, freqüentemente traduz-se por cidade-Estado. Esta prática para Finley, “confere-lhe um realce duplamente errôneo: ignora a população rural, que constituía a maioria dos cidadãos, e sugere que a cidade governava o campo, o que não é exato”³².

A relação cidade-campo traz também a discussão sobre a economia da *polis*. Como ponto inicial examinem-se os títulos dos capítulos do livro *A economia antiga*: Os antigos e sua economia, Ordens e “status”, Amos e escravos, Senhores e camponeses, Cidade e campo e O Estado e a economia. Eles sugerem objetos de estudo da economia como, em geral, costumava ser. No entanto, esta suposição é enganosa.

O ponto nevrálgico desta distinção está no capítulo II – Ordens e “status” –, onde Finley trata de definir e identificar as categorias da divisão social que são pertinentes para o estudo da economia antiga.

A partir de uma passagem de Cícero (*De officiis* 1.150-1), relativa às ocupações consideradas liberais ou não, ou seja, aquelas que devem ser aceitas ou condenadas como atividades do cidadão, Finley se pergunta até que ponto o homem era livre para optar entre as várias ocupações elencadas. Mais precisamente, “que peso tinham, na escolha, fatores que hoje chamamos econômicos, a maximização do rendimento, por exemplo, ou cálculos de mercado?”³³.

Segundo ele, a liberdade de escolha era restringida, em princípio, por pertencer-se ou não a uma ordem. “Um grupo juridicamente definido dentro de uma população”, que possuía privilégios e incapacidades formalizadas

³¹ Finley, 1986, p. 209.

³² Finley, 1988, p. 13.

³³ Finley, 1986, p. 55.

em um ou mais campos da atividade. Uma ordem situava-se em relação a outras ordens numa relação hierárquica³⁴.

A hierarquia e a constituição das ordens variaram ao longo do tempo e, embora “uma ordem [...] estivesse numa posição de superioridade ou de inferioridade em relação a outras ordens, normalmente não era igualitária internamente [...]”³⁵.

Assim, em Roma, as ordens que a princípio eram hereditárias foram se adequando às novas realidades, de forma que em fins do século II a.C., quando já havia se formado um império, o topo da hierarquia não era ocupado pela ordem senatorial na sua totalidade, mas por uma parcela de seu interior, a nobreza, que não tinha nenhuma base jurídica, não era uma *ordo*. Para dar conta destas distinções Finley propõe a categoria dos grupos de *status*.

O termo *status* não é explicitamente definido no livro, ele salienta que não o utiliza no mesmo sentido jurídico dos romanos, e que é uma palavra “admiravelmente vaga com um elemento psicológico considerável”. Somente indiretamente pode-se percebê-la. Por exemplo:

*(...) Continuamos, por conseguinte, à procura de um termo aplicável aos “inferiores” em Esparta, à nobreza dos fins da República Romana, aos “amigos do rei” que constituíam o círculo dirigente em torno dos primeiros reis helenísticos, aos homens em que Cícero pensava quando permitia as profissões de medicina, arquitetura e ensino àqueles cujo o status elas convêm (...).*³⁶

Paulatinamente, formaram-se grupos nos quais os elementos constituintes, independentemente das ordens a que pertenciam, passavam a aspirar a valores que não estavam nos limites da sua ordem de origem³⁷.

Das fontes³⁸, Finley apreende que as atividades mercantis e industriais

³⁴ Finley, 1986, p. 58.

³⁵ Finley, 1986, p. 67.

³⁶ Finley, 1986, p. 66.

³⁷ O exemplo utilizado por Finley é Trimalcião, o enriquecido liberto romano, cuja fortuna podia ser comparada à dos senadores. Também podia ser comparado a estes pela aceitação de certos valores senatoriais e mesmo nas suas normas de conduta. Todavia era inegável que na condição de liberto ele estava legalmente excluído de várias atividades que eram prerrogativas da *ordo* senatorial. Todavia, ele “foi comparado ao pompeiano que se auto-intitulava *princeps libertinorum*, o primeiro entre os libertos, e é isto que se entende por *status*” (Finley, 1986, p. 67).

³⁸ Cerca de 85 textos antigos diferentes são citados no corpo do livro. As fontes de Finley são aqueles textos da tradição textual, os considerados textos clássicos, entre eles: Aristóteles, Platão, Xenofonte, Cícero, Apiano, Varrão, Heródoto, Tito Lívio, Sêneca, Plínio, o Jovem e Plínio, o Velho, bem como os textos literários que podem ir de um Eurípedes até um Plutarco, por exemplo.

profissionais estavam entregues a homens de baixo *status*, seja em Roma ou em Atenas, e pergunta-se por que as elites sociais nos dois casos não se ocuparam destas atividades tão lucrativas e politicamente importantes.

A resposta está no fato de que a elite enquanto grupo estava inibida de realizar tais tarefas por valores fundamentais, que residiam na convicção e na tradição pertinentes às ordens e aos grupos de *status*. Na “parte superior da escala social a existência do espectro de *status* e ordens [...] explicava muito do comportamento econômico [...]”³⁹.

O mesmo instrumento analítico pode ser utilizado na investigação do comportamento daqueles que se encontravam na parte inferior da escala social. Por exemplo: os hilotas se revoltavam porque possuíam certos direitos e privilégios mas queriam estendê-los. O que se chamou de “luta de classes” na Antigüidade eram conflitos entre grupos em pontos diferentes do espectro de *status* e, por fim, quando “os escravos genuínos se revoltaram [...] preocuparam-se com eles próprios e com o seu *status*, mas não puseram em causa a escravatura como instituição e não se propuseram abolir a escravatura”⁴⁰.

Portanto, embora os títulos utilizados nos capítulos sugestionem uma investigação econômica, as explicações sobre economia antiga caminham claramente para o campo do político. Esta abordagem já aparecia, em linhas gerais, em *Os gregos antigos*.

A idéia de que gregos e romanos eram membros de categorias entrecruzadas – algumas complementares como cidadania e propriedade de terra e outras que geravam conflitos nos sistemas de valores e comportamento – é constante ao longo do livro *A economia antiga*.

Ao tratar a escravidão, por exemplo, a pergunta feita não é da quantidade, produtividade e retorno de sua aplicação, mas, sim, como se inseriam os escravos no sistema de *status*?

Juridicamente havia dois pólos conceituais para a liberdade: o escravo enquanto propriedade e o homem perfeitamente livre. Entre os dois existia um leque de opções que coexistiam e eram determinadas pelo fato de as pessoas terem ou não certos direitos, privilégios e deveres.

A maioria dos homens livres trabalhava para obter seu sustento lado a lado com escravos, exercendo as mesmas tarefas, sobretudo nas atividades civis. Uma quantidade significativa de escravos trabalhava para seus senhores e para si mesmos. A gestão de uma parcela apreciável dos negócios

³⁹ Finley, 1986, p. 91.

⁴⁰ Finley, 1986, p. 91.

estava entregue a escravos. Os escravos eram, portanto, fundamentais no período clássico grego e romano, “tanto no seu emprego (local de trabalho) como na estrutura social (a confiança depositada neles e no seu trabalho pelos estratos superiores, as classes dominantes)”⁴¹.

Escravos e homens livres podiam coexistir como membros de uma única sociedade porque não existia entre eles qualquer sensação de concorrência. Mesmo nas propriedades em que se empregava a mão-de-obra escrava, o trabalho de homens livres era indispensável, ainda que fosse casual e sazonal. A despeito disto, nos séculos IV e V da nossa era,

a escravatura no seu sentido preciso tinha perdido o seu lugar central, mesmo nas velhas áreas clássicas; (...) o que teria levado as classes superiores (...) a substituir os escravos por camponeses dependentes? (...)

*Se a explicação do seu comportamento não se pode encontrar na exaustão do abastecimento de escravos ou em decisões sobre eficiência, produtividade e afins, temos, pois, que procurá-la numa transformação estrutural da sociedade como um todo.*⁴²

Permita-se um último exemplo. No Capítulo VII – *O Estado e a economia* –, o autor afirma que o direito à cunhagem de moedas era um monopólio que todos os Estados antigos retiveram, mas que não era acompanhada de uma política monetária. Por outro lado, a paixão dos gregos pelas belas moedas

*era essencialmente um fenômeno político, uma prova de vaidade local, de patriotismo (...). Donde, também o fato de os gregos (...) imporem pesadas penalidades à imitação ou falsificação de moedas, relacionando essas ações com a traição e não com mesquinhas ofensas de mercado.*⁴³

As categorias ordem, *status*, amos, escravos, senhores, camponeses, cidade, campo, Estado e a própria economia são construídas por Finley a partir da análise das fontes clássicas.

⁴¹ Finley, 1986, p. 108.

⁴² Finley, 1986, p. 118 e 120.

⁴³ Finley, 1986, p. 228.

Essa busca fica clara quando se verifica qual é a base sobre a qual foram construídas as categorias fundamentais, aquelas que realmente permitem interligar a economia antiga com a política. As ordens e *status*, apesar de a *ordo* estar institucionalizada e ser formal, definem-se especificamente por valores que são internalizados pelas pessoas que a elas se sentem ligadas. A explicação, portanto, não se encontra nas respostas racionais dos antigos frente aos problemas que seu mundo impunha.

A busca do vivido e uma análise do passado em seus próprios termos, enquanto critérios, tornaram-se evidente quando ele, ao encerrar o livro, afirma:

*O mundo antigo corria para o seu fim e a culpa era da sua estrutura social e política, do seu sistema de valores institucionalizado e profundamente incrustado, e, subjacente a tudo, da organização e exploração das suas forças produtivas. Aí, se quiserem, reside uma explicação econômica para o fim do mundo antigo.*⁴⁴

O mundo da *polis*, enquanto fenômeno econômico, está intrinsecamente ligado às esferas do político e do cultural. A economia da *polis* tem uma especificidade que escapa aos conceitos da economia moderna.

O legado político grego e o fazer política

Pensar a *polis* pode significar também a busca de um legado dos gregos à civilização européia. Em *The legacy of Greece: a new appraisal*, Finley deixa claro que o legado grego está restrito ao campo cultural. O livro procura “analisar o que as épocas posteriores, até chegar à nossa, fizeram da herança grega”⁴⁵, trata do significado da cultura grega na história da cultura européia, fator que o distingue do *The legacy of Greece* editado por R.W. Livingstone em 1921, que abordou o legado em seu sentido etimológico, como a descrição de uma herança.

Finley escreveu a Introdução e a primeira seção sobre política do capítulo Política e Teoria Política. Na Introdução, ele praticamente retorna à estrutura de *Os gregos antigos* e, ao tratar da política, anuncia alguns pontos que seriam objeto de uma análise mais exaustiva em *A política no Mundo Antigo*, que seria editado dois anos depois.

⁴⁴ Finley, 1986, p. 241. Grifos meus.

⁴⁵ Finley, 1983, p. 7. Esta publicação, fruto de um trabalho de 7 anos, envolveu 13 colaboradores: A. H. Armstrong, R. R. Bolgar, A. M. Davies, Peter Garnsey, K.W. Gransden, Peter Kidson, G. E. R. Lloyd, H. I. Marrou, Arnaldo Momigliano, S. G. Pembroke, T. G. Rosenmeyer, Bernard Williams e R. I. Winton.

O que interessa, particularmente a este trabalho, é que, ao refletir sobre um possível legado político grego, ele o remete para a teoria política enquanto reflexão sobre a natureza da *polis*, que é algo distinto dos debates sobre temas políticos concretos. Essa remissão é importante porque fica entendido que não houve legado institucional em nenhum sentido, e torna-se ainda mais evidente que, para ele, o mundo grego antigo é completamente diferente do mundo moderno.

Assim sendo, buscar no mundo grego a origem ou os fundamentos das instituições modernas, procurar uma justificativa para ações do presente, são tarefas estéreis. Todavia permanece em evidência que foram os gregos os inventores da política. Para Finley isso foi uma renovação radical na história, na medida em que, além de centrarem a autoridade na *polis*, decidiam os negócios públicos através de discussões e votações.

Os homens faziam as leis para os homens e em seu nome, demonstrando uma autoconfiança humana sem paralelos em qualquer civilização desenvolvida, até então, na Antigüidade. Segundo Finley,

para que funcionasse uma sociedade assim, (...) era necessário um amplo consenso, um sentido comunitário e uma voluntariedade autêntica de viver segundo certas normas tradicionais, aceitar o ditame das autoridades legitimamente constituídas, fazer mudanças somente através de debates abertos (...); em uma palavra, aceitar as normas do jogo legal (...). Este processo originava novas normas e sua sanção de maneira simultânea, e (...) isto é política.⁴⁶

Note-se que a atenção de Finley volta-se para o governo, isto porque, de seu ponto de vista, num estudo de política não existe distinção significativa entre Estado e governo. Em geral os cidadãos relacionam-se com o governo e equiparam-no ao Estado. Esta constatação é muito mais veemente para a Antigüidade, onde as relações com o governo eram diretas, e, mesmo sofrendo a intermediação de uma burocracia, eram relações que se sustentavam em práticas clientelistas que ocorriam em todos os níveis. Aliás, a análise finleyana não contempla de modo claro a preocupação com os limites do público e do privado na condução dos negócios do Estado, tal como propõem Hannah Arendt e Paul Veyne ao buscarem a compreensão das múltiplas funções da cidade antiga (*polis* e *urbs*).

⁴⁶ Finley, 1983, p. 36.

Por outro lado, governo implica poder, interno ou externo, e o poder do Estado sobrepuja todos os demais, motivo pelo qual uma das suas preocupações refere-se às manifestações do poder do Estado. Por fim, para completar a concepção de Estado utilizada no livro, ele entende que a escolha daqueles que governam e o modo como governam vinculam-se diretamente com a estrutura da sociedade.

Os gregos denominavam *polis* a qualquer comunidade independente. O termo era utilizado independentemente do sistema de governo, de modo que a democrática Atenas, a aristocrática Esparta, ou mesmo a tirânica Sicília, eram *póleis*. Assim, *polis* significava: as “pessoas atuando concertadamente e que, portanto, tinham de reunir-se e tratar de problemas face-a-face”⁴⁷.

A comunidade, portanto,

*não podia ser tão pequena que não tivesse mão-de-obra suficiente para as exigências de uma vida civilizada, incluindo as necessidades de defesa. Havendo um número adequado, a questão residia em ter regras adequadas de conduta e de organização conveniente da vida social.*⁴⁸

Viver nos limites de uma *polis* presumia a aceitação de um acordo mútuo configurado nas leis, constituídas como garantia da liberdade dos cidadãos como um todo. Seu desenvolvimento durante o período Arcaico foi regido pela busca da *eunomia*, ou seja, a construção de um Estado bem organizado e regido pela lei. Em alguns lugares essa busca gerou sistemas democráticos de governo; em outros, sistemas aristocráticos ou tirânicos. A questão da convivência fundamentava-se na questão de quem havia elaborado a lei a ser seguida, de quem governava: os *hoi oligoi* ou os *hoi polloi*.

O poder de legislar da *polis* não encontrava limites. Nenhum assunto ou faceta do comportamento humano lhe era estranho, a não ser que, por decisão de não o fazer, não interferia em alguns setores da vida particular. No entanto, cidadãos e não-cidadãos estavam totalmente submetidos à autoridade do Estado em que residiam.

Na base de sua constituição, enquanto Estado, existia uma relação conflituosa entre pobreza e riqueza. Ela era uma arena para interesses e classes colidentes. Classes entendidas simplesmente pelo binário pobres e ricos, “os muitos” e “poucos”. Ricos eram aqueles que podiam viver do trabalho alheio,

⁴⁷ Finley, 1988, p. 49.

⁴⁸ Finley, 1988, p. 49.

e entre os pobres encontravam-se proprietários. Com isto se quer dizer que não havia um conflito de classes como aquele expresso no marxismo. Finley adverte que

*Nas democracias, generalizou Aristóteles desaprovadamente (Política, 1.310a3-10), “os demagogos estão sempre dividindo a polis em duas, guerreando os ricos”, ao passo que existem estados oligárquicos em que os oligarcas juram, “eu serei contra o dêmos e planejarei contra ele tudo o que de mal puder fazer-lhe”. Isso, para os meus propósitos, exemplifica suficientemente classe, consciência de classe e conflito de classes.*⁴⁹

As *póleis* eram sociedades agrárias nas quais os conflitos, desde seu início, ocorriam entre uma aristocracia credora e camponeses devedores. O poder e autoridade, desde o princípio, era um monopólio da aristocracia. A riqueza era, então, uma condição necessária para a ascensão ao poder. Tanto na Grécia quanto em Roma, desde o início, estabeleceu-se um princípio timocrático de governo.

A população de cidadãos estava diferenciada por riqueza e *status*. Ao longo dos séculos as diferenças aprofundaram-se e as classes diversificaram-se. O poder do Estado em fazer respeitar decisões governamentais residia na aceitação das instituições e do sistema como um todo, “sua legitimidade assentava em sua contínua e bem sucedida existência”. Na ação contra crises de subversão, que os gregos denominavam *stásis*⁵⁰, ou contra indivíduos isolados, o Estado contava com a voluntariedade dos próprios cidadãos.

Perceba-se que a legitimidade do Estado, que estava fundamentada na sua própria continuidade, remete novamente a uma questão de “voluntariedade”. Se a palavra “consenso” utilizada para explicar a existência da *polis* pode, de alguma maneira, sugerir um contrato formal, o acento sobre “sentido comunitário” e “voluntariedade autêntica de viver” desfaz qualquer dúvida.

Atenas, Esparta e Roma foram, por séculos, Estados estáveis, e se a coerção pode explicar a estabilidade nas duas últimas, o mesmo não ocorre com a primeira. A grande maioria das *póleis* não possuía um aparelho policial coercitivo e muito menos um exército regular que pudesse assumir tal missão. Os exércitos eram milícias de cidadãos, convocadas quando necessárias.

⁴⁹ Finley, M. I. *Política no mundo antigo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 23.

⁵⁰ A palavra *stásis* era utilizada para referir-se a todos os tipos de conflitos, desde os simples confrontos políticos entre facções até a guerra civil.

Portanto, era com os próprios cidadãos que o Estado contava em momentos de contestação do regime. A voluntariedade é explicada pelo fato de os cidadãos considerarem seus sistemas políticos como ideais. Segundo Finley, “o que importava era a capacidade das sociedades estáveis para manterem sem petrificação seu forte senso de continuidade através da mudança, sua resoluta aceitação do que os gregos chamaram *nómos* e os romanos *mos*, prática habitual, uso, costume”⁵¹.

Estes homens sentiam que a estrutura básica da existência social e o sistema de valores herdado do passado eram os únicos legítimos. O senso de continuidade da estrutura, diante das mudanças que as condições impunham, era norteado por uma necessidade psicológica de identidade, fundamentada na aceitação do uso, do costume, o que eles chamavam de *nómos*.

A estabilidade ligava-se à aceitação, em todas as classes, da legitimidade de *status* e da desigualdade de *status*. Os valores hierárquicos estavam embutidos na educação, entendida em seu sentido *lato*, mais extenso que a educação formal.

Assinale-se que não se trata da idéia de o Estado reproduzir o sistema, através de sua prerrogativa de educar as gerações. Pelo contrário, a educação era, em geral, uma atividade privada. A exceção era Esparta, na qual a educação do cidadão, desde a tenra idade, era assumida pelo Estado.

Outro fator a lembrar é que o mundo antigo permaneceu um mundo da palavra falada. As discussões e os julgamentos eram predominantemente orais, a despeito da existência da escrita. Quase ninguém consultava documentos escritos, excluindo-se uma pequena elite, o que reforçava a credibilidade do sistema e suas instituições, na medida em que o restante da sociedade ficava sujeito à interpretação que esse grupo dava aos mesmos.

Se a estrutura era aceita e sua estabilidade garantida nos termos até aqui apresentados, e se a desigualdade era tida como uma realidade inerente ao sistema, por que, entretanto, várias *pólis* não conseguiram livrar-se da *stásis*?

Finley faz a mesma pergunta quando quer saber o que “os muitos” esperavam do regime e de seus líderes, “os poucos”. Fica claro que muitos dos anseios eram intangíveis, como: identidade, ordem, segurança, liberdade etc. Contudo, havia uma base material da autoridade e legitimidade do Estado, bem como das lideranças.

O advento da *polis* trouxe, como já vimos, a “idéia de liberdade”, a alteração da “psicologia de poder” no seio da aristocracia, a incorporação de

51 Finley, 1985, p. 39.

um grupo maior de cidadãos no processo político e a abolição de um problema insistente no período Arcaico: a servidão por dívidas – características que, variando na extensão, podiam ser atribuídas à maioria das *póleis*, com algumas exceções⁵².

Contudo, a abolição da servidão por dívidas e a extensão da participação política não foram suficientes para aplacar um mal endêmico destas sociedades: a persistência do perigo da fome, que era a base da frequente *stásis* nas mais diversas *póleis*.

Como não tinham mais como recorrer ao antigo patrono arcaico, os pobres voltavam-se repetidamente para os ricos⁵³ e ao Estado quando precisavam de socorro. Desta forma, a autoridade das classes mais ricas repousava, também, em um sistema de assistência aos menos privilegiados. Certos serviços públicos eram atribuídos, em sistema de rodízio, a indivíduos da parcela mais rica da população que arcavam com todos seus custos em troca da aprovação popular à promoção de carreiras políticas. Era um dispositivo formal e institucional, que se denominava *leitourgía* (liturgia), uma obrigação e uma honraria.

As principais atividades litúrgicas ligavam-se à esfera do culto e do lazer, e, por outro lado, não se impunha a quantia que devia ser despendida na execução das tarefas. Estas duas características acentuavam o aspecto de honra das liturgias. Assim, a riqueza e a maneira como os ricos a desembolsavam apoiavam seu poder.

O governo consistia, genericamente, em uma assembléia acessível a todos os cidadãos, um ou dois conselhos de participação mais restrita, uma parcela de funcionários, escolhidos em sistema de rodízio anual, e os júris. O acesso aos conselhos, aos cargos e aos júris fazia-se por sorteio, que, segundo Finley, consiste na “marca registrada da democracia para os gregos”.

O jogo político desenrolava-se neste cenário, em especial nas assembléias que tinham o poder de tornar obrigatórias as decisões tomadas. Nelas, as questões mais controvertidas motivavam sérios debates, nos quais se testava a liderança, se faziam e desfaziam diretrizes políticas. Não existiam partidos ou oposição oficial. Quando havia a propositura de políticas alternati-

⁵² Tudo o que foi dito até aqui, como Finley salienta, fundamenta-se basicamente no caso de Atenas. As exceções são sempre apontadas, na medida em que as evidências assim o permitem. Segundo Finley, a maioria do que se sabe sobre este período está restrito aos casos de Atenas, Esparta e Roma. De uma maneira geral ele estende suas considerações a todas as *póleis*, democráticas ou oligárquicas, frisando sempre que Esparta é uma exceção.

⁵³ Riqueza na acepção que lhe dá Aristóteles, por exemplo, quando escreve no Livro III da *Política* (1. 279b6-40): “Se os poucos ou os muitos governam é acidental para a oligarquia e a democracia – os ricos são poucos em toda parte, os pobres muitos. (...) a verdadeira diferença entre democracia e oligarquia está na pobreza e na riqueza”.

vas, as mesmas eram debatidas em plenário.

Entre os partícipes da assembléia havia uma considerável quantidade de pessoas com experiência direta na administração, obtida através da participação em qualquer uma das esferas do governo. Ademais, a assembléia e as lideranças tinham assessoria de peritos das mais diversas áreas. Mas o mais importante é que os participantes, ricos ou pobres, tinham conhecimento de que estavam decidindo sua vida.

Por exemplo, quando Filipe da Macedônia tomou Elatéia em 339 a.C.,

*as pessoas que encheram a Assembléia na madrugada do dia seguinte à chegada das notícias (...) sabiam que, para muitas delas, a decisão do dia significaria serviço imediato no exército e, provavelmente, o envio para a frente de combate. Esse conhecimento era o ponto de convergência de todos os espíritos, insuflando ao debate **um realismo e uma espontaneidade** que os modernos parlamentos talvez já tenham tido outrora mas de que são hoje notoriamente carentes.⁵⁴*

Em outras palavras, a política tratava de questões concretas.

Tudo o que foi dito até aqui, entretanto, não esgota a questão de saber como Estados, entre eles Atenas e Esparta, conseguiram manter uma estabilidade política por tantos séculos. O que levava os cidadãos a obedecer às autoridades?⁵⁵

Aristóteles havia definido o homem como um *zoon politikon*; Finley, ao sugerir a tradução “o homem é um ser cujo objetivo supremo, cujo fim (*télos*) é, por natureza, viver numa *polis*”, nos oferece um ponto de partida para o entendimento da questão: havia, no âmago do pensamento grego, um consenso sobre algumas generalizações.

Premissas como: “a vida boa só é possível na *polis*”; “mulheres, escravos e bárbaros são inferiores por natureza e por isso excluídos da discussão”; “a escolha entre regimes das *póleis* ou entre políticas conflitantes deve ser determinada pelo critério primordial de promover a vida boa”, eram aceitas sem discussão. As divergências encontravam-se nos juízos práticos. Como os Estados configuravam-se enquanto instrumentos de justiça, eram julgados em termos de bons e maus, melhores ou piores. Nunca pelo critério de legitimidade, excetuando-se a tirania que rompia com a tradição das leis.

⁵⁴ Finley, 1985, p. 100.

⁵⁵ No caso de Esparta a resposta é mais direta. Como ela foi, desde sua origem, um Estado militar, a obediência enraizou-se na *psiquê* dos cidadãos espartanos a ponto de não haver discussão política.

Mesmo no caso da *stásis* nenhuma facção proclamava a legitimidade como justificativa para a rebelião, pois ela caracterizava-se como um choque de interesses, não mais do que isso.

A legitimidade dos regimes, portanto, constituía-se em uma crença consagrada pela continuidade dos mesmos, extensão no tempo que reforçava a identidade comunitária e a conformidade com o sistema.

Se a legitimidade não figurava entre os motivos de discussão, menos ainda a obrigação política. Ela era, em geral, simplesmente axiomática. A vida na *polis* implicava obrigação política. A condição essencial para a constituição de uma verdadeira *polis* estava no governo pelas leis, não pelos homens.

Uma terceira generalização amplamente aceita entre as *póleis* era a de que se deveria evitar a *stásis*, em especial em sua forma extrema, a guerra civil, que para eles significava a ausência de política.

Do governo pelas leis extrai-se a última das generalizações: todos os cidadãos eram livres. Liberdade tomada no seu sentido mínimo de “igualdade perante a lei”, ou *isonomia*, que também passou a significar “igualdade pela lei”, em suma, igualdade de direitos políticos. Estado como instrumento de justiça, legitimidade perpetuada pela continuidade dos regimes, obrigação enquanto axioma, e igualdade pela lei constituíam-se em princípios norteadores da ação política, mas dificilmente transpunham-se para a prática.

A dificuldade da transposição encontra-se na própria constituição da *polis*. O sentimento de comunidade esbarrava na grande desigualdade prevaiente entre seus membros. No fato de ela ser uma comunidade em que amplos setores – a maioria da população constituía-se de não-cidadãos – foram mantidos à parte do sistema político, apesar de submetidos a ele. Por fim, se alguém não nascia dentro da comunidade tornava-se quase impossível seu ingresso, no sistema democrático ou oligárquico.

Em outras palavras, na *polis* clássica a extensão da cidadania, como ocorreu em Roma, por exemplo, percebia-se como uma fraqueza do sistema. Quando, no final do século IV a.C., algumas cidades se sentiram obrigadas a vender títulos de cidadão, como única forma de angariar fundos, a *polis* clássica figurava como um fenômeno em vias de extinção.

Considerações finais

Economia, ordens, *status*, escravidão, senhores, camponeses, cidade, campo, Estado, classe, poder, autoridade, patronato, política, participação popular, conflito político, legitimidade, obrigação política e comunidade são categorias

que na obra historiográfica de Finley são indissociáveis de sentimento, convicção, crença, autoconsciência e de voluntariedade autêntica de viver.

Essa relação não é difícil de se entender, desde que se coteje o que foi dito acima sobre o ambiente político e acadêmico no qual Finley se formou. Se categorias, conceitos, sociedades e história não possuem uma existência atemporal, em outras palavras, se tudo o que se poderia englobar na esfera do mundo humano é historicamente determinado, é forçoso lembrar que o historiador faz parte desta esfera.

Nos anos de 1920 e 1930 a economia era o aspecto pelo qual a sociedade se pensava e, na França, “a revista dos *Annales*, que leva o título de *Annales d'histoire économique et sociale*, responde inteiramente às questões de uma época que desloca o olhar dos aspectos políticos para os econômicos”⁵⁶, nos Estados Unidos da América, contemporaneamente, em um ambiente de perseguição e de discussão racionalizada dos limites da democracia enquanto forma de governo, formava-se um historiador da Antigüidade cujo olhar deslocava-se para o aspecto político num sentido mais amplo.

Finley entendia as categorias enquanto construções históricas que deviam ser tomadas como objetos específicos, relacionadas com as evidências que o historiador possuísse. Isto porque sua maior preocupação era entender o passado por si mesmo e os gregos em seus termos, preocupação que o levava a uma busca do vivido como base para explicar o passado.

Quando se pensa nos termos acima descritos para tentar entender o mundo antigo, torna-se necessário associar as categorias aos sentimentos, convicções, crenças e autoconsciência dos homens. Em função disso, o mundo antigo que transparece das obras de Finley é um mundo completamente diferente do mundo contemporâneo.

A *polis*, entendida como uma pequena comunidade *face-to-face*, com limitada extensão territorial e demográfica, de prevalência do interesse coletivo, emerge também como um mundo onde os homens não decidem suas relações em termos de lucro, de vantagens comerciais. Mundo no qual existia uma mentalidade aquisitiva desligada da produção. Assim, a esfera do econômico não apresenta à análise as categorias com as quais a economia política, forjada a partir da formação do Capitalismo, entende o *homo oeconomicus*.

Da mesma forma, e em concordância com a perspectiva de um mundo diferenciado, a esfera do político também é influenciada pela esfera da cultu-

⁵⁶ Dosse, F. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio / Campinas: Ed. UNICAMP, 1992, p. 22.

ra. Se para Finley o mundo antigo era um todo político, é preciso relembrar que a política é entendida como um dos elementos desta cultura comum que é a marca distintiva da *koinomia*.

A política era um dos traços formativos do cidadão da *polis*. Fazer política não era uma atividade em separado das demais que definiam a vida em *polis*. Política, no sentido de como o governo é conduzido, de como as decisões são tomadas, remete, no mundo da *polis*, para um leque de relações que comportam desde a filantropia dos mais ricos, que detinha uma relevante questão de honra ligada ao *status* e, passando pelo clientelismo, até à legitimação do poder fundada na tradição e no costume.

As determinações teóricas de Finley foram, certamente, potencializadas pela sua história de vida. O ambiente de perseguição e intolerância no qual ele se formou intelectualmente, de 1930 a 1970, favoreceu sua inclinação pela investigação do político e, por outro lado, em certa medida permite entender sua constante preocupação com as injustiças sociais presentes nas sociedades clássicas.

Não se pode determinar a origem destas preocupações; todavia é certo que Finley, em virtude de sua ascendência judaica, não deixou de considerar que a pobreza é o caminho mais curto para a miséria, e ele preocupou-se com isso: foi um classicista preocupado com as injustiças sociais de seu tempo e transferiu isso para o estudo das sociedades clássicas antigas, sem, contudo, impregná-las de um conteúdo moderno.

Introdução

A rede urbana espanhola, fundada no século XVI, permaneceu praticamente inalterada durante o século seguinte; de um lado, foram fundadas centenas de cidades, mas poucas cresceram e saíram da situação de *pueblos*, de outro, imensas regiões permaneceram habitadas por indígenas, não colonizadas pelos espanhóis, ou foram apossadas pelos ingleses, franceses e holandeses.

O século XVII foi marcado pela ocupação das terras da Coroa Portuguesa e Espanhola pelas potências estrangeiras: entre as regiões pertencentes à Espanha, Aruba e Curaçau foram ocupadas pela Dinamarca e Holanda; Jamaica, Barbados, San Cristobal e Ilhas Virgens pela Inglaterra, que atacou também as cidades de La Habana (1762) e Buenos Aires (1804); o Haiti, Martinica, Guadalupe, San Martin e Granada pertenceram à França, que durante décadas ocupou a costa do Brasil e foi também a responsável pela primeira fundação da cidade de São Luís do Maranhão.

Os holandeses também ocuparam as terras da Coroa Portuguesa, originando conflitos que se acirraram no período em que Portugal esteve unido à Espanha, quando, em decorrência do confronto entre os Países Baixos e a Espanha, os portugueses passaram de aliados a adversários dos holandeses¹. Em consequência, a Holanda atacou sistematicamente as colônias portuguesas da África e da América, ocupando temporariamente as duas mais importantes cidades do Brasil Colônia: o Rio de Janeiro, até 1565, e Salvador, durante alguns meses do ano de 1638, além de grande parte do litoral do Brasil: na costa leste fundou a cidade de Recife, em 1638 ocupou Salvador e o sul de Sergipe, apossando-se também de inúmeras vilas, como Filipéia (atual João Pessoa) e Natal. Invadiu também a costa norte no Pará e Maranhão, onde refundou a cidade de São Luís do Maranhão.

Com o término das guerras, os holandeses foram expulsos, primeiro do Maranhão e Pará, depois do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Porém, a partida dos holandeses provocou a perda do monopólio português do açúcar e a interrupção do tráfico de escravos africanos para os engenhos do Nordeste. Portugal recuperou sua independência e as vilas e cidades da colônia brasileira, mas era um país arruinado, com sua marinha destruída e grande parte de seu Império Ultramarino destroçado, restando apenas algumas poses na África e o Brasil². Para recuperar o controle do território e da popula-

1 Reis Filho, Nestor Goulart. La ciudad barroca. In: Cerrilos, M. L. (Org.). *História urbana iberoamericana*. Madrid: Testimónio, 1990, p. 522.

2 Prado, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 49.

ção do Brasil, Portugal iniciou uma reestruturação administrativa, a partir da década de 1690, mediante a fundação de assentamentos urbanos planejados e a regularização dos assentamentos espontâneos. E, na segunda metade do século XVIII, foi a vez da Espanha implementar uma geopolítica de defesa e proteção de seus espaços urbanizados e despovoados, para inibir a ocupação das potências estrangeiras e proteger suas fronteiras.

Este trabalho analisa os programas implementados pelas Metrôpoles espanhola e portuguesa em suas colônias americanas nas últimas décadas do século XVIII. Nossa metodologia contempla os centros urbanos inter-relacionados com o desenvolvimento econômico, político, social e cultural de determinada região. Nesse sentido, enfoca não só as principais cidades, mas os povoados que as circundam e as atividades produzidas nesta região. Como se trata de uma pesquisa de história urbana, com caráter comparativo, nosso objetivo é comparar os resultados dos programas implantados pelas duas Metrôpoles na América, tentando verificar as razões do sucesso no caso das cidades espanholas e por que, em que pese a política de Pombal para as cidades e vilas portuguesas na América, a maioria dos núcleos fundados no século XVIII pelos portugueses no território brasileiro permaneceu incipiente.

O trabalho está estruturado em três partes: a primeira descreve a aplicação dos programas espaciais pelas Colônias espanhola e portuguesa. A segunda compara os resultados destes programas e a terceira tece algumas reflexões sobre os fatores que contribuíram para o êxito ou insucesso desses programas nas colônias espanhola e brasileira da América.

Refundação urbana do despotismo ilustrado na América

O processo de exploração, conquista e colonização da América Espanhola, entre 1492 e 1567, foi compreendido em duas etapas: na primeira (1492-1519), teve um caráter móvel e marítimo, quando os exploradores percorreram as ilhas do Caribe e a costa norte do continente sul-americano³.

A segunda etapa, a partir de 1520, caracterizou-se pela ocupação do litoral e do interior, seguida de um ímpeto sem precedentes na fundação de

3 No entanto, o fato de as fundações desse período se caracterizarem por uma ocupação provisória, não significa que não tenha havido por parte de alguns conquistadores intenções de ocupação e fixação. Em sua primeira viagem, Colombo chegou até a América Central, a uma ilha que chamou La Española, onde fundou o povoado La Isabela, em janeiro de 1494, com o efetivo intuito de construir um sítio com caráter permanente [Hardoy, Jorge. *Evolución de la legislación urbana para Hispanoamérica durante el siglo XVI. Itr. Alomar, Gabriel (Org.). De Teotihuacán a Brasília*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987a, p. 82].

núcleos urbanos. Em 1567, data da fundação de Santiago de León, atual Caracas, a América Espanhola já possuía uma extensa rede urbana, com quase duas centenas de cidades distribuídas por todo o seu território, que permanece até os dias de hoje⁴.

Pouco se conhece sobre o período de conquista e exploração – 1492-1519. Suas primeiras fundações, geralmente localizadas em portos naturais ou em áreas de *cacicazgos* e próximas a explorações de ouro, resumiram-se a um forte ou a um centro de troca e tiveram uma ocupação provisória, com a finalidade de servir de ponto de partida para as expedições de conquista.

O fato de nenhuma das fundações desse período ter gerado uma atividade agrícola suficiente para manter seus habitantes nos novos povoados obrigou a população a depender totalmente do abastecimento indígena, obtido por meio de trocas ou, na maioria das vezes, arrancado pela força ou pelo trabalho servil. Isso resultou na destruição do sistema de produção indígena e de seus produtores, provocando também contínuos ataques por parte desses povos, seguidos de um posterior abandono das fundações pelos espanhóis⁵.

Para reverter este cenário de conflitos de fronteira, a Espanha promoveu, primeiro, uma reforma administrativa; além dos vice-reinos existentes, Nueva España e Nueva Castilla, foram criados mais dois: o Nuevo Reino de Granada, em 1740, com a capital em Santa Fé de Bogotá, e o do Rio da Prata, em 1776, com a capital em Buenos Aires. Foram criadas também a *Capitania General de Venezuela*, em 1777, e inúmeras audiências. Segundo, implementou uma eficaz geopolítica espacial, a partir de uma dupla estratégia: ocupação e defesa dos espaços despovoados e refundação urbana, que consistiu na transferência, remodelação, fortificação e proteção dos velhos núcleos fundados no século XVI e também na fundação de novos núcleos urbanos.

A primeira estratégia – fortalecimento dos espaços despovoados – concretizou-se com a construção de centenas de presídios nas linhas de fronteira dos confins do Mundo Hispânico colonizado. Nas fronteiras de guerra do norte, entre o México e as treze colônias inglesas, foram construídos quinze

4 Schürmann, Betina. Urbanização colonial na América Latina: planejamento urbano *versus* desleixo e caos. *Textos de História*, Revista do Programa de Pós Graduação em História, Universidade de Brasília, n. 7, 1999, p. 153.

5 Hardoy, Jorge. Localización y causas de abandono de las ciudades hispano americanas durante las primeras décadas del Siglo XVI. In: Hardoy, Jorge; Morse, Richard (Compiladores). *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana latinoamericana*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1989, p. 9-10. Em 1519, data em que termina a fase de conquista e exploração, apenas Santo Domingo, a primeira capital da Espanha na América, possuía as características físicas e uma população que justificava o título de cidade. Mesmo assim, a chegada da frota de Nicolás de Ovando, primeiro *Gobernador y Justicia Supremo de Las Índias*, com 2.500 pessoas, provocou um desabastecimento que nem mesmo a produção indígena foi capaz de suprir.

presídios, colocados a uma distância de quinze léguas, do oeste, Altar, construído junto ao Golfo da Califórnia, até o leste, na baía do Espírito Santo no Texas, surgiram presídios em Sonora, Nueva Viscaya, Conahuila e Texas, para defesa dos ataques não só dos ingleses como dos indígenas norte-americanos, comanches e apaches⁶.

Os presídios eram fortalezas ou grandes guarnições militares, auxiliadas por uma população colaboradora, que garantia subsistência para os moradores e animais. Localizados em locais elevados e protegidos por muralhas, às vezes com baluartes, esses presídios obedeciam ao traçado retangular ou quadrado da engenharia militar da época. Em virtude da instabilidade das linhas de fronteira, o material de construção utilizado nesses presídios foi a madeira, o que permitia o seu rápido deslocamento ou mesmo a sua destruição, quando eram incendiados após uma derrota em conflitos de fronteira, para evitar o uso de suas instalações, e também no caso de esses presídios se localizarem em zonas urbanas decadentes ou abandonadas.

As linhas divisórias entre os territórios português e espanhol tardaram para serem definidas, e inúmeras vezes os portugueses desrespeitaram as definições diplomáticas do Tratado de Tordesilhas (1494) e penetraram no território espanhol. Os espanhóis, acreditando serem os Andes e a floresta amazônica uma proteção natural, descuidaram da proteção dos presídios, nessa região, o que permitiu a bem-sucedida e agressiva política portuguesa na fronteira dessa região. Nas fronteiras de guerra da região sul, com o território ocupado pelos povos evangelizados das missões dos jesuítas, a necessidade de defender Buenos Aires dos ingleses e também para dar resposta à agressiva política de penetração portuguesa, foi construída uma rede contínua de presídios, nos mesmos moldes dos existentes no norte do México e na região centro-oeste.

A cidade de Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, na margem oriental do rio da Prata, foi o símbolo dos conflitos de fronteira, que só foram solucionados com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1757), quando a cidade passou a pertencer definitivamente ao Uruguai⁷.

A segunda estratégia, de modernização e fortalecimento dos espaços urbanizados, foi implementada do Caribe à Patagônia chilena e compreendeu, primeiro, a fortificação do sistema dos antigos núcleos urbanos, com a

6 Solano, Francisco de. Ciudad y geoestrategia española en América. *Irr*: Hardoy, Jorge; Morse, Richard (Compiladores). *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana latinoamericana*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1989, p. 49-50.

7 Solano, Francisco de. La ciudad iberoamericana durante el siglo XVIII. *Irr*: Alomar, Gabriel (Org.). *De Teotihuacán a Brasília*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987, p. 51.

construção de novos castelos, fortalezas, muralhas e fortins, e, ao mesmo tempo, a modernização e a remodelação dos castelos existentes⁸. Segundo, a fundação ou a transferência de novas cidades como Porto Belo e Guatemala, no Reino da Guatemala, esta última parcialmente destruída por um terremoto e reconstruída em outro local com o desenho da quadrícula.

Na realização desse projeto participou, em menor grau, a Coroa Espanhola e, principalmente, os habitantes da colônia, ordens religiosas, representantes dos vice-reinos, *Audiencias* e *Cabildos* e a população em geral: brancos, *criollos*, mulatos, pardos, mestiços e indígenas, nativos e emigrados da Espanha e das ilhas Canárias.

Os resultados desse programa foram bastante diferenciados. Na Patagônia chilena fracassou totalmente, pois as famílias vindas das ilhas Canárias não se adaptaram ao clima e os colonos foram transferidos para o Paraguai, onde seus descendentes até hoje se dedicam à criação de gado, a principal riqueza da região. Nesse país, o sucesso também foi relativo, pois, apesar dos esforços, a paisagem do Paraguai permaneceu rural até o século XX.

O fracasso da urbanização da Patagônia e das ilhas Malvinas deve-se às dificuldades de um clima inóspito, ausência de população, ataques estrangeiros e, principalmente, à inversão da Espanha, sobretudo pela falta de visão da importância geopolítica da região, o que resultou na ocupação pela Inglaterra e Holanda das ilhas *Falkland*⁹.

A aplicação do programa nas linhas de defesa da fronteira centro-oeste resultou na fundação de uma rede de núcleos urbanos, desde Santa Fé (1573), no extremo sul da Argentina até Corumbá (1777) e Cuiabá (1727), como pode ser acompanhado na Fig. 3.

Os programas aplicados nas linhas da fronteira sul foram bem sucedidos, pois muitos presídios fortalezas transformaram-se em cidades: Santiago de Montevideu, fundada em 1721, estimulou a fundação de uma rede de vilas dispostas na forma de dois anéis, para proteção contra os portugueses, como Las Piedras, Guadalupe, Concepción, Las Minas, Florida e San Juan Bautista (hoje Santa Lucia). Na fronteira com os atuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, foram formados os núcleos de San Carlos de Batovi, Belén e Nuestra Señora de los Remedios de Rocha (hoje Rocha). Como em todas as

⁸ Diferentemente dos presídios de fronteira, os castelos foram fortalezas mais sofisticadas; seus planejamento e construção estavam sob responsabilidade dos engenheiros militares, que utilizaram os mais modernos conhecimentos de engenharia naval da época.

⁹ A Patagônia chilena dinamizou-se apenas no século XX, com as levas de colonos alemães que construíram cidades com o traçado do *damero* e com uma arquitetura original em madeira.

idades portuárias, a Plaza Mayor de Santiago de Montevideu e da Colônia do Sacramento foi construída próxima ao porto e não no centro da cidade.

Merece um destaque especial a experiência aplicada no Reino do Chile. O mais surpreendente foi o fato de o Chile apresentar o mais grave processo de regressão urbana do século XVII, com fugas maciças de populações, ordens religiosas e *hacendados* para as zonas rurais, causadas pelas lutas entre espanhóis, *criollos* e índios *araucanos*, resultando no mais grave processo de desurbanização de toda a América Espanhola.

O caráter original da criação dos núcleos urbanos diferenciou o Reino do Chile de toda a área americana; em primeiro lugar havia uma escassez de terras da Coroa, concentradas nas mãos de uma minoria de *hacendados*, o que parecia ameaçar a execução do projeto nessa região. Outro complicador, a falta de recursos por parte dos poderes públicos e dos futuros *vecinos* aumentava as dificuldades para a aplicação do programa. Como a prática da expropriação passou a ser conhecida e aplicada somente no século XX, a solução encontrada foi a aquisição de terras, mediante compra ou o estímulo de doação de terrenos pelos proprietários.

Para vencer os costumes arraigados dos colonos foram necessárias vontades políticas para reunir uma população descrente dos valores urbanos. A Coroa Espanhola, dando uma atenção especial para o Chile, aplicou as *Ordenanzas* válidas para toda a América Espanhola e acrescentou algumas específicas para o Chile, como a Cédula Real, de 26 de abril de 1703, que obrigava, em um prazo de seis meses, a todos os habitantes brancos,

(...) dispersos em chácaras, fazendas e ranchos, a voltarem para as cidades já povoadas ou se concentrarem em outras que estavam sendo fundadas. Estas medidas foram acompanhadas por uma política de fundação de núcleos urbanos, sem precedentes em toda a América, com um ímpeto desconhecido nas outras regiões, possibilitando ao Chile chegar ao século XIX com uma dinâmica urbana inexistente na América Latina.¹⁰

Vale destacar a inexistência de planos em todas estas ações; o que sobressaía era o objetivo básico de desruralizar o Chile, o que foi realizado durante cinco décadas, com a fundação de centenas de cidades. O sucesso dessa medida é devido à habilidade dos políticos chilenos, à flexibilidade do Conselho das Índias e, principalmente, à coragem das *Juntas de Poblaciones* – encarregadas

¹⁰ Solano, 1987, p. 278.

de organizar a tarefa de urbanização. Os três atores apelaram para todos os meios: a emissão de toneladas de *Capitulaciones Reales*, a venda de títulos para angariar fundos; a retomada de terras privadas com uma combinação de repressão e estímulo – castigos para os que recusavam a colaborar e prêmios aos que colaboravam e doavam terrenos. A ação organizada de todos estes atores conseguiu reverter o mais grave processo de regressão urbana de toda a colônia espanhola, possibilitando que o Chile alcançasse, no final do século XVIII, uma dinâmica urbana inexistente no resto da América Espanhola¹¹.

Reforma de Pombal nas vilas e cidades do Brasil

Com o objetivo de implantar a ordem e a autoridade portuguesa em todo o território brasileiro e especialmente nas fronteiras de guerra com o mundo hispânico, as vilas e cidades do Brasil também foram submetidas a modificações rigorosas em seu traçado urbano e arquitetônico. Pombal, representante do absolutismo ilustrado, submeteu as cidades portuguesas no Brasil a uma rigorosa remodelação, além de planejar a fundação de novas cidades.

Essa política iniciou-se no interior do Nordeste, direcionou-se para as linhas de fronteira com o território espanhol, da região Amazônica às fronteiras do extremo sul, e terminou no litoral com o novo sistema de fortificação. Nas antigas e novas vilas e cidades foram aplicadas regras de alinhamento e foi previsto um traçado urbano ordenado no qual a praça era demarcada em primeiro lugar, com previsão da localização da igreja, do pelourinho, da casa da câmara e cadeia e de outras edificações públicas. Os lotes individuais concedidos para a construção de residências privadas deveriam ser alinhados e obedecer ao mesmo feitiço externo. Muitas vezes foi incorporado o papel econômico das novas vilas, como no Amazonas, quando os administradores recomendaram o comércio e a exportação das plantas medicinais produzidas na região¹².

Reflexões comparativas. Cidades coloniais da América

Na comparação entre os programas aplicados pelas Metrôpoles Espanhola e Portuguesa na América, chama a atenção uma primeira diferença, o número de cidades: os conquistadores espanhóis, do século XVI até as guer-

¹¹ Solano, 1987, p. 280.

¹² Delson, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Alva, 1997, p. 51-53.

ras de Independência (1810-1824), fundaram duas centenas de cidades na América, contrastando com as poucas cidades portuguesas no Brasil. Sobre as causas do reduzido número de cidades no Brasil Colônia, vale lembrar que a verdadeira unidade de produção foi a grande propriedade rural, que direcionou o dinamismo do sistema colonial português para o campo. Ao se referir às cidades portuguesas na América, Holanda reforça este argumento ao afirmar:

*Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve a sua base fora dos meios urbanos (...) o que os portugueses instauraram no Brasil foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas.*¹³

As proibições do Reino, ao inibir as atividades produtivas na colônia portuguesa, contribuíram também para consolidar esta urbanização incipiente. Portugal, temeroso de que a indústria colonial afetasse a concorrência de seu comércio, impediu sistematicamente o desenvolvimento de várias atividades produtivas: o ofício de ourives foi proibido na capitania das Minas Gerais em 1759, quando todos os ourives foram expulsos dessa capitania; em 1785 foram extintas todas as manufaturas têxteis, com exceção daquelas especializadas em panos grosseiros de algodão para as vestimentas dos escravos; já existiam gráficas em todas as principais cidades da colônia espanhola, quando foi criada e fechada no mesmo ano de sua fundação a primeira oficina gráfica no Rio de Janeiro, mediante a Carta Régia de 5 de julho de 1747. O medo da concorrência não prejudicou apenas a indústria e os ofícios, mas estendeu-se às atividades rurais quando, no início do século XIX, Portugal proibiu a exportação de trigo, do Rio Grande do Sul para outras regiões do Brasil, impedindo também a própria plantação desse cereal.

Na América Espanhola, a extração de metais preciosos para exportação, desde a segunda metade do século XVI, estimulou o desenvolvimento de uma economia urbana, na qual o programa de fundação de cidades foi sua estratégia básica. A viabilização dessa economia gerou núcleos urbanos especializados em atividades comerciais, de exportação inter-regionais e industriais, com manufaturas de diversos ramos, como as *obrajes*, fábricas de

13 Holanda, 1998, p. 73. (OBS.: NÃO HÁ A REFERÊNCIA DE HOLANDA NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO ORIGINAL)

tecidos que empregavam mulheres indígenas e a construção de navios nos portos de Guayaquil.

A cidade ilustrada e barroca espanhola não só diversificou a sua produção material, mas transformou as suas cidades em importantes centros de produção cultural, nos quais a imprensa contribuiu para reforçar e consolidar o dinamismo urbano por meio de inúmeros jornais: as *Gacetas* do México e de Lima, o *Mercurio Peruano* de Lima, o *Mercurio Volante* do México, o *Telégrafo Mercantil* de Buenos Aires, e o *Primícias de La Cultura* em Quito. A partir de 1535 já existiam gráficas em Buenos Aires e na cidade do México, e, em finais do século XVI, foram criadas oficinas gráficas em Lima, que resultaram na publicação de 251 livros. As cidades administrativas espanholas foram também centros universitários e algumas delas chegaram a possuir mais de uma universidade, como no caso de La Plata, na Bolívia. Apesar do desaparecimento dos arquivos das universidades de Lima e Chuquisaca, o número dos estudantes diplomados em todas as universidades, no período colonial, é estimado em 150 mil. Apenas a Universidade do México, no século XVIII, diplomou 7.850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. Nesse mesmo período, podemos comparar esse número com o de estudantes brasileiros graduados na Universidade de Coimbra (720), um número dez vezes menor¹⁴.

O sucesso da geo-estratégia espanhola pode ser constatado também pelo crescimento demográfico. Apesar de os dados não serem muito confiáveis, as cidades espanholas mais populosas, no final do século XVIII, foram Havana e Potosí, que já atingira 160 mil habitantes, mas apresentava um acentuado declínio demográfico como todos os centros mineiros¹⁵. Em seguida, estavam as outras capitais dos vice-reinos: a Cidade do México, entre 1786 e 1789, possuía uma população estimada em 113 mil habitantes; Lima devia ter sessenta mil almas, enquanto Bogotá e Buenos Aires estavam em terceiro lugar, ambas com uma população entre vinte e trinta mil habitantes. Outras cidades populosas foram Guanajuato, centro mineiro de 32 mil habitantes, Guatemala com 23.500 e Cuzco, cuja população, após perder o seu dinamismo em favor de Lima, não passava de 26 mil. No início do século XIX, época que marcou também o fim do período colonial, o crescimento demográfico atinge a região antes marginal de Buenos Aires, que dobrou a sua população para 42.052 habitantes, e Santiago do Chile, que tinha quinhentos *vecinos*, no início do século XVII, e atingiu quarenta mil habitantes¹⁶.

¹⁴ Holanda, 1998, p. 119-120.

¹⁵ Potosí alcançou 160 mil habitantes no século XVII, enquanto Sevilha nesta época não teve mais de 18.000.

¹⁶ Hardoy, 1989, p. 221.

O crescimento demográfico e populacional provocou, de um lado, melhorias urbanas – sistema de esgoto, iluminação pública, construção de cemitérios etc. – e, de outro, estimulou crescentes migrações atraídas pelas perspectivas de desenvolvimento da mineração, do comércio e da pré- indústria.

Nesse cenário merecem ser destacadas outras transformações: a) o acréscimo ao espaço do traçado geométrico do *damero* de bairros desordenados com edificações precárias, auto-construídas nas periferias, espaços ilegais e carentes de equipamentos urbanos, onde se mesclavam miséria e periculosidade, que, junto com o desemprego, fomentaram as *revueltas callejeras*; b) a criação de milícias contra os pobres para repressão dessas revoltas de ruas; c) o crescimento da mestiçagem e a ascensão das camadas médias; d) a formação de uma consciência de uma identidade nacional contrária à postura de colonizado consolidou o *criollismo*, e) a difusão das idéias do Iluminismo francês, trazidas da Europa pelos filhos dos *criollos*, que penetram nas mentes e se incorporam ao comportamento. Criam-se jornais e bibliotecas estimulando o debate contra as monarquias absolutistas e a favor da liberdade, igualdade e principalmente da modernidade e progresso.

Conclusões

As transformações do século XVIII, provocadas por fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos, moldaram uma nova estrutura e organização urbana. Essas mudanças, resultantes de um longo processo, iniciado no século XVII e consolidado em finais do século seguinte, apresentaram uma cidade mais próxima da cidade do século XIX do que da cidade colonial.

Entre as importantes mudanças urbanas e espaciais na América Espanhola, podemos destacar: a consolidação de uma rede urbana com cidades cosmopolitas, acompanhando e copiando as suas congêneres européias, a homogeneização dos quarteirões da cidade, que perderam o seu eterno aspecto inacabado, decorrente do contraste entre as poucas edificações monumentais – igrejas, conventos, mosteiros e poucos palácios – e a grande maioria de casas modestas. Na cidade barroca e ilustrada, as torres das catedrais e as edificações públicas destacavam-se na trama das cidades coloniais espanholas, constituindo referências para a população.

O processo de refundação urbana implantado nas ilhas do Caribe e no litoral e interior do continente sul-americano resultou na proteção das cidades portuárias existentes, quando foram desativados fortalezas e castelos por se encontrarem em zonas urbanas decadentes ou cidades abandonadas e em

seu lugar foram construídas novas fortalezas.

A política de proteção das duas grandes ilhas das Antilhas obteve resultados diferenciados: a ocupação de La Habana pelos ingleses, em 1762, e da parte ocidental de Santo Domingo pelos franceses, fundando Saint Domingue (Haiti), mostrou a fragilidade e a inoperância da defesa móvel, por meio de frotas. Santo Domingo, primeira terra ocupada por Colombo, em 1492, foi invadida por 30 mil franceses acompanhados de 100 mil escravos negros. O Tratado da Basiléia obrigou a Espanha a doar à França o resto da ilha. A Coroa Espanhola respondeu aumentando a defesa de La Habana, com a modernização dos três castelos existentes e a construção de mais dois novos, além de promover a fortificação de outros núcleos urbanos, como Matanzas e Santiago de Cuba.

Na cidade de Guatemala, no Reino da Guatemala, destruída por um terremoto, surgiram dois planos: o primeiro, dos representantes do governo, que eram favoráveis à transferência, e o segundo, das ordens religiosas que, temerosas da desvalorização da terra e de não conseguirem a doação no novo local, defendiam a reconstrução da capital no mesmo local.

Entre os cinquenta núcleos urbanos fundados nas margens do rio Orinoco venezuelano e na fronteira com o Brasil, o mais importante foi a Ciudad Guayana. A tentativa de organização de reduções indígenas, por frades capuchinhos e jesuítas, nos moldes das Missões Guaranis do Paraguai e Brasil, não obtiveram o mesmo sucesso do sul.

Nas regiões que correspondem hoje ao Equador, Peru e Bolívia, a defesa natural dos Andes e da floresta amazônica foi interpretada pela Espanha como uma das regiões menos necessitadas de proteção. Mesmo assim foram construídas fortalezas nas cidades do litoral e fundados alguns núcleos urbanos.

No sul foram fundadas as cidades de Santiago de Montevideu e Colônia do Sacramento, na Banda Oriental do rio da Prata, ambas com o traçado do *damero*; como em todas as cidades portuárias, a Plaza Mayor foi construída próxima ao porto e não no centro.

Em volta de Montevideu foi criada uma rede de vilas (Las Piedras, Guadalupe, Concepción, Las Minas, Florida e San Juan Bautista, hoje Santa Lucia). Na fronteira do Paraguai com o Brasil (estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), foram fundados os núcleos de San Carlos de Batovi, Belén e Nuestra Señora de los Remedios de Rocha (hoje Rocha).

O povoamento dessa região só foi possível graças à transferência de famílias inteiras das ilhas Canárias, algumas vindas da fracassada experiência na Patagônia chilena, que se dedicaram à criação de gado, até hoje a principal riqueza da região. Apesar desses esforços, a paisagem do Paraguai continuou e

permaneceu rural até o século XX; Assunção, sua principal cidade, nunca atingiu oito mil habitantes e toda a região não passou de 32.391 habitantes.

Para terminar, é importante lembrar, diante deste cenário de desurbanização que se espalhou por toda a América Colonial, o dinamismo urbano dos trinta povoados levantados pelos jesuítas no século XVII, entre os rios Uruguai e Paraná, na região conhecida pelo nome de Território das Missões. Com o objetivo de proteger os indígenas já catequizados dos bandeirantes, estas missões alcançaram um nível de autonomia inigualável na América Espanhola, em sua organização econômica, política, social e cultural. Nas três primeiras décadas do século XVIII sua população atingiu quase 140 mil habitantes, apesar das epidemias de varíola e das constantes guerras promovidas por colonos portugueses e brasileiros. A Guerra dos Sete Povos das Missões, com resistência armada liderada pelos padres jesuítas, terminou com a derrota das missões e o abandono das terras pelos indígenas.

O desenvolvimento autônomo das Missões refletiu-se na arquitetura e no desenho urbano de seus povoados. Apesar de estes povoados manterem suas ruas retas e com praças, estas e as principais edificações não seguiram as *Ordenanzas* de Madri e se localizaram em um dos cantos do espaço construído. Ao mesmo tempo, sua arquitetura religiosa seguiu os padrões da Igreja de Gêsu, em Roma, substituiu suas primeiras igrejas de madeira pela pedra, com decoração interna de azulejos e ladrilhos fabricados pelos índios nas próprias missões. Obedecendo à tradição de vida comunitária dos indígenas, as residências privadas tiveram a forma de pavilhões, com cinco a dez quartos independentes entre si e dando para uma ampla galeria.

Com a expulsão dos jesuítas teve início o processo de decadência das missões guaranis, que passaram de 100 mil habitantes, em 1764, para 42 mil em 1801. Este processo de destruição foi consolidado com os ataques brasileiros, que completaram o genocídio dos indígenas e a destruição de seus povoados. Mas esta prática de autonomia pode ser considerada um dos mais importantes exemplos de emancipação social na América.

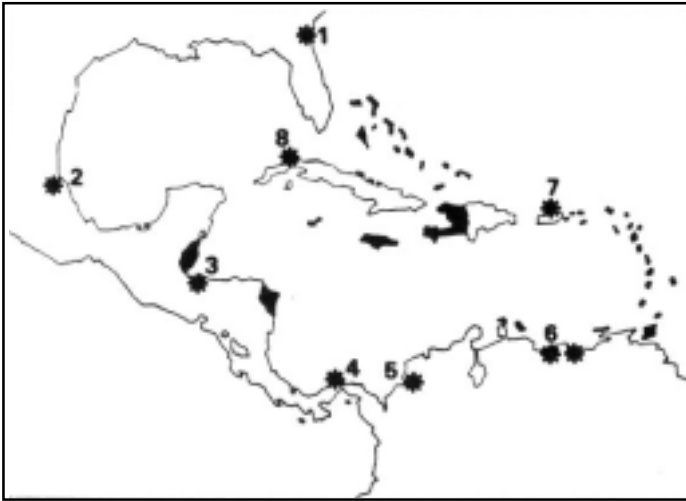
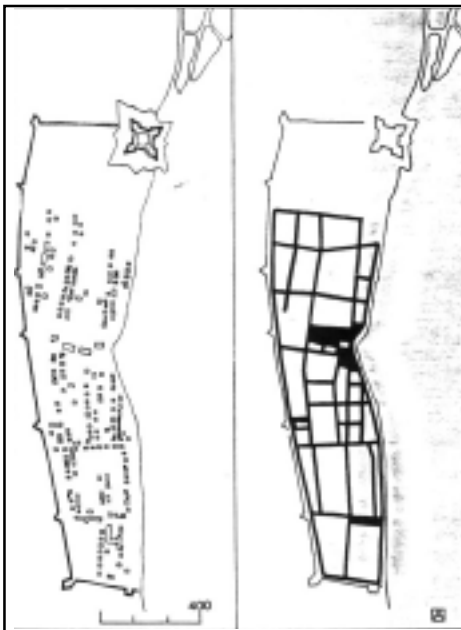


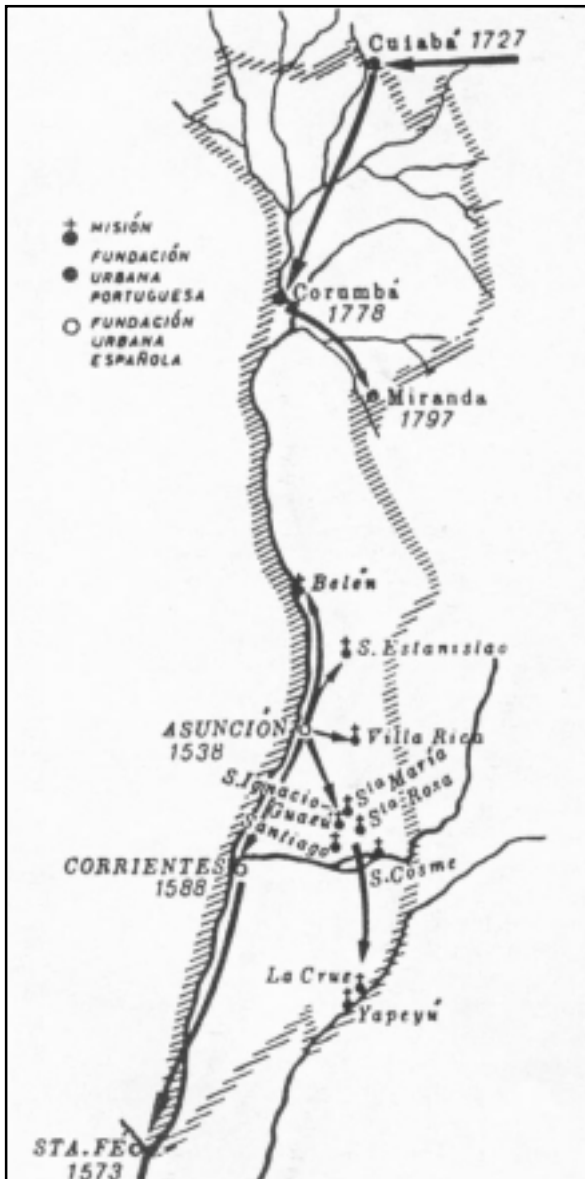
figura 1: Mapa do Caribe no século XVIII: as possessões espanholas em mãos das potências europeias em negro e asteriscos numerados marcam os locais de núcleos que foram fortificados no século XVIII: 1. San Agustín de la Florida. 2. Veracruz. 3. Omoa. 4. Portobello. 5. Cartagena de Índias. 6. Puerto Cabello e La Guaira. 7. San Juan de Porto Rico. 8. La Habana.

Fonte: Hardoy, Jorge. (1987b). Urbanismo colonial en America del Sur. Siglo XVI. In: Alomar, Gabriel (Org.). *De Teotihuacán a Brasília*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987b.



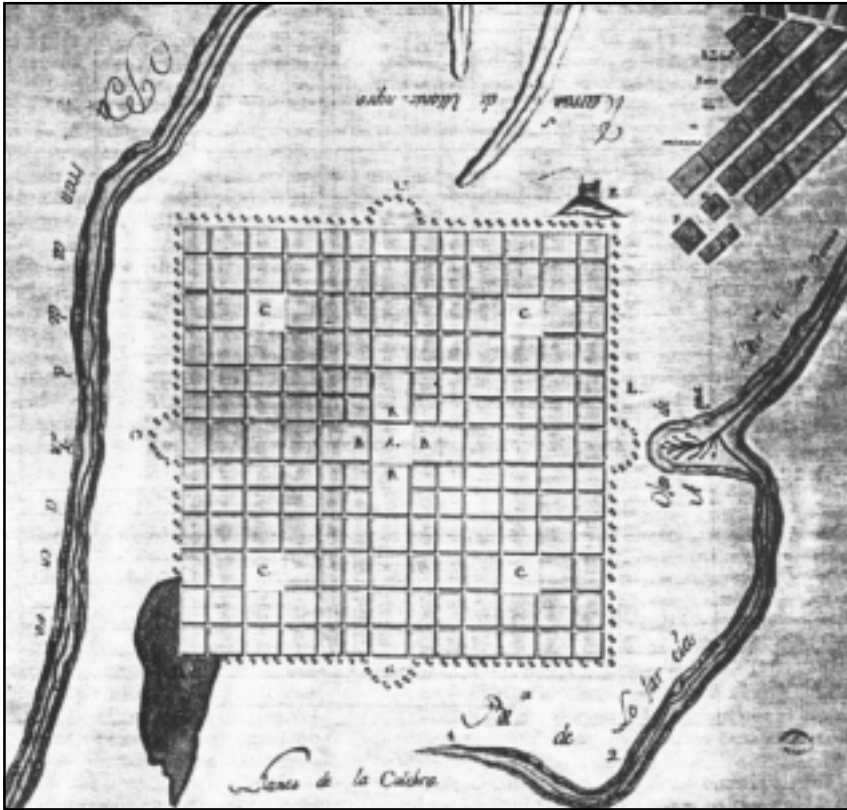
Fonte: Solano, 1987.

figura 2: Planta de San Agustín de la Florida, no século XVIII, exemplo de presidio fortaleza que se transformou em cidade.



Fonte: Solano, 1987.

figura 3: Linhas de defesa nas fronteiras de guerra com o Brasil.



Fonte: Solano, 1987.

figura 4: Projeto de Luiz Díez de Navarro de 1778, para a realização da nova cidade da Guatemala.

Repovoamento e reurbanização: as relações entre o Diretório dos Índios Grão-Pará e Maranhão e o direito indiano*

Maria Helena Ochi Flexor**

Resumo

Trata-se do estudo acerca da política portuguesa de repovoamento e reurbanização de diversas vilas do Brasil, especialmente aquelas que tinham sido aldeias dos jesuítas, expulsos em 1759. Deu-se liberdade aos índios, mas ficaram submetidos a um Diretório que passou a ser válido para todo o Brasil. O Diretório inovava a visão eurocêntrica do índio, ao tempo em que determinava como devia viver, morar, trabalhar ou ser tratado etc. O modelo para essa inovação foi tirado pelo irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, idealizador e encarregado de implantar aquela política no Estado do Grão-Pará e Maranhão, do tratado de direito *de Iure Indiarum*, de Juan de Solórzano y Pereira, Ouvidor das audiências do Peru no século XVII. Mostram-se as influências desse Direito Indiano sobre o citado Diretório.

Palavras-chave:

reurbanização do Brasil – repovoamento do Brasil – Vilas regulares – liberdade dos índios

Abstract

One is about the study concerning the Portuguese politics to populate again and a new urbanization of diverse villages of Brazil, especially those that had been "aldeias" of the "jesuítas", banished in 1759. Freedom to the Indians was given, but they had been submitted to a Directory that all started to be valid to all Brazil. The Directory innovated the eurocentric vision of the Indian, to the time where it determined as it had to live, to work or to be treated, etc. The model for this innovation was taken off by the brother of Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, idealizer and person in charge to implant that politic in the State of Grão Pará and Maranhão, of the treated one to right, *de Iure Indiarum*, of Juan de Solórzano y Pereira, Listener of Peru. One reveals the influences of this Peruvian Indian Right on the cited Directory.

Keywords:

new populate villages of Brazil – new urbanization of Brazil – regular villages – Indians freedom

* O presente artigo já foi publicado nos Anais da XXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, p. 215-223, 2002.

** Professora de Estética e História da Arte do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIME (União Metropolitana de Educação e Cultura, Lauro de Freitas, Bahia), professora de Evolução das Artes e História do Design, no Curso de Design da UNIFACS (Universidade Salvador, Salvador, Bahia). Professora Emérita e aposentada da UFBA, ainda atua nos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Artes Visuais, das Faculdade de Arquitetura e Escola de Belas Artes respectivamente.

O projeto empreendido durante o reinado de D. José I e a ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, nos meados do século XVIII, caracterizaram-se pela criação de núcleos urbanos a partir das antigas aldeias religiosas, especialmente jesuíticas, com estratégias de povoamento e civilização dos índios, tipo de povoadores, instalação das vilas, cerimonial e encarregados dessa criação, autores dos riscos.

Dentro desse projeto de repovoamento e reurbanização, a Metrópole portuguesa ordenou a elevação de antigas aldeias, as maiores a vilas e as menores a lugares ou povoações, desmembrando-as de outras Câmaras e entregando sua administração aos índios. Dependendo da localização e tipo de população pré-existente, foram ainda criadas freguesias¹, aldeias e julgados. O objetivo, na prática, era civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa e integrá-los na sociedade dos brancos, em núcleos urbanos para, assim, povoar, ocupando efetivamente o solo, e defender o território da América portuguesa.

Portugal e Espanha adotaram, no século XVIII, o conceito original de defender o território povoando-o (*ut possedetis*), estabelecendo alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico americano². Pelo lado espanhol também se promoveu um plano de ocupação do solo, tentando avançar as fronteiras com povoações de crioulos ou espanhóis, especialmente galegos e canários, enquanto do lado português se povoava o solo com índios, lusos e brasileiros dispersos, minhotos e açorianos.

Na Bahia, um documento (incompleto) de 28 de setembro de 1758, do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), traz a *Instrução para a diligência de se erigirem em Villas as Aldeyas dos Índios*. Esse documento mandava que a diligência principiasse depois de publicadas as Leis, de 6 e 7 de junho de 1755³, que dava liberdade aos índios do Grão-Pará e Maranhão, e o Alvará de 8 de maio de 1758, que estendia essa medida para todo o Brasil. Boa parte dessa *Instrução* estava contida no *Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*⁴, redigido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁵, e ex-

1 Muitos autores confundem esses tipos de núcleos urbanos com freguesia ou paróquia, que são divisões administrativas eclesiásticas.

2 Gutierrez, Ramón. *Arquitectura y urbanismo em Iberoamerica*, 2. ed. España: Cátedra, 1992, p. 220.

3 *Carta Régia, 1757-1758*, APEB, Lº 60, fl. 474rv; Catálogo Eduardo de Castro e Almeida, AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, doc. 3.633.

4 *Ir: Boletim de Pesquisas da CEAM*, Manaus. v. 3, n. 4, p. 85-126, jan./dez. 1984. Confirmado como Lei pelo Alvará de 17 de agosto de 1758. Vide também Almeida, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1997 (Diretório no Apêndice).

5 Meio-irmão de Pombal, mandado para o Norte, como Ministro Plenipotenciário das demarcações decorrentes do Tratado de Madri.

tensivo, posteriormente, para as outras regiões.

A liberdade dos índios ainda era fictícia, pois se aplicava entre os nativos a prática corrente em alguns lugares da Europa, e de Portugal, estabelecida pelas Ordenações, pela qual os filhos órfãos de pais mecânicos⁶, ou pais vivos dementes, deviam dedicar-se aos ofícios mecânicos ou trabalhar a soldada. “O mesmo parece justo que se observe com os filhos de índios ainda que tenham pais vivos, porque por dementes e pródigos se reputam governados por Directores como seus tutores”. Outros, mais hábeis, seriam alvo da educação cujos efeitos, segundo o Ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, chegavam a “perverter ainda nos brutos, mais indomitos” a vida selvagem, especialmente os mais pequenos⁷. Até que os índios fossem capazes de se inserir na sociedade civilizada ou, como diziam, na “sociedade civil”, deviam ter um Diretor em cada vila, ou aldeia, com funções mais de orientação e instrução do que de administração. Bondade, suavidade e brandura no tratamento dos índios foram insistentemente recomendadas.

Ao lado da liberdade pessoal, foi dada aos índios a liberdade de comércio e de possuir bens individuais, com vantagens e prêmios para aqueles brancos que casassem com índias⁸, pois não “ficariam com infâmia”, e foi proibido chamar seus filhos de caboclos, igualando-os em tudo, teoricamente, aos outros vassalos brancos⁹ ou pardos “disfarçados” de brancos. O mesmo se praticaria com relação às portuguesas que casassem com índios. Estes eram proibidos, entretanto, de casar com negros e negras cativos ou escolhê-los como padrinhos e madrinhas de batismo e confirmação¹⁰, tudo devidamente regulamentado pelo *Diretório. As Instruções*, como o *Diretório*, dispunham sobre a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, criação de escolas para ensino dos índios, meios de persuadir os mesmos a se vestir e habitar casas unifamiliares, entre outras providências. Tudo isso dentro de cada vila a ser criada.

Para acelerar os estabelecimentos das vilas¹¹ na Bahia, por exemplo, designaram-se vários ministros: ouvidores e corregedores, juizes de fora e capitães-mores, com jurisdição especial. Um relatório do Tribunal do Conse-

6 Referência a oficiais mecânicos, designação dada aos artesãos.

7 *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 32, 1914, p. 372 e 373.

8 Entre os prêmios incluíam-se os Hábitos da Ordem de Cristo.

9 Lei de 4 de abril de 1755 e Alvará de 17 de abril de 1755. O mesmo foi feito na Índia e China.

10 *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 32, 1914, p. 376.

11 A Carta Régia de 22 de julho de 1766 reafirmava as instruções para o Governador e Capitão-General da Bahia, Conde de Azambuja, para criar vilas na Capitania (*Annaes*, v. 32, p. 353; v. 36, p. 145). A Bahia já havia recebido a Provisão de 8 de maio de 1758 e o texto das Leis de 6 e 7 de julho de 1755.

lho de Ultramar¹², formado na Bahia para esse fim, dava notícias ao Rei, em 22 de dezembro de 1758, sobre seus passos. Nas primeiras sessões discutiram sobre o “modo de estabelecimento Político, e Civil, das Aldeias de Índios, que V. Magestade mandou erigir em Villas”. Assentaram, também, que “deviam preceder informações verídicas, e individuaes das situações de cada huã das ditas Aldeias, e da qualidade, e extensão das fazendas, que lhes ficão em circuito declarando-se se estão possuídas por alguém ou devollutas; da qualidade, e número de cazaes de que se compõem aquelles povos, declarando-se a differença que há entre elles e de civilidade, ou cabedaes”¹³. Devido às dificuldades que se encontrariam no estabelecimento das vilas, antes de ter as informações acima citadas, e por não haver pessoas que pudessem levantá-las e outras que fossem fazer os estabelecimentos, especialmente devido às grandes distâncias, estipulou-se que depois de instalada uma vila mais próxima se regularia o estabelecimento das outras vilas, e que cada um dos informantes que fosse mandado para outra localidade pudesse logo levar instruções, munido de jurisdição para a criação das vilas. Isso deliberado, foi passada provisão a João Ferreira de Bitencourt e Sá, Juiz de Fora da capital da Bahia, para estabelecer a vila na Aldeia do Espírito Santo da Ipitanga, com o nome de Abrantes, desmembrada da Câmara de Salvador¹⁴.

Criada a vila de Abrantes, entre outras providências, continuou-se a discutir sobre se manter, ou não, os rendeiros brancos que ocupavam parte das terras, tendo em vista as regras estabelecidas para redistribuição de sesmarias. Essa discussão decorreu, sobretudo, devido à voz corrente na Europa de que as terras na América eram muito fracas e que o superpovoamento poderia causar falta de alimentos, rebatendo outros que seria a “mayor felicidade de qualquer Republica”¹⁵ ter muitos povoadores, sendo apregoado no Reino da França, em 1756, por um político anônimo, o discurso com o título “Amigo dos Homens”, que falava sobre a instalação de pessoas estranhas nos territórios em processo de povoamento. Nessa discussão, os conselheiros

12 Em 1758 foram enviados os conselheiros do Rei, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo e Manuel Estevão de Almeida de Vasconcelos Barberino, para, sob a presidência do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, Vice-Rei do Brasil, e com o Desembargador do Tribunal da Relação, Antônio de Azevedo Coutinho, formarem esse Tribunal do Conselho de Ultramar, na Bahia.

13 Vide Amaral, Braz do. *Limites do Estado da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917, v. 2., p. 198; Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, AHU, Bahia, doc. 2.666 e 2.698, 2.708, 2.710, 2.713, 2.715, 6.429; Viana, Francisco; Campos, José de Oliveira. *Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia*. Bahia, 1892, p. 98, 101-102; *Annaes*, 1914, v. 32, p. 51-53, 54-62, etc.

14 *Annaes do Arquivo Publico da Bahia*. De como viviam os índios de Nova Abrantes do Espírito Santo. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, v. 26, p. 5-45, 1938, p. 6, 8-9.

15 Entenda-se República como referência ao Senado da Câmara.

invocaram a civilização dos primeiros gregos, dos romanos, dos bárbaros europeus, e mesmo dos gregos sujeitos ao czar de “Moscovia”, adotando esta última tese e alegando que só pelo contato com os brancos é que os índios poderiam civilizar-se (APEB, cad. 32, fls. 25, 27-28, 32)¹⁶.

O *Diretório e Instruções* estipulavam, ainda, que seria conveniente que os índios perdessem seus nomes bárbaros, que tivessem nomes e acrescentassem sobrenomes portugueses, permitindo confundirem-se com os outros vassallos em obediência às ordens régias. Determinava-se que tirassem os nomes bárbaros das aldeias, trocando-os por outros das vilas civilizadas, alegando ser “contra todas as suas Leys da Política dos estados, que nelles haja Villas a parte, de certas Nações, que fação hum corpo diverso dos outros Povos, como reconheceo a Monarquia de Hespanha nas Leys novíssimas porque igualou os Aragoneses, Catalaens, Valencianos com todos os mais Vassallos de Castella”¹⁷. Fruto das discussões sobre esse assunto, na maior parte das vilas, ficou estabelecido o convívio entre índios e brancos.

Depois de Abrantes foi provido o bacharel Tomé Couceiro de Abreu, para Porto Seguro, pelo tempo de três anos. Recebeu a *Instrução para o Ministro, que vay criar a nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro*¹⁸, datada de 30 de abril de 1763, que complementava ou enfatizava o *Diretório*. Continha 18 itens, incumbindo-o, também, de criar vilas, e demarcar seus termos¹⁹. A instrução nº 9 recomendava que o Ouvidor “nem pela imaginação”, devia deixar “passar o objecto de ir fazer o descobrimento de Minas, mas antes se deve aplicar muito seriamente, depois dos estabelecimentos das novas Villas que puder erigir, e da educação dos seus novos Habitantes; na cultura dos frutos para se sustentarem com abundancia, não só os Mercadores das mesmas terras, mas fazerem o commercio delles para a Bahia e Rio de Janeiro” e, com seu produto, comprar escravos para aumentar as plantações. Esta recomendação, e a do parágrafo 17²⁰, eram insistentemente feitas e, inclusive, eram registradas junto com os autos de elevação das vilas.

16 APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial, antigo Índios, cad. 32, fls. 25, 27-28, 32.

17 *Idem*, fls. 31-32.

18 AHU, Bahia, cx. 157, doc. 40. 1763, ms, avulsos.

19 Esta tarefa de criar vilas não estava incluída explicitamente nas *Ordenações Filipinas* que regiam a vida no mundo português. Mas, segundo essas mesmas *Ordenações*, os ouvidores deviam mandar fazer as benfeitorias públicas e promover povoamento de núcleos despovoados (*Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Lº 1, p. 109, 114).

20 Recomendava a troca de nomes indígenas das povoações para outros dos “das Cidades, ou Villas deste Reino”, conforme está referido no texto. AHU, Bahia, cx. 157, doc. 40, 1763, ms. Avulsos; Mendonça, Marcos Carneiro de. *Século XVIII; século pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1989, p. 362-364.

Criada a vila, de posse das leis, cumpriam as outras formalidades e elegiam juiz ordinário e de órfãos, vereadores e procurador do Conselho da Câmara, para o ano e os três anos seguintes, e demais funcionários necessários. Os índios, segundo as Leis e *Instruções*, tinham prioridade no governo das vilas, preferindo os casados aos solteiros para as propriedades e serventias dos ofícios. Mas, os solteiros teriam prioridade antes de quaisquer outras pessoas, “de qualquer prerrogativa e condições que sejam, ou destes Reynos ou do Brasil, ou de qualquer outra parte”, de sorte que só os moradores da vila deviam servir esses ofícios²¹. Havendo índio que soubesse ler e escrever, ocupava o cargo de escrivão. Em muitos casos foram indicados portugueses, tanto para Diretores, como para escrivão da Câmara, tabelião de notas, escrivão do judicial, de órfãos, de alcaide, de acordo com as próprias Ordens Reais. Caberia a estes ensinar os índios, com aptidão, a ler e escrever para, depois, servir os ofícios. Se houvesse português casado com índia, este teria preferência para o cargo. Os brancos deveriam deixar os cargos assim que houvesse índios aptos para ocupá-los.

O *Diretório*, somado às Cartas Régias e às *Instruções*, dadas às diversas autoridades encarregadas de criar núcleos urbanos, são exemplos típicos de planejamento escrito para criação das vilas e seu povoamento. As pesquisas fazem perceber que, se, de um lado, esse plano teve influências de urbanistas europeus, de outro, foi fruto da assimilação das novas ideologias relativas às relações humanas, defendidas pelos europeus e absorvidas pelo iluminismo luso-espanhol. E, ainda, foi resultado de um maior conhecimento do direito dos indígenas, com base no direito natural dessa raça, trabalhado por Juan de Solórzano Pereira, Doutor em Leis pela Universidade de Salamanca²², permaneceu no Peru de 1609 a 1626, onde foi Ouvidor das Audiências. Conhecido legislador do século XVII, suas doutrinas atingiram a percepção e mentalidade lusas no século seguinte.

Com a implantação do projeto pombalino, a Metrópole seguia as sugestões de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que mostrara, através de cartas, desde 1752, vontade de implementá-lo. Uma resposta do então Conde de Oeiras a esse seu irmão, de 14 de março de 1755, dizia que Sua Majestade resolvera “reduzir as Aldeyas, e Fazendas a Villas, e

²¹ *Annaes*, 1914, p. 288.

²² A Universidade de Salamanca, onde Solórzano se formou, era centro de debate e tornou-se precursora do jusnaturalismo moderno. Seu fundador, teólogo e frade dominicano, Francisco de Vitória (1488-1546) já discursava, tendo como contraditor o teólogo-jurista Juan Ginés de Sepúlveda, sobre o tema central da liberdade natural dos índios da América, sem necessidade de tutor (Lopes, José Reinalde de Lima. *O direito na história; lições introdutórias*. São Paulo: Max Limonad, 2000, p. 183-184).

Povoações Civis”²³ e tomara “a mesma Resolução a Respeito da liberdade dos Índios na conformidade de certa Doutrina de Solórzano”, permanecendo ainda “em segredo esse negócio” até que Mendonça Furtado se recolhesse ao Pará, depois da viagem pela região amazônica²⁴. Tratava-se do autor da *Disputationem de Indiarum Iure: sive de iusta Indiarum occidentalium inquisitione, acquisitione et retentione*, datada de Madrid, 1629 (1º t), e *Indiarum Iure sive de iusta Indiarum occidentalium gubernatione*, também de Madrid, 1639, (2º t), comumente conhecida como *Política Indiana*, com segunda edição de 1647²⁵, obra à qual o Conde de Oeiras se referia.

Num outro documento, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, redator do *Diretório* dos Índios, escrevia, também em 1752, a Fr. Luís Pereira:

*quero que V. R^{ma} me mande o Solórzano, de Iure Indiarum, primeiro e segundo tomo, porque ainda que eu o trouxe sumiu-se-me daqui a segunda parte e como eram de uma impressão antiga, não se me deu muito disso, porque tinha nas alegações da letra igual; a outra faz uma pouca de confusão. Estes livros há de V. R^a. achar às portas de Santa Catarina em casa de um francês que ali contrata neles.*²⁶

Em outra correspondência, ao governador da Capitania de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, Mendonça Furtado confessava que lhe causara “horror grande o entrar nesta matéria” sobre a liberdade dos índios. Mas, escrevia:

23 Esta resolução estava contida no Alvará de 6 de junho do mesmo ano. *Carta Régia*, 1757-1758, Lº 60, APEB, fl. 480v, fl. 482v.

24 *Para o Governador*, n. 16, fl. 2; *Carta Familiar*, fl. 31rv.; Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, v. 2, p. 660. E continuava a recomendação: “E, enquanto se vos não expedem as últimas ordens para assim o executares, ireis dispondo as coisas na conformidade da Instrução que vos expedi a 15 de maio de 1753, desde o # 10o até o # 34o, e do que este digno Prelado me escreveu em 8 de março de 1754, e vos pela carta no 1 da Coleção que li daquele mês” (*Ibidem*, v. 2, p. 660-661). A doutrina de Solórzano citada é referida na correspondência, de 8 de novembro de 1752: “Como me chegou ao meu lugar, votei na confirmação, da sentença, fundando-me na opinião de Solórzano, que decida no Livro 3o do tomo 1o, cap. 7, no 67, e em consequência que ninguém se possa chamar à posse de índios sem que mostre a origem da escravidão, porque a dita posse é de fato e, como tal, viciosa, por cuja razão não induz direito algum, e que a tal posse resiste o direito natural, e que quem funda a sua ação nele transfere o encargo de provar ainda que seja o Art. (tal), e o que quer obter contra a liberdade deve provar ainda a origem da escravidão principalmente dos índios, que tem a seu favor sempre a presunção da liberdade, e finalmente outros muitos fundamentos em que o dito Solórzano estabelece esta opinião, seguindo a infinitos e extraordinários DD [Doutores]” (*Ibidem*, v. 1, p. 276).

25 Há uma edição recente: Solórzano Pereira, Juan. *Política indiana*. Madrid: Biblioteca Castro, 1996, 3t. Foi governador de Hauncavelica (1616-1618), além de Ouvidor de Audiências no Peru, foi fiscal do Conselho da Fazenda, conselheiro do Conselho das Índias, fiscal do Conselho de Castela. Foi um dos recompiladores das *Leys de Índias*. Gerbi classificou Solórzano como “honesto” (Gerbi, Antonello. *O novo mundo; história de uma polémica, 1750-1900*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 544, nota 138).

26 Citado em Mendonça, 1963, v. 1, p. 324.

é certo em Direito que nenhum destes índios é escravo, e que assim está determinado por todos os DD (doutores) que escreveram nessa matéria, principalmente pelo que escreveu ex-professo nela, que foi Solórzano, de Iure Indiarum, que absolutamente defende²⁷ estas escravidões; e se V. Exa ai achar este Doutor, pode ver a este respeito o cap. 7º, do Lº 3º do 1º tomo, e por se não cansar muito pode principiar no nº 64 em diante, até o nº 72 achará decidida elegantissimamente esta questão; com demonstrações superiores a toda duvida, com o que, conforme o Direito, não pode haver escravidão alguma nos ditos índios.²⁸

Não se conhecerá por completo as razões da criação dos núcleos urbanos, localização, tipologia, sem conhecer o seu ideário e tipo de habitantes, pois podem explicar, inclusive, o seu desenho. Solórzano mostrava a mentalidade e ideologia do seu tempo e que eram, também, as dos portugueses. Era indiscutível, para Solórzano e para seus contemporâneos, a validade das Sagradas Escrituras, projetada no mundo das Índias Ocidentais, bem como os textos e livros da cultura jurídica. Era obra de Deus e prolongamento de um Reino cristão, no caso de Castela, cujos fundamentos políticos e jurídicos se estendiam e aplicavam à realidade descoberta da América. Com esse conceito, dual e permanente, constituído por uma mesma teologia e uma mesma cultura jurídica, se justificou o descobrimento, a conquista para Castela e seus Reis, de umas gentes e terras, até então desconhecidas, e se assentaram as bases para o governo de uma “república dos índios”, diferenciada, mas não independente dos cristãos que ali viviam²⁹. Solórzano, a partir de sua experiência vivida, propôs as adaptações cabíveis do direito espanhol, do direito romano e do direito comum, ou consuetudinário, aos índios, tendo em vista as inevitáveis desigualdades entre o velho e o novo, utilizando o causuismo como método ou técnica. Essas teriam sido as bases para a *Lei da Boa Razão* portuguesa, de 18 de agosto de 1769, inspirada, portanto, no caso peruano.

A documentação mostra que os legisladores portugueses estavam em contato direto com o ideário e as leis relativas à América espanhola³⁰. Ocor-

²⁷ Vocábulo usado no sentido de proíbe.

²⁸ Mendonça, 1963, v. 2, p. 546, nota. 9; 1989, p. 331, nota 7. O autor acredita também que Mendonça Furtado adotou alguns sermões de Antônio Vieira na causa da liberdade dos índios, além de confirmar a adoção dos escritos de Solórzano no processo de liberdade total dos índios nos meados do século XVIII.

²⁹ Solórzano, 1996, t. 1, p. XXVI.

³⁰ As doutrinas de Solórzano já tinham sido nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. Vide *Constituições*, Lo 1º, it. 2, nota 11, p. 2; tit. II, it. 3, nota 1, p. 2; Lo 2º, tit. XXVII, it. 432, nota 10, p. 171; Lo 3º, tit. IV, it. 465, nota 3, p. 183; Lo 3º, tit. XXII, it. 520, nota 7, p. 201; Lo 3º, tit. XXXI, it. 546, nota 20, p. 211; Lo 4º, tit. XXVIII, it. 731, nota 2, p. 265; Lo 4º, tit. LXIII, it. 876, nota 3, p. 307.

rendo problemas quanto à posse da terra, ou direito de prescrição, dos índios da Vila de Abrantes, por exemplo, os membros do citado Tribunal de Ultramar, reunidos na Bahia, invocaram os “Doutores” e as “encomiendas da América de Hespanha”, reputadas mais qualificadas que as sesmarias da América portuguesa, por envolverem jurisdição territorial. Ou, ainda, referindo-se às sesmarias³¹, “todos os contractos feitos sem intervenção do ouvidor geral dos índios” deviam ser “nullos como referem os Authores que se pratica na América de Hespanha”³². Também enfatizavam a necessidade de haver um Procurador dos índios, argumentando o conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello “que este emprego de Procurador Geral dos Índios Se tinha julgado tão útil e necessário na América de Hespanha que os Reys Catholicos os nomeavão em todas as Capitaes, concedendo lhes a honra de Beca honorária, e de que pudessem entrar nas Relaçoes, e em todos os Tribunaes a Requerer o que lhes parecesse conveniente nos negócios, que dissessem Respeito aos Índios”³³.

Portanto, todo o projeto pombalino, ou melhor, de Mendonça Furtado, baseava-se numa ideologia que o discurso do período deixa bastante claro. Todas as referências são encontradas em Solórzano Pereira³⁴, e que explicam a ligação bastante aproximada com a América espanhola, vai além da adoção de formas de desenho urbano.

Sua aplicação na América Espanhola foi testemunhada pelo padre jesuíta Filippo Salvatore Gilij, que viveu 25 anos na América (1742-1767), em Cartagena e nas Missões do Orinoco. Permaneceu hispanófilo, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, e dedicou-se à história natural. Já louvava, com base em Solórzano, “a proteção e os privilégios concedidos” por Madri aos indígenas, em contraste com o tratamento a eles dado por outras potências. Baseou-se nos autores que escreveram sobre a América, como Pietro Martire e Bartolomé de las Casas (1474-1655) e seus contemporâneos como Buffon, Robertson, Raynal, Ulloa, La Condamene, Clavigero, Molina, não tomando partido nem do primitivista Rousseau, nem dos fanáticos americanistas jesuítas crioulos³⁵.

Se se comparar o *Direito Indiano* com o *Diretório* ver-se-á que faziam parte do ideário peruano a suavidade e brandura, no trato com

31 Resolução tomada antes de se concluir pela convivência de brancos e índios.

32 APEB, cad. 32; Solórzano, 1996, t. 1, Lo. II, cap. IV, p. 203-217.

33 APEB, cad. 10, fl. 4.

34 Provavelmente a edição da *Política Indiana*, daquele jurista, que chegou aos portugueses, foi a de 1736, acrescida de anotações de Ramirez de Valenzuela.

35 Gerbi, 1996, p. 178.

os indígenas³⁶. Além disso tratou da obrigação ao trabalho e abandono da ociosidade³⁷, proibição de mudança de vila³⁸, serviço indígena remunerado³⁹, trabalho na agricultura⁴⁰, pagamento de dízimos⁴¹. Destacou a obrigação do uso da língua espanhola e casamento com brancos⁴²; educação e ensino dos filhos (dos caciques)⁴³; liberdade e privilégios dos índios⁴⁴. Fez perceber a máxima que “sujeição política não contradiz a liberdade cristã”⁴⁵, salientou a racionalidade dos índios e proibição de escraviza-los⁴⁶, a civilização através do contato social⁴⁷. Apregoava a entrega do poder aos índios e seu trabalho⁴⁸ e tratou dos mestiços e crioulos⁴⁹. Além disso, usou as definições de cidade de Aristóteles e Cícero e, com base no *Concílio Limense II*, estabeleceu as diferenças entre aldeia, metrópole, município, *pueblos*, falando na redução dos índios a “povoados copiosos e bem consertados”, destacando as reduções, povoações ou agregações, como mandava Sua Majestade Católica⁵⁰. Grande parte desse ideário, portanto, encontra-se no discurso do *Diretório*, dado aos índios do Grão-Pará e Maranhão e passado, através de instruções, ao resto do Brasil por Sua Majestade Fidelíssima.

A doutrina de Solórzano e o *Diretório*, as Cartas Régias específicas de implantação dos núcleos urbanos e as diferentes instruções dadas às autoridades encarregadas dessa criação, refletiam as diferentes teses defendidas nas academias européias, respondendo às várias proposições que os filósofos colocavam à discussão. Existia o que Berenice Cavalcante chamou de “clima de opinião”⁵¹, com um mesmo universo de indagações, com respostas nem sempre coincidentes, mas com utilização de uma lógica comum.

36 Solórzano, 1996, t. I, Lo I, cap. XII, p. 151-170; cap. IV, p. 215. Veja Mendonça, 1989, p. 523.

37 Solórzano, 1996, t. I, Lo II, cap. XXII, XXIII, p. 467-497.

38 *Ibidem*, cap. XXIV, p. 511-527.

39 *Ibidem*, cap. II, III, p. 189-196, 197-247.

40 *Ibidem*, cap. IX, p. 277-290.

41 *Ibidem*, cap. XXIII, p. 467-497.

42 *Ibidem*, cap. XXVI, p. 544-557.

43 *Ibidem*, cap. XXVII, p. 558-573.

44 *Ibidem*, cap. IV, p. 203-217; cap. XXVIII, p. 574-593..

45 *Ibidem*, cap. VI, p. 241.

46 *Ibidem*, cap. I, p. 173-187.

47 *Ibidem*, cap. VI, p. 229-247.

48 *Ibidem*, cap. XXV, p. 528-543.

49 *Ibidem*, cap. XXX, p. 607-619.

50 *Ibidem*, cap. XXIV, p. 511-527.

51 Cavalcante, Berenice. Prefácio. *In*: Raynal, Guillaume-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 11-12.

Desde o século XVI, os freqüentemente citados Doutores da Europa acentuavam a incapacidade e a inferioridade, não só do homem, mas também da flora e da fauna, do clima e da terra americanos, do Novo Mundo (Novo Orbe), da América, dos trópicos. E a ociosidade e a preguiça tiveram um grande enfoque nessas teorias eurocentristas, ao lado da franca oposição aos religiosos e questionamento sobre as origens das línguas. Os enciclopedistas atacaram freqüente e sistematicamente a religião e os jesuítas.

Com conhecimento de grande parte dessas teses, a política pombalina buscou o que Berenice Cavalcante⁵² definiu como “utopias” na reforma moral da sociedade que, eliminando os vícios e a corrupção de sua época que regenerasse a humanidade, estabelecendo, ou restabelecendo, a harmonia e a concórdia entre os homens, alimentando a crença na constituição de uma sociedade formada de cidadãos aí subentendidos os indivíduos portadores de opinião.

Discutiam sobre as origens das “sociedades e suas formas primitivas, sobre os direitos primordiais dos cidadãos e das autoridades, sobre as relações naturais e artificiais dos homens, sobre os erros e a legitimidade dos costumes e sobre os próprios princípios das leis”, questionando tudo, em diferentes doses, em todas as obras da época, sem exceção, desde o tratado mais sério até à canção, de acordo com a opinião de Aléxis de Tocqueville⁵³.

As discussões perpassavam a paradoxal doutrina entre tirania, intolerância, opressão, desigualdade e a liberdade, progresso social e a felicidade. Mas, nelas são encontrados todos os princípios, favoráveis ou contrários, postos em prática pelo projeto pombalino, como: liberdade dos índios e sua tutela, reconhecimento de sua racionalidade, valorização da mestiçagem, imposição da língua do conquistador, formação e progresso de “sociedade civil” (núcleos urbanos), povoamento e fixação dos habitantes nas “sociedades civis”, mudança de mentalidade em relação ao trabalho, valorização do trabalho na agricultura e no comércio, combate sistemático à ociosidade, à vadiagem e à preguiça, introdução de espécies vegetais e exploração das nativas, combate à igreja e, em especial, aos jesuítas, descrição geográfica, climática e humana de grande parte do território, educação e civilização dos índios, regularidade nos traçados urbanos, noções de ordem, proibição de chamar aos índios caboclos ou negros⁵⁴, etc.

Além dos citados, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que exaltou as

⁵² Cavalcante, 1998, p. 14.

⁵³ Cavalcante, 1998, p. 14.

⁵⁴ Os índios tratavam-se mutuamente por “negros”, diferentes dos pretos africanos.

virtudes dos selvagens, colocou em discussão a origem (e os defeitos) da “sociedade civil”⁵⁵. Colocava em discussão a desigualdade entre os homens, decorrente de seu estado de civilização, de acordo com a dissertação apresentada na Academia de Dijon, em 1755⁵⁶ e, especialmente, na teoria da inocência dos primitivos. Divulgava a idéia de que as duas grandes revoluções da humanidade foram a invenção da metalurgia e da agricultura⁵⁷, concluindo que a propriedade só podia ter nascido da mão-de-obra e que o homem, para apropriar-se das coisas que não fez, só podia introduzir-se através do trabalho contínuo⁵⁸, dando início ao direito de propriedade. Inveja, ambição, escravidão material e humana, rivalidade, propriedade, limites territoriais estavam explicadas teoricamente no discurso de Rousseau, mas pouco compreendidas pelos contemporâneos.

Rousseau, entre outras, discutiu a questão sobre a origem das línguas de Duclos (1704-1772): “constituiria matéria de uma reflexão de inegável interesse filosófico, observar os fatos e demonstrar por meio de exemplos de que maneira o caráter, os costumes e os interesses de um povo têm influência na sua língua?” Como resposta discorreu sobre a decadência da língua, da palavra, dos discursos na sua época e a inteligibilidade das línguas e concluía “ora eu, pelo meu lado, declaro que qualquer língua que não nos sirva para nos fazermos entender de uma assembléia de povo é uma língua de servos: um povo que fale uma tal língua não poderá ser um povo livre”⁵⁹. Portanto, pairavam também as discussões sobre as línguas, donde a imposição daquela dos conquistadores.

A grande maioria dos escritos à qual se faz referência dizia respeito à América espanhola e inglesa. Raynal (1713-1796), no livro nono da *Histoire philosophique et politique des établissements et de commerce des européens dans les deux Indes* (1770), foi dos poucos que tratou especificamente do Brasil. Isso explica porque as atitudes dos portugueses em relação ao Brasil foram tardias e tiveram como base os exemplos espanhóis e, sobretudo, devido à proeminência da Universidade de Salamanca.

Também em Raynal se encontra o discurso sobre o princípio da liberdade como fator de progresso, enfatizando que “infelizmente ignorava-se

55 Rousseau, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Maria Ernestina Galião. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 203.

56 APEB, fls. 20v. Esse trabalho respondia à questão proposta pela Academia de Dijon: “qual é a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural”.

57 Rousseau (1999, p. 213) dizia que para o “poeta foram o ouro e a prata, mas para o filósofo foram o ferro e o trigo”.

58 Rousseau, 1999, p. 216.

59 Rousseau, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Lisboa: Estampa, 1981, p. 126

ainda que cultivar terras na América era a única maneira de torna-las úteis”⁶⁰. Obra imediatamente posterior à primeira fase da política pombalina, já fazia referência à Lei de 1755, dizendo que se declarara “todos os brasileiros realmente livres [...] o governo declarou-os cidadãos, e tiveram de gozar desse título da mesma maneira que os conquistadores, a mesma carreira foi aberta para os seus talentos, e puderam aspirar as mesmas honras”⁶¹. Mas, ressaltava que a atitude era fruto do monarca esclarecido e lamentava a falta de gratidão dos vassallos. Os portugueses, como Raynal, postulavam a função educativa do filósofo, do missionário e de um “chefe intrépido”, ou seja, a crença num processo civilizatório por contágio⁶².

Depois da imposição da língua portuguesa Raynal observava que “essa penúria de linguagem, comum a todos os povos da América, era prova do pouco progresso que ai fizera o espírito humano [...] Cada nação desse vasto continente tinha seu idioma particular; nenhum possuía termos para exprimir idéias abstratas ou universais”⁶³, mas admitia semelhanças entre elas por causa das migrações. Justificava a imposição da língua do conquistador.

* * * * *

Por 1565, o franciscano Bernardino de Sahagún (1500-1590) atribuía os vícios e as deficiências dos indígenas a uma influência nefasta do clima e das constelações americanas, e mais ainda aos crioulos. Muitas “calúnias” feitas ao Novo Mundo tinham origem na difamação dos crioulos, pelo desprezo que lhes devotavam os europeus. Juan de la Puente (1602) atribuía a idolatria dos indígenas ao céu da América⁶⁴. Alguns apenas deram a conhecer o que julgavam deficiências, como José de Acosta (1590), Antonio de Herrera (1601-1615), o padre Bernabé Cobo (1653), mas quem chegou a estabelecer uma teoria sobre a inferioridade da natureza americana foi Georges Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788)⁶⁵.

Desde Gonçalo Fernández de Oviedo (1526, 1535) atingindo a época de Georg Wilhelm Hegel (1770-1831), se discutiam as peculiaridades do

60 Raynal, Guillaume-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 24.

61 Raynal, 1998, p. 24-25.

62 Raynal, 1998, p. 24-25, 27.

63 Raynal, 1998, p. 46.

64 Gerbi, 1996, p. 74, 151.

65 Diretor do Jardim do Rei, em Paris, a partir de 1739 e autor da *História natural geral e particular, 1749-1804*, em 44 volumes com alguns póstumos.

Novo Mundo, assinalando sobretudo suas diferenças com a Europa. Hegel, ainda nos princípios do oitocentos, considerava a América como um “continente imaturo, ou impotente, ou ainda ‘inferior’ ao Velho Mundo”⁶⁶.

Gerbi chamou de “erro” as discussões que, se buscavam Aristóteles na Antigüidade, tinham sua base sólida nas teorias sobre a inferioridade do Novo Mundo e até passaram a identificar a disposição das cadeias de montanhas no sentido norte-sul, ao contrário do Velho Mundo que, se de um lado deram origem a insetos, à insalubridade, não permitiram, de outro, a presença de grandes animais carnívoros ou mamíferos. Discutiu-se a debilidade dos animais americanos (Buffon), inferioridade dos habitantes dos trópicos (David Hume), influência decisiva do clima (Jean Bodin, Torquato Tasso), existência de pântanos, tornando o ar nocivo, preguiça e estupidez do homem americano, falta de barba como símbolo de fraqueza, ausência de animais domésticos, animais monstruosos ou raquíticos (François-Marie Arouet de Voltaire), terra inundada por indolência, degeneração do branco na América (Raynal), bondade da natureza, defendendo o princípio do poder da educação (Rousseau, Delisle de Sales). Lord Monbolddo (1773) também ia na defesa da bondade do índio, enquanto outros achavam os americanos fracos de espírito e de corpo (Marmotel), ou que o homem no estado natural é um bruto incapaz de progresso e degenerado (Mr. De P. = Abade Corneille de Pauw) e apregoavam a servidão natural ou escravidão justa dos indígenas (Sepúlveda). Charles Sécondat de Montesquieu sublinhara a “dificuldade de estabelecer instituições livres em climas quentes e lascivos, que tornam o povo indolente e vil”⁶⁷. Discutiram a adaptação ou não de plantas na Espanha e supunham que, se a planta e o solo não eram culpados dos insucessos das transplantadas, era a “indolência dos homens” e que estes eram “os preguiçosos que se acusam ao acusarem a natureza”⁶⁸.

Nessa linha, Voltaire via a escassez de alimentos como decorrência do solo, ar nocivo, população pouco industriosa. Para o autor “por sua vez, para a opinião pública do século XVIII, ansiosa e ávida de populações densas e prolíferas, causa e ao mesmo tempo fator de força e riqueza de uma nação, o ‘despovoamento’ das Américas, e a conseqüente impossibilidade de formar ali sociedades civilizadas, era um estigma de maldição”⁶⁹.

⁶⁶ Gerbi, 1996, p. 15.

⁶⁷ Citado em Gerbi, 1996, p. 40.

⁶⁸ Citado em Gerbi, 1996, p. 17.

⁶⁹ Citado em Gerbi, 1996, p. 50-51.

A “debilidade ou inferioridade do Continente [americano] possui, portanto, uma de suas primeiras raízes nas especulações legais e nos sofismas dos defensores de um direito natural de domínio dos forasteiros europeus sobre os aborígenes das Novas Índias”. Segundo Gerbi⁷⁰, com base em leis geográficas, com citações e silogismos, pretendia-se justificar a escravização dos americanos.

E iam mais longe. Jacques-Pierre Brissot de Warville (1754-1793)⁷¹, tendo notícias de que na América não existiam “essas capitais, excrescências monstruosas” profetizava que “nunca haverá na América grandes cidades”. Previa que a população se multiplicaria, mas permaneceria dispersa, formando uma espécie de imensa cidade-jardim em que se manteriam intactas as antigas virtudes dos agricultores. E acrescentava que, ainda que houvesse 200 milhões de homens na América, todos poderiam ser proprietários, seriam livres e independentes⁷².

No cômputo geral, os indígenas foram degradados mental, física e moralmente pelos filósofos, especialmente pelos enciclopedistas. E todos ignoraram as réplicas americanas. Algumas teorias, muitas vezes com base num exemplo único, foram generalizadas como regra universal. E à generalização associou-se uma qualificação pejorativa. Segundo Gerbi, os selvagens foram vilipendiados, denegridos, ou ridicularizados, até por autores estranhos à polêmica⁷³.

Para esse autor, a própria antítese básica, Velho Mundo e Novo Mundo, raiz de todas as demais antíteses isoladas, nasceu dessa polêmica, ora contra o Velho, ora contra o Novo Mundo⁷⁴. Segundo ele, tudo isso surgiu do abuso da lógica formal e antecipava a corrupção dialética que atingiu Hegel.

Tem-se aqui uma pequena amostra dessas discussões, mas a maior parte dessas teorias colocava abaixo a bula do papa Paulo III (1468-1549) que reconhecia plenamente a humanidade dos selvagens da América, e que foi considerada pelo projeto pombalino. Ao escrever em 18 de março de 1787, de Lisboa, Francisco Xavier de Mendonça Furtado ponderava com o Conde da Cunha, que dera as providências na Capitania do Grão Pará e Maranhão, dando notícias das escolas que criara, o uso da língua portuguesa, o comércio estabelecido. Dizia:

⁷⁰ Gerbi, 1996, p. 74.

⁷¹ Deputado na Assembléia Legislativa, por Paris em 1791, fez proclamar a igualdade de direitos para os homens de cor.

⁷² Gerbi, 1996, p. 450.

⁷³ Gerbi, 1996, p. 56, 78.

⁷⁴ Gerbi, 1996, p. 17.

*a lavoura se tem aumentado muito naquelas povoações: nelas há infinitos oficiais mecanicos que não havia, finalmente, está já muito avançado o estabelecimento de uma nova e grande republica, com esses mesmos chamados índios indolentes, que na verdade são homens como nós, faltos porém do lume da fé, e do que é sociedade civil.*⁷⁵

E constantemente se repetia essa premissa, como já se encontrara em outra carta, de 22 de agosto de 1758, escrita por Tomé Joaquim da Costa Corte Real para D. Antônio Rolim de Moura, mostrando a diferença entre o tratamento dado pelos jesuítas, e de seus contemporâneos civis, sobre a liberdade dos índios, quando dizia que “os índios tão racionais como são os religiosos por quem vivem enganados”.

Autores posteriores demonstraram a inutilidade de tantas discussões, e muitas com boas intenções, criticando as leis de proteção dos índios que mais os prejudicavam que ajudavam. Domingo de Betanzos⁷⁶ afirmava que tudo que se fizesse em favor dos indígenas sempre resultaria em seu próprio prejuízo. O conceito básico da debilidade do índio, que é protegido e colocado sob tutela, teve origem em Las Casas e passou para as *Leyes de Índias*⁷⁷. O próprio Solórzano já constataria que “nada se ordena, se estatui ou se procura para sua saúde, utilidade e conservação, que não redunde em maior dano, detrimento e desolação”⁷⁸. E Raynal, em plena atividade no período do plano pombalino, dizia “que os índios que permaneceram senhores de suas ações na colônia portuguesa são muito superiores em inteligência e indústria aos que foram mantidos sob tutela perpétua”⁷⁹.

Alguns indigenistas do oitocentos, como o sacerdote mexicano Jose Maria Luis Mora (1836), acusavam Las Casas e Vasco de Quiroga como responsáveis pelas medidas tutelares humilhantes impostas pela Espanha “ao se considerar os nativos fracos e tolos, terminava-se por trata-los como menores de idade necessitados de proteção”⁸⁰.

Em relação ao Brasil, no ver de Spix e Martius, em 1817, esse projeto do governo português que visava, segundo os viajantes, criar o espírito de

⁷⁵ Mendonça, 1989, p. 454-456.

⁷⁶ Carta inédita e sem data. Citada em Gerbi, 1996, p. 508, nota 105.

⁷⁷ Referido por Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1854, e G. V. Vazquez, no México. Gerbi, 1996, p. 508, nota 104.

⁷⁸ Citado em Gerbi, 1996, p. 75.

⁷⁹ Raynal, 1998, p. 100.

⁸⁰ Raynal, 1998, p. 76.

cidadania, assegurar toda a proteção ao índio e vigilância da lei, promover a moralidade e as virtudes cívicas, facilitar a administração, percepção de impostos, regular a milícia e o recrutamento, só era possível através da “benéfica influência da sociedade”. Segundo esses autores, a lei que assegurava a liberdade dos índios, porém sob a guarda dos portugueses, foi desastrosa, pois aqueles fugiam, sempre em maior número, para o interior das matas⁸¹.

Alexander von Humboldt (1769-1859) fez ver que a proteção humilhava e enfraquecia os indígenas americanos. “Acredita-se que se faz um bem ‘ao tratá-los como menores, ao coloca-los perpetuamente sob a tutela dos brancos’, mas assim ‘eles se tornam uma carga para si próprios e para o Estado em que vivem’”⁸². A este propósito citava um memorando (em torno de 1796) do bispo de Michoacán, frei Antonio de San Miguel, o qual assinalava exatamente que Solórzano, e outros juristas espanhóis, se perguntavam como então os “privilégios concedidos aos índios produzem efeitos constantemente desfavoráveis a essa casta”, e concluía “os filantropos asseguram que é uma felicidade para os índios que ninguém se ocupe deles na Europa, pois uma triste experiência provou que a maior parte das medidas adotadas para melhorar sua existência produziu um efeito oposto”. A inutilidade da legislação protetora foi explicada, inclusive, como “um castigo celeste”, sem indagar acerca dos malefícios proporcionados por ela⁸³.

Betanzos e Solórzano já tinham deixado entrever a necessidade de “cortar toda a ajuda externa” aos índios. E desde Juan de Sepúlveda e do próprio Juan de Solórzano se esboçou a teoria da “tropicalização, como uma justificativa ou atenuante da condição dos crioulos”⁸⁴.

E a própria experiência mostrou essa inutilidade de tutela. A maioria dos Diretores, muitos deles escrivões e brancos no Brasil, foi sempre acusada de incompetente, abusada, corrupta, defendendo seus próprios interesses e outras coisas. E com esse argumento o *Diretório* foi abolido em 1798, dando, sucessivamente, lugar a outras leis tutelares, considerando sempre o índio como inferior, de menor idade e irresponsável, mantendo, desde Las Casas a mesma relação com o indígena americano.

* * * * *

81 Spix, J. B. von; Martius, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, v. 1, p. 182, 196.

82 Cf. Gerbi, 1996, p. 76.

83 Gerbi, 1996, p. 75-76.

84 Gerbi, 1996, p. 76, 433.

O projeto pombalino, invariavelmente, adotou o plano ortogonal, obedecendo a centralidade da praça civil e/ou religiosa, caracterizado pela racionalidade, regularidade, simetria, economia, clareza e simplicidade, de figuras geométricas perfeitas e instalado, de preferência, em lugares planos, junto a rios ou beira de mar.

A regularidade, mesmo baseada num traçado empírico, foi adotada em toda a rede urbana que então se estabelecia⁸⁵. Mesmo empírico, esse traçado alicerçava-se numa experiência anterior, pelo menos óptica, das autoridades que fizeram os “riscos” dos núcleos que fundaram. Baseava-se no conhecimento prático, experimental⁸⁶. Essa experiência anterior era lusa com traçado regular renascentista “ponto de partida para os estudos da gênese dos traçados das cidades da América portuguesa e espanhola”, segundo Paulo Santos⁸⁷, baseada em Vitruvius, Alberti, Sério e Catâneo ou, ainda, nos espanhóis André Garcia de Céspedes e frei Lorenzo de San Nicolás. Essas soluções, adotadas também na baixa de Lisboa, como indicou Nestor Goulart, “não teriam caráter tão circunstancial, mas seriam fruto de uma consciência urbanística, comum, dos princípios construtivos portugueses dessa época, que se vinham formando nas décadas anteriores”⁸⁸. Isso não está longe do pensamento de Renata Araújo para quem “no conjunto da variedade formal do urbanismo português de expansão encontra-se a unidade que lhe advém da ‘escola’ que o criou, desenvolvida pelos engenheiros militares portugueses, responsáveis por um método que, cremos, une o pragmatismo à segurança teórica”, e aponta o conhecimento urbano como fruto de um saber acumulado “identificando o urbanismo com o processo civilizador”⁸⁹. E isso se nota nas palavras do Morgado de Mateus, D. Luís Antônio Botelho Mourão de Souza, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, a partir de 1765, envolvido no mesmo projeto pombalino. Dizia que

85 É interessante ver, por exemplo, que o Quilombo Buraco do Tatu, de 1764, nos arredores de Salvador, seguia as mesmas normas.

86 Esse mesmo plano foi implantado nos Algarves, permitindo à Coroa levantar, em cinco meses, a Vila Real de Santo Antônio, às margens do rio Guadiana, em 1775, substituindo a vila provisória de Santo Antônio de Arenilha [Correia, José Eduardo Horta. Vila Real de Santo Antônio levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal. In: Santos, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Estampa, 1984, p. 79].

87 Santos, Paulo. Formação das cidades no Brasil colonial. In: *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra, 1968, p. 25.

88 O autor aponta o parentesco desse conjunto lisboeta com a Bahia, Belém, São Luís e Alcântara. Nenhuma delas é obra do acaso (Reis Filho, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n. 3, p. 17, nov./dez. 1994).

89 Araújo, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII; Belém, Macapá e Marzagão*. Porto: FAUP, 1998, p. 37.

*uma das coisas que os países mais adiantados costumam cuidar atualmente é da simetria e harmonia das edificações que estão surgindo em cidades grandes e pequenas, de modo que, da sua disposição resulte não só o conforto público mas também o prazer, com os quais as aglomerações se tornam mais atraentes e apropriadas, sabendo-se da boa ordem com que essas edificações são dispostas, da polícia e cultura de seus habitantes.*⁹⁰

É classificado como um traçado moderno das cidades, necessidade ideológica e prática do iluminismo, como utilizaria Manuel da Maia, em Lisboa, na reconstrução pós-terremoto, os engenheiros Francisco Xavier do Rego, Francisco Figueiredo Seixas, este último com seu *Tratado da Ruação para emenda das ruas das cidades, vilas e lugares deste Reino...*, datado da década de 1760, segundo Rafael Moreira, primeiro tratado do urbanismo pombalino conhecido⁹¹.

Também, não se pode ignorar, além de toda a tratadística e manuais estrangeiros, cujos escritos circulavam em Portugal, a Academia Portuguesa de Artes, em Roma, ativa até 1760. E basta ver os componentes da expedição da América portuguesa, encarregada das demarcações, dos quais dez eram portugueses e 24 estrangeiros, alguns dos quais intervieram na urbanização da Amazônia, como Sambucetti, Sturm, Landi, Galluzzi etc. Estes traziam toda uma carga de conhecimentos que mostrava as linhas de pensamento português mais moderno.

Vários estudiosos dedicaram-se ao estudo desses “riscos”. Paulo Santos, ao se referir ao desenho de Macapá, qualificou o traçado de “monótono, estéril”, datando-o incorretamente nos fins do setecentos, sob influência da engenharia militar, que dava preferência aos traçados ortogonais nos projetos das povoações, citando, inclusive Vila Viçosa, da Bahia, também imprecisamente, como um dos exemplos. Baseou-se no levantamento feito pelo 2º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, em 1849, membro da Comissão de Exploração do Mucuri e Gequitinhonha, ressaltando, que “os traçados ortogonais chegam ao ponto de invadir as aldeias de Índios”, vendo-os como de influência hispânica ou, pelo menos, reforçados por essa influência, como consequência dos contatos entre as duas Coroas por ocasião do Tratado de Madrid⁹².

⁹⁰ Portaria que levou o Dor Juiz de Fora quando foi para Santos, Biblioteca Nacional, Lista 1, São Paulo, 15 set. 1766, p. 67-68v.

⁹¹ Manuscrito de 150 fls. da Biblioteca Nacional de Lisboa. Vide Moreira, Rafael de Faria Domingues. Uma utopia urbanística pombalina, o “Tratado de Ruação” de José de Figueiredo Seixas. *In*: Santos, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Estampa, 1984, p. 131-144.

⁹² Santos, 1968, p. 64, ilustração VIII-C.

Muitos buscaram essas origens em épocas mais recuadas. Ferrão fez “uma perspectiva sobre a tradição do desenho urbano regular português”⁹³, remontando o período de romanização da Península Ibérica, os primeiros vestígios de geometrização dos aglomerados, passando pela Idade Média, identificando no século XV as construções em que esteve subjacente a utilização do modelo urbano geometrizado. Enfatizou a época do quinhentos como um dos períodos mais significativos da urbanística portuguesa, em que se vulgarizou a utilização de modelos urbanos regulares, já de desenho renascentista. Quase todos os modelos, apresentados pelo autor, constituem o que aqui se chamou planos com regularidade aparente, diferente dos apontados como ortogonais, com ruas e travessas absolutamente retas e paralelas e com ângulos rigorosamente retos, em retícula, acrescentando a regularidade arquitetônica.

Roberta Marx Delson⁹⁴, desde 1979, tratou de estudar o século XVIII, tanto para desfazer o mito de falta de planejamento urbano no Brasil lusitano, quanto para provar a aplicação precoce do modelo retilíneo como programa. Como a maioria dos autores, tratou o Brasil como se não participasse do mundo português, parte integrante do Reino⁹⁵. Buscou a origem do plano ortogonal já em 1716, quando a povoação de Mocha, no Piauí, teria sido elevada a vila⁹⁶, afirmando que, a partir dessa data, as novas comunidades construídas no sertão estavam subordinadas a um “protótipo de planejamento de vila”, segundo um “plano diretor barroco, com ênfase em ruas retilíneas, praças bem delineadas (amiúde ornadas por fileiras de árvores plantadas simetricamente) e numa uniformidade de elementos arquitetônicos”. Segundo a autora, este era o modelo adaptável a qualquer região geográfica e que podia empregar a mão-de-obra indígena, não especializada, que teria no padrão de casa um modelo multiplicável. Tentou mostrar que todos os núcleos – incluindo povoados, aldeias e arraiais – foram precedidos de “planos diretores”⁹⁷.

O planejamento era muito mais escrito que desenhado e as normas

93 Ferrão, Bernardo José. *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás; 1758-1813; uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*. 3. ed. Porto: FAUP, 1997, p. 39-69.

94 Delson, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Alva-Ciord, 1997, p. 29. A tradução desse livro não foi feita com muito cuidado, prejudicando, por vezes, os seus conceitos.

95 Chama todo o período de urbanização, de que trata, como processo de europeização. Delson, 1997, p. 49. Liberal de Castro denominou projeto de lusitização [Castro, José Liberal de. Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Monte-mor o Novo d'América. *Irr*: Salgueiro, Heliana Angotti (Coord.). *Paisagem e a arte; a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA / CNPq / FAPESP, 2000, p. 310, 311, nota 1.

96 Exagero da autora. Vide Knox, Miridan Brito. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Projeto Petrônio Portella, 1992, p. 16.

97 Delson, 1997, p. 4, 14. Confunde, com frequência vila e cidade, paróquia e vila.

eram gerais para serem adaptadas a cada situação. A interferência do engenheiro militar no planejamento dessas vilas não mudou sua estrutura, apenas as tornou mais sofisticadas, como se observou em Vila Bela da Santíssima Trindade, plano de autoria do engenheiro Francisco Mota, ou Nova Mazagão, no Pará, de autoria do engenheiro militar Domenico Sambocetti. Em Porto Seguro foi o Ouvidor Machado Monteiro quem desenhou as plantas depois de criadas as vilas, unicamente para notificar o Rei acerca das fundações.

A ausência do conceito de plano desenhado pré-estabelecido desfaz as afirmativas de alguns autores⁹⁸. Foram poucas as vilas e cidades do Brasil setecentista cujos “riscos e traças” vieram de Portugal com antecedência, como a de Salvador, dados a Tomé de Souza junto com seu Regimento. Poucos núcleos tiveram engenheiros militares para planejá-los *in loco* e com antecipação. Além disso, os arraiais, lugares, povoações, aldeias não tiveram planejamento algum⁹⁹. Apenas algumas aldeias pombalinas tiveram essa atenção. Só as vilas e cidades mereciam a intervenção oficial no delineamento de sua forma. Aquelas podiam ter intervenção quando eram elevadas à condição destas últimas. Essa é uma discussão que há muito se estabeleceu entre os estudiosos, brasileiros e brasilianistas, historiadores, geógrafos, arquitetos, sociólogos, sem que se tivesse chegado a conclusões definitivas. De fato, existiram inúmeros núcleos nascidos – e que cresceram – sem planejamento e de forma desordenada. A diferença estava justamente naquela existente entre uma povoação, arraial, aldeia e uma vila ou cidade, diferenciados por estatutos jurídicos.

A boa perspectiva e a regularidade do traçado, segundo essa nova concepção urbana, já estavam contidas na Carta Régia de 3 de março de 1755. Esse documento criava a Capitania de São José do Rio Negro¹⁰⁰. Na verdade, desde 1749, nas instruções dadas a Dom Antônio Rolim de Moura para criar a Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, se recomendava: “tereis também o cuidado de mandar traçar as ruas direitas e largas, o mais que vos parecer conveniente, para que a mesma vila desde o seu principio se estabeleça com boa direção”¹⁰¹.

98 Incluindo a designação de “plano diretor”, empregada extemporaneamente por Delson. A autora refere-se também à “cópias da legislação de planejamento urbano”, em 1736, e “código de planejamento urbano” (Delson, 1997, p. 31, 32, 36).

99 Estes núcleos, em grande número, é que deram a conotação pejorativa no Brasil, divulgado, desde 1936, por Sérgio Buarque de Holanda. Ao compará-los com a América espanhola, dizia que todos os núcleos nasceram e cresceram sem planejamento (Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956).

100 Cópia da Carta Régia de três de março de mil e sete centos e cinquenta e seis. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia, 1771-1774, AHU, cx. 46, doc. 8578, microfilme, rolo 43, APEB.

101 Mendonça, 1963, v. 1, p. 16. A vila era criada para defender o Brasil contra os invasores vindos do Peru.

Portanto, a criação de Vila Bela e a Carta Régia citada, de 3 de março de 1755, precederam aos planos de reforma de Lisboa ou da criação da Vila Real de Santo Antônio, nos Algarves, e suas linhas mestras foram incluídas no *Diretório* dos índios do Grão-Pará e Maranhão, e *Instruções* decorrentes, tanto no que dizia respeito ao desenho da vila, quanto às construções, e os planos, pré ou pós-estabelecidos, que seguiam essas diretrizes. Às *Instruções*, ordenando criar as vilas, se anexaram cópias da Carta Régia citada e se reproduziram os itens que diziam respeito à forma do traçado urbano e das casas. As diferenças entre os vários traçados, que são poucas, foram ditadas pela situação geográfica, número e condições econômicas de seus povoadores.

Portanto, é preciso se estudar essa fase da urbanização brasileira divorciada da influência direta da Europa e abrir essa possibilidade, documentadamente comprovada, de uma influência vinda da extensa região que compunha, nos séculos XVII e XVIII, o Peru.

Ao evocar as definições de cidade da Antigüidade, ao estabelecer as diferenciações entre os diversos tipos de povoações, destacando a necessidade de redução dos índios a “povoados copiosos e bem concertados”, Solórzano dava as bases para o projeto pombalino. Ainda não foi encontrada referência direta que estabeleça a relação entre os planos urbanísticos hispano-americanos e aqueles implantados por Portugal nas antigas aldeias indígenas.

O *Diretório*, dado aos índios do Grão-Pará e Maranhão e estendido aos demais, fazia referência à tipologia das casas¹⁰², com descrições minuciosas e, junto com as instruções, estabeleciam a regularidade do traçado urbano. Mesmo não tendo influência explícita dos planos ortogonais nas doutrinas solorzianas, a influência incontestavelmente é americana espanhola.

Nenhum dos autores citados, alguns considerados clássicos da história urbana brasileira dos séculos XVII e XVIII, faz referência à influência de Juan de Solórzano e Pereira no Brasil. Paulo Santos admitiu experiências hispano-americanas, mas as atribuiu às *Leys de Índias*. Provavelmente, resta provar, a influência tenha decorrido dessas *Leys*, considerando que Solórzano foi um de seus recompiladores. Apenas Mendonça¹⁰³, o incansável pesquisador da região amazônica, encontrou, entre a vasta documentação que levantou, salientar alguns documentos que faziam alusões ao trabalho de Solórzano e sua interferência no Brasil, mas não ampliou esses estudos.

102 Casas uniformizadas e descritas minuciosamente porque os índios, até então, habitavam casas coletivas. Visava ensiná-los a construí-las, com medidas e divisões convenientes.

103 Mendonça, 1963, 3v.: 1989, p. 531, nota 7.

HISTÓRIA URBANA*

Antônio de Pádua Bosi**

Resumo

Este texto tenta discutir criticamente algumas perspectivas (referenciadas de algum modo no marxismo) de se fazer uma história urbana a partir do enfoque de modos de viver na cidade, assinalando as possibilidades e os riscos que envolvem esse domínio.

Palavras-chave:

cidade – história urbana – historiografia

Abstract

This article tries to discuss critically some perspectives (related somehow in the marxism) of doing an urban history starting from the focus of ways of living in the city, marking the possibilities and the risks that involve that domain.

Keywords:

city – urban history – historiography

* Este texto reflete as questões apresentadas e discutidas na Mesa Redonda intitulada "Espaço urbano enquanto espaço de conflitos: as várias faces de uma cidade", ocorrida na Semana de História do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia: "História e Milênio: travessias e perspectivas", em outubro de 2000. Agradeço a leitura crítica de Rinaldo José Varussa.

** Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou tremendamente a população urbana em relação à rural, arrancando assim contingentes consideráveis da população do embrutecimento da vida rural. (Engels e Marx, Manifesto Comunista, 1848).

...a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. (Fenelon, 1999, p. 7)

Nos últimos 15 anos tem aumentado entre os historiadores o interesse pela pesquisa sobre as cidades ou por uma história que se entende por urbana.

Um olhar mais panorâmico e rápido sobre esses estudos reconhece uma diversidade de abordagens e de fontes históricas que se reflete também em perspectivas diferenciadas de se compreender as cidades. Neste texto, tento identificar e reafirmar uma dessas perspectivas em construção, apresentando um balanço de determinada produção acadêmica sobre a cidade que é vincada no que se pode considerar como sendo um campo de reflexões referenciado numa tradição marxista, desde Marx e Engels.

Esta proposta é motivada pelo fato de que o atual quadro das questões inscritas nesse campo marxista (ou de alguma maneira referenciado nele) manteve como núcleo de suas preocupações uma perspectiva que problematiza as cidades (e a vida urbana) a partir da idéia de que a tensão e os conflitos sociais produzidos pelas relações sociais historicamente estabelecidas condicionaram a formação do espaço urbano. Enfim, como ainda vivemos em sociedades predominantemente fundadas em relações mercantis, neste texto julgo ser importante avaliar em que direções as reflexões inspiradas no desenho societário de Marx e Engels avançaram.

* * * * *

As referências de Marx e Engels acerca da experiência urbana freqüentemente tentaram descrever o quão forte teria sido o esforço burguês de moldar o mundo a sua forma. Embora não tenha acontecido intencionalmente, a aproximação de modos de viver diferentes entre si em contextos de plena formação de grandes centros comerciais e industriais, se deu como consequência deste processo histórico, datado pelo menos dos últimos cinco séculos. Não foi à toa que Friedrich Engels mostrou-se assustado em Londres

com o “turbilhão” de 3,5 milhões de pessoas “num único lugar”. Perguntou-se se “essas centenas de milhar de pessoas”, que “se apressam e se empurram”, não teriam o “mesmo interesse na procura da felicidade?”. Chegaria à conclusão de que teriam, mas que “na grande cidade” este intento era para poucos. Numa situação de corroborada concorrência “é claro como a luz que o pobre suporta todas as desvantagens de tal situação; ninguém se preocupa com ele”¹. Sua visão tomava as grandes cidades modernas como artefato exclusivo da burguesia e, portanto, reflexo da própria desigualdade econômica integrante das formações sociais capitalistas.

Pensando no contexto da Revolução Industrial e do crescimento abrupto de muitas cidades, Engels avalia que a organização do espaço urbano seria feita pela burguesia com a intenção de controlar as classes trabalhadoras. Este autor percebeu que na consolidação da dominação burguesa o lugar de morar das classes trabalhadoras era tão importante quanto o lugar de trabalhar. Na Londres da década de 1840, as casas habitadas pelos operários geralmente não lhes pertenciam. Eram propriedades dos próprios industriais que as construíam nas proximidades de suas fábricas visando “facilitar” o deslocamento dos operários até o local de trabalho. Movidos por uma necessidade bastante concreta, aqueles operários terminavam por habitar as casas de aluguel oferecidas por seus patrões, submentendo-se assim, a uma dupla exploração. Mas não é este o aspecto apontado por Engels que quero chamar a atenção.

No dizer de Engels, “por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar um melhor”². A miséria dos salários, aliada à inexistência de alternativas a este tipo de habitação, obrigava os operários a aceitarem as condições impostas pelos patrões. Mais do que isso. A construção de montes de casebres enfileirados, destinados às classes trabalhadoras, criava bairros exclusivamente operários, marcados por precária situação de higiene e, conseqüentemente, desvalorizados financeira e moralmente. Em Manchester, por exemplo, Engels assinalou como características de um bairro operário “a sujeira, os montes de entulho e de cinzas, os charcos nas ruas”³. Nenhuma infra-estrutura era dada a tais bairros. E esta imagem produzida a partir do modo de morar das classes trabalhadoras trazia consigo a distinção da própria classe social, reafirmando por meio do espaço urbano destinado aos trabalhadores a distância entre pobres e ricos, patrões e trabalhadores.

1 Engels, 1988, p. 37, grifo meu.

2 Engels, 1988, p. 66.

3 Engels, 1988, p. 65.

Foi esta experiência histórica que conferiu sentido ao que conhecemos hoje por especulação imobiliária. No contexto da industrialização foi que o solo urbano “adquiriu” definitivamente valor de troca, tornando-se não só uma mercadoria, mas um item fundamental na reprodução da força de trabalho⁴. Na esteira da industrialização é que o Estado, na segunda metade do século XIX, passa a intervir no espaço urbano com obras e serviços públicos que valorizaram o solo, acelerando a conversão do espaço urbano num grande negócio. O significado originário da especulação imobiliária, no entanto, talvez mais cru e explícito no século XIX, revelou-se como mecanismo de confirmação da dominação social burguesa. Em uma palavra, o controle do solo urbano tal qual problematizado e denunciado por Engels no século XIX foi base para consolidação da sociedade burguesa.

Sobre esta questão, Marx deixou uma importante reflexão registrada em *O Capital*. O esforço de desmistificar o pensamento burguês sobre a essência da sociedade (de sua organização sócio-econômica) levou Marx a denunciar a renda da terra (do solo) como parte da construção histórica do capitalismo. Seu raciocínio vê a relação entre “terra e renda fundiária” como algo artificial, definido pelas relações sociais de produção e não como algo imutável, natural, fundante de si mesmo. Para ele, a “renda fundiária” não seria inalienável à terra, mas um artifício social criado para garantir e legitimar a expropriação de uma classe sobre outra. Na realidade o valor da terra (do solo) seria definido por algo externo a ela, oriundo das relações sociais de produção características do capitalismo. Emanaria do trabalho. Portanto, o fato, histórico, do trabalhador não ter direito a terra e de, ao mesmo tempo, fazê-la valer alguma coisa na perspectiva de uma sociedade mercantilizada, seria a expressão de um paradoxo desvendado por Marx. Numa frase emblemática ele afirmaria que “o capital são os produtos gerados pelos trabalhadores e convertidos em potências autônomas dominado e comprando os produtores, e mais ainda são as forças sociais e a forma do trabalho com ela conexas, as quais fazem frente aos trabalhadores como se fossem propriedades do produto deles”⁵. Assim, Marx tentara explicar como a terra fora convertida em propriedade privada.

Voltando a Engels, outra de suas idéias bastante instigante para se pensar a cidade estabelece-se a partir dos homens focados na experiência cotidiana de se viver na cidade. É o da multidão de pessoas que fazem coisas juntas na

4 Roncayolo, 1986, p. 411-414.

5 Marx, 1984, p. 936.

cidade sem se sentirem juntas. Para Engels o homem urbano é, sobretudo, representado pela multidão. Esta, em Engels, aparece como um ser autônomo, composto pelos milhares de indivíduos que lutam entre si como podem pela sobrevivência. Estão juntos, mas não se percebem juntos. Essa multidão encontra-se no mundo condicionada por fatores como a economia e as políticas governamentais e por este motivo é incapaz de agir. Então, ela apenas reage. Entretanto, a possibilidade de ação existe, embora ela esteja ao mesmo tempo dentro e fora da experiência de se viver na cidade. Dentro, porque ela nasce necessariamente em meio à experiência da miséria, da fome, da degradação moral. Fora, porque a ação só se efetiva pela negação de tais experiências, isto é, quando a multidão deixa de ser multidão – sem identidade e desumanizada – e passa a processar tais experiências como classe. Ou, como sugere Engels, quando “o operário já não pode valorizar as suas qualidades humanas senão opondo-se ao conjunto das suas condições de vida”⁶.

Contudo, a Londres da década de 1840, a Londres de Engels, não é a cidade do trabalhador consciente. Ela permanece sendo o lugar onde o capitalista organiza seu mundo. Tal organização, escreveram Engels e Marx em 1848, seria a história da submissão do campo à cidade; seria a história de imposição “do modo burguês de produção”, da “criação de um mundo à imagem da burguesia”. Esta organização do mundo “à imagem da burguesia”, que teve lugar na cidade, será dissecada e desconstruída por Marx. A cidade será vista, principalmente, como símbolo máximo da supremacia do capital; um estatuto civilizatório, sobre o qual se constata que a “a população foi arrancada do embrutecimento da vida rural”⁷. Esta transição de um mundo rural para um mundo urbano mereceu atenção especial de Engels e Marx. Este último empreendeu boa parte de sua vida para identificar e entender os mecanismos sociais, políticos e econômicos que tiveram lugar na Inglaterra no período que vai do século XVI ao XIX, e que serviram de suportes ao processo de consolidação do capitalismo. Entre estes mecanismos Marx apontou as cidades como portadoras de uma importância estratégica na fixação e divulgação dos valores burgueses – de seu modo de vida. Contado como história, Marx salientou neste processo a acelerada submissão do campo à cidade, discutindo num âmbito mais genérico os termos do que ele chamou de “acumulação primitiva de capital”, tem retomado no clássico debate iniciado nos anos 1940 e 1950 acerca da “transição”⁸.

6 Engels, 1988, p. 242.

7 Engels e Marx, 1982, p. 97.

8 Hilton, 1989.

A cidade é vista, portanto, em primeira instância, como efeito da força exponencialmente crescente da burguesia que “suprime cada vez mais a dispersão da população, dos meios de produção e da propriedade”⁹. Aqui, a atenção é voltada para a industrialização da produção e a fundação de uma noção de trabalho humano que desumaniza o homem e que é também a divisão do mundo urbanizado em duas partes: “por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Eles substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores”¹⁰. E o que ao mesmo tempo é curioso e revelador sobre este processo de alienação humana descrito e criticado em detalhes por Marx, é o fato de que, apesar de a industrialização facilitar o trabalho (entendido como produção), essa “facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo”¹¹.

Cabe lembrar, entretanto, que tais questões propostas e discutidas por Marx são datadas do contexto de expansão do capitalismo concorrencial do século XIX, marcado, por seu turno, por grande dose de otimismo em relação ao potencial de transformação social contido nas tecnologias controladas pela burguesia caso estas viessem a ter outra aplicação que não uma “aplicação capitalista”¹². Datam de um período em que saltava aos olhos e ganhava centralidade na percepção dos intelectuais o conflito mais tarde descrito por Henry Lefebvre como tendo lugar e dominando o cenário do que ele categorizou por “primeiro período” da urbanização capitalista: “a indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência”¹³.

Faz sentido o fato de que nesse período existiu um certo entusiasmo compartilhado pelos intelectuais “liberais burgueses e os revolucionários socialistas proletários”¹⁴ quanto aos “melhoramentos” proporcionados pela industrializa-

9 Engels e Marx, 1982, p. 98.

10 Marx, 1844, p. 3.

11 Marx, 1988, p. 41.

12 Marx, 1988, p. 45.

13 Lefebvre, 1991, p. 21.

14 Hobsbawm, 1996, p. 256.

ção. Sobre esse assunto observou Eric Hobsbawm que “seus expoentes [burgueses liberais e revolucionários socialistas] acreditavam firmemente (e com razão) que a história humana era um avanço mais que um retrocesso” não restando nenhuma dúvida de que “o conhecimento científico e o controle técnico do homem sobre a natureza aumentavam diariamente”¹⁵. Embora Hobsbawm não tenha se colocado o problema sobre até que ponto e de que forma este entusiasmo das elites intelectuais era comungado com os “de baixo” ou os atingia, efetivamente ele esclarece que a burguesia importava-se centralmente em subordinar e/ou destruir todos os modos de viver em função do seu.

Sobre esta questão, Natalie Zemon Davis discute a edificação de determinado saber burguês como parte de um processo mais amplo de enfrentamento político contra os segmentos populares na França pós-revolução. Este ponto também compõe o olhar que tento construir sobre a formação do espaço urbano no sentido de que as tecnologias e saberes empregados na organização da cidade e dos modos de viver são intervenções fundamentalmente políticas. Apesar de Davis não apontar como sendo estratégica para a burguesia a estratificação dos saberes condizente às vidas das pessoas à medida que se pretendia construir um sistema de valores que se universalizasse, suas inferências a respeito do relacionamento entre os “eruditos” e “populares” na França moderna informam um forte movimento de desqualificação dos conhecimentos dos populares acerca da cura de doenças em função da construção de um saber científico, de valor incontestável e subordinado aos ditames e regras compatíveis ao novo mundo que se arquitetava. Analisando um livro francês de medicina datado de 1810 escrito por um professor da Faculdade de Medicina de Paris intitulado *Erros populares relativos a medicina*, Davis sustenta que ali tentava-se “efetuar transformações em relação ao povo” corrigindo “as crenças e o comportamento de todos” no que respeitasse o trato do corpo, “desde o prático em medicina até a parteira, atingindo o maior número de representantes do ‘povo’ a que pudessem chegar”¹⁶. Este *saber* identificado por Davis no seu fazer-se dirigir-se-ia à organização da sociedade e emanava do Estado numa tentativa de legitimar a ascensão política definitiva da burguesia ao longo do século XIX à medida que ele próprio se legitimava.

No Brasil, foi Sidney Chalhoub quem mostrou, na cidade do Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX, as complexas conexões – dadas pela criminalização dos cortiços – entre o saber médico oficial – o que ele

¹⁵ Hobsbawm, 1996, p. 256.

¹⁶ Davis, 1990, p. 187-217.

chamou de “ideologia higienista” – a partir do Estado e os interesse dos grupos empresariais que atuavam na construção civil¹⁷. Antes de Chalhoub, num sentido parecido, três estudos também sobre a cidade do Rio de Janeiro investiram nesta questão. Jaime Benchimol chamou a atenção para o fato de que o ataque às construções e formas antigas anteriores, e aos populares em especial, correspondia a determinada política de saneamento social¹⁸. Oswaldo Porto Rocha e Lia de Aquino atentaram para o conteúdo social e político da visão irradiada a partir do Estado que enxergava as casas como feias, não funcionais e insalubres, as ruas como sendo estreitas, desalinhadas e impraticáveis para o transporte¹⁹. Enfim, se o saber médico expressava determinada ordem social, o saber técnico da engenharia também indicava fortes traços ideológicos e preferência sociais.

Assim, parece-me que no campo intelectual que receberia certa herança marxista, as reflexões mais recorrentes sobre a cidade partiriam das questões da urbanização e industrialização para ampliar seu horizonte de análise em direção a todos os saberes e práticas que, no meio urbano, trabalhavam no sentido da instauração do novo modo de vida, orientado pela perspectiva burguesa. Outro ponto que mobilizaria a atenção dos estudos históricos no e sobre o Brasil que seguiria essa tendência girariam em torno da relação entre a população egressa do campo e sua vida nas cidades. A idéia – atualmente bastante discutida – de exclusão social teria ali uma de suas formulações iniciais, como discutirei mais à frente.

Em síntese, a transição de um mundo rural e agrícola para um mundo urbano e industrial sofreria a problematização inicial de Marx e de Engels, transformando-se em temática recorrente nas décadas de 1940 e 1950. O que cabe salientar, no entanto, são as formas com que Marx e Engels enquadram a cidade como objeto de reflexão e que seriam retomadas de algum modo no Brasil a partir dos anos 50. Destaca-se dentre essas formas de análise a cidade como organização e expressão do mundo burguês; a cidade como fator de segregação social; e a cidade como superação de um mundo rural, supostamente arcaico e atrasado.

O sentido de “subordinação do campo à cidade” apontado por Marx e Engels em 1848 parece ter estado presente de algum modo na percepção mais geral de seus contemporâneos, embora houvesse certamente diver-

¹⁷ Chalhoub, 1999, p. 15-59.

¹⁸ Benchimol, 1990.

¹⁹ Rocha, 1995; Aquino, 1995.

gências acerca de como isto poderia se avaliado. É razoável afirmar que o século XIX foi marcado por um vertiginoso crescimento das cidades e também por uma não menos vertiginosa redução do campo, de suas extensões e das culturas a ele associadas. Em relação a tal fato, Raymond Williams identificou uma certa animosidade entre o povo do campo (ou que se reivindicava pertencendo a ele) contra a vida nas cidades – as grandes cidades que Engels mencionou. Investigando a literatura inglesa de meados do século XVIII, Williams percebeu posições ambivalentes em relação ao processo histórico de subordinação do campo às cidades. Para uns, havia um sentimento de contrariedade a esta subordinação à medida que muitas pessoas não se enquadravam na nova ordem urbana – por não encontrarem lugar nela para suas habilidades, para seus modos de viver, nem para suas memórias e experiências. Para essas pessoas, a experiência de viver na cidade inglesa de meados do século XVIII, no início da industrialização e no apogeu dos cercamentos, seria – conforme Williams nota na literatura – “suja, fedorenta e ruidosa”. Para outros, porém, a cidade apresentar-se-ia adequada às “atividades remuneradas de representação, corretagem, comissão, negociação”, o habitat social de “agentes, corretores, banqueiros, negociadores, investidores, empreiteiros”²⁰. Para Williams, naquelas cidades havia diferentes experiências sociais.

É preciso lembrar que esse tipo de transformação – percebida de uma forma ou de outra – foi também condicionado em ideologias que veiculavam a idéia de que a mudança social e o desenvolvimento econômico eram a mesma coisa (fatores de um processo irreversível) e, assim, tentara justificar, à época, a supremacia econômica, social, política, étnica e cultural do Ocidente europeu – melhor dizendo, do capitalismo – sobre o resto do mundo²¹. Como já disse, essa supremacia (que foi chamada por Lênin em 1916 de a “fase superior do capitalismo”) fora percebida de diversas maneiras²². Por certo salta aos olhos o quão forte pareceram ser as conquistas da tecnologia empregadas na produção e nas cidades, ainda hoje motivo de discussão²³. Até mesmo Marx, numa avaliação do domínio inglês na Índia²⁴, apesar de se compadecer com a violência empregada na subordinação do povo indiano, não pestanejou em reconhecer a natureza útil de tal evidência contra aquilo que ele e Engels haviam caracterizado de “embrutecimento da

²⁰ Williams, 1990, p. 199-213.

²¹ Hobsbawm, 1992.

²² Lênin, s.d., p. 688-798.

²³ Roncayolo, 1999.

²⁴ Marx, 1984.

vida rural”. De certa forma a tendência maior dos estudos que se constituíram em relação ao processo de industrialização dos países ao longo de meados do século XIX e do século XX, tomavam essa matriz como ponto de partida ou então como conexão importante e estratégica na articulação dos argumentos e das explicações sobre o assunto. Pelo menos um grande tema foi tocado de perto e com profundidade: a relação industrialização/urbanização.

No Brasil, a questão das cidades foi abordada de maneira mais sistemática na década de 1950, ligada a uma problemática mais ampla referente ao desenvolvimento econômico e à mudança social. Esta questão foi desenvolvida particularmente pela Escola Paulista de Sociologia. Figurou entre os interesses dessa escola um forte sentimento de conhecer o Brasil, ou “boa parte da diversificada população do país” que era à época – no dizer de Richard Mores – “invisível”²⁵. Neste sentido, apesar dos esforços de reconhecimento da complexidade de tal população no contexto das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, as abordagens imprimidas pela Sociologia Paulista mantiveram essa população “invisível” – ou “visível” do ponto de vista da cidade apreendida em termos apenas dos fenômenos da industrialização e da urbanização²⁶.

Os estudos que trilharam este caminho retomaram em parte a perspectiva marxista da subordinação do campo à cidade colocando em questão – ou transformando em problema – a presença de uma população rural no meio urbano. Foi Juarez Brandão Lopes quem disse que nas décadas de 1950 e 1960 “a maioria das pessoas das classes baixas e médias urbanas são de origem recente e não tem o conhecimento, as habilidades e os amigos e parentes para resolverem as suas dificuldades nas grandes cidades”²⁷. Produziu-se assim – em função dessa avaliação – a idéia de que a cidade não seria um artefato das pessoas que nela vivem, mas que, ao contrário, possuiria uma lógica própria, pronta e acabada, que excluiria aquilo que lhe era estranho, decorrendo dessa lógica uma postura fatalista com relação à sobrevivência de práticas e sociabilidades oriundas de culturas não-urbanas²⁸. Florestan Fernandes, por exemplo, em estudo publicado em 1959 sobre *O folclore de uma cidade em mudança*, observou que “indivíduos e grupos que se apeguem a formas obsoletas ou pré-urbanas de pensamento e de ação, dificilmente conseguem ajustar-se satisfatoriamente às exigências da situação”²⁹.

²⁵ Morse, 1990, p. 89.

²⁶ Ianni, 1989, p. 84-124.

²⁷ Lopes, 1980, p. 89.

²⁸ Lopes, 1971.

²⁹ Fernandes, 1998, p. 76.

Esta maneira de pensar a cidade, além de ter sido influenciada pela matriz marxiana, considerada centralmente em suas reflexões o processo de urbanização em curso no Brasil do pós-guerra fazia derivar deste contexto um apelo para o conceito de capitalismo dependente. Foi o próprio Florestan Fernandes que prefaciou um livro de Paul Singer escrito em 1966 sobre a história econômica e urbana de cinco grandes cidades brasileiras, avalizando a tese deste último sobre “desenvolvimento econômico e evolução urbana” e afirmando que

*a sociedade brasileira esforça-se por encontrar os seus caminhos de auto-realização de liberdade, incentivando os seus cientistas sociais a produzirem um conhecimento científico que opere como uma modalidade de autoconsciência de sua história real, como povo de origem colonial e de condição heteronômica, que precisa lutar contra seu passado e seu presente, para se libertar das cadeias invisíveis do duplo jogo do capitalismo dependente – o que se dá de fora para dentro e o que nasce de dentro para fora.*³⁰

De qualquer maneira, os estudos sobre a cidade desde então fixariam determinado padrão de discussão que, embora não se desfizesse de preocupações com os aspectos e questões ligados ao “ajustamento” das populações rurais aos núcleos urbanos em expansão (interesse demonstrado nos estudos sobre o folclore, ideologia, religiosidade etc.), daria primazia aos grandes vetores econômicos de transformação da paisagem nacional tais como os transportes e a implantação de indústrias, isto é, o aparecimento e a expansão dos capitais mercantil e industrial. Constituído o chão econômico, passava-se a discutir a estratificação social, a mobilidade e os sistemas de poder³¹. Numa variante desse paradigma, dedicava-se também ao estudo da burocracia como elemento novo dessa sociedade³².

Há que se considerar o mérito desses trabalhos e, em particular, da Escola de Sociologia Paulista, em ter buscado construir uma interpretação da realidade social brasileira que não fosse comprometida com o *stablishment*, mas que trouxesse fundamentalmente – na visão de Otávio Ianni – uma proposta de “reflexão que questiona a realidade social e o pensamento”³³. Também mere-

30 Singer, 1977, p. 4.

31 Costa, 1985, p. 194-227.

32 Lopes, 1971.

33 Ianni, 1989, p. 92.

ce lembrança o fato de que essa Escola produziu uma reflexão importantíssima sobre as relações sociais das pessoas nas cidades como é o caso do estudo de Florestan Fernandes já mencionado. Contudo, essa visão societária da cidade construída por essa Escola apanhou a experiência social dos segmentos egressos do campo – inscritas e referenciadas em culturas – de uma maneira negativa, isto é, rejeitando ou valorando tais experiências como “obsoletas”, “pré-urbanas”, “técnicas pré-científicas”. Tomando ainda neste sentido o estudo de Brandão Lopes sobre o processo de secularização desses segmentos rurais nas cidades, tem-se um registro de que modo semelhante tenderia a classificar as ações de homens e mulheres como ineficientes, arcaicas, pré-políticas. O que fica dessa avaliação é que quando inseridas no contexto urbano as práticas referenciadas numa herança do tipo tradicional, por estarem *fora do lugar*, refletiriam uma certa irracionalidade de seus atores. Então, o que poderia se tornar uma questão a ser problematizada e discutida (o porque de pessoas esforçarem-se em preservar práticas *fora do lugar* sem nenhuma eficácia aparente) seria lançada de lado. De um modo ou de outro, uma das pontas dessa preocupação que eles tiveram com a sociedade urbano-industrial interessa até hoje dentro de uma perspectiva em que se tenta perceber a cidade como experiência de exclusão social.

Talvez por terem derivado suas preocupações de um período em que se colocou fortemente possibilidades de modelos econômicos, o papel das experiências sociais tenha sido referenciado ao leque de escolhas, valendo mais pelo modelo a ser implementado do que por si mesmo. Sumariamente, se nas décadas de 1950, 1960 e 1970 as cidades e a constituição do espaço urbano foram objeto de preocupações, principalmente sociológicas, referenciadas num extenso processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, a década de 1980 será dominada por estudos particularmente da área de História, que problematizariam as formas de exclusão social das classes trabalhadoras na cidade.

Algumas pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação em História tematizaram as cidades à medida que se interessaram em propor questões sobre a presença das classes trabalhadoras em grandes núcleos urbanos. A constituição de um campo temático, como apontou recentemente a historiadora Maria Stela Bresciani³⁴, numa tentativa de balanço historiográfico na década de 1980, estimulou o desenvolvimento de diversas tendências que se dispuseram a discutir a vida nas cidades. Um mérito a ser atribuído a estes estudos reside no esforço que fizeram, uns mais outros menos, para produzir abordagens que escapassem de uma visão excessivamente generalizante,

como por exemplo a de Engels, quando tendia a homogeneizar as experiências relacionadas a urbanização. Afirmava ele que “já basta sobre estas cidadezinhas. Todas têm as suas peculiaridades mas, no fim de contas, os trabalhadores vivem nelas como em Manchester”³⁵.

Quanto ao contexto desta produção, pode-se dizer que os primeiros estudos que focalizaram menos o processo de industrialização/urbanização e mais os modos de viver das classes trabalhadoras nas grandes cidades acompanharam um intenso fluxo de movimentos sociais ao longo da década de 1970 ocorridos no Brasil. Sinais bem fortes deste deslocamento das “questões materiais” para os “sujeitos sociais” podem ser encontrados nos trabalhos de sistematização teórica de Maria Célia Paoli, Éder Sader³⁶ e Déa Ribeiro Fenelon³⁷, publicados em meados da década de 1980. Os trabalhos empíricos sobre aqueles movimentos sociais urbanos são anteriores. Datam do início dos 80. Pode-se lembrar, por exemplo, as pesquisas dos sociólogos Sílvio Caccia Bava e Vera Telles, que pautaram a questão urbana a partir da ação dos movimentos sociais, isto é, propondo-se a compreender a definição do espaço urbano e dos equipamentos coletivos (transporte, saúde, escola, água etc.) que compõe, pela movimentação política dos trabalhadores que habitam espaços comuns³⁸. Já por volta da metade da década de 1980 vê-se a formalização de uma preocupação com o significado dos interesses de grupos de moradores de periferia que se mobilizavam para reivindicar melhorias estruturais em seus bairros. É o caso, por exemplo, do sociólogo Pedro Jacobi, que estudou a relação entre carências urbanas e reivindicações por saneamento básico e saúde na cidade de São Paulo³⁹. Tal preocupação seria compartilhada por inúmeros pesquisadores e em diferentes perspectivas de análise. Contudo, a questão básica em torno da qual estabeleceu-se profundo interesse e encarnizada polêmica residiu na definição do perfil daqueles movimentos sociais, de seu grau de autonomia política, ou, no dizer do historiador Antônio de Almeida, se “conservadores” ou “progressistas”⁴⁰.

Ainda pensando no contexto quando da derradeira crise política do regime militar, a maioria dos intelectuais que discutia tal tema, embora con-

34 Brescianni, 1998, p. 243-246.

35 Engels, 1988, p. 56.

36 Sader e Paoli, 1986.

37 Fenelon, 1985.

38 Telles e Caccia Bava, 1981.

39 Jacobi, 1989.

40 Almeida, 1992.

cordasse sobre o fato de que havia nas cidades sujeitos com capacidade de intervir em seu desenho urbano definindo carências e direitos, esbarrava, às vezes, em grandes polêmicas quando se colocava a refletir acerca das dimensões dessa “capacidade”. A socióloga Maria da Glória Gohn, por exemplo, concluiu, em livro publicado em 1982, onde discutiu o “movimento Sociedades Amigos de Bairros em São Paulo”, que a capacidade desses sujeitos sociais estaria circunscrita à “obtenção das melhorias reivindicadas”. A alteração da lógica das relações de classe existentes por parte desses movimentos era vista pela autora como sendo possível apenas “a partir de sua articulação [dos movimentos] com formações partidárias ou que perpassem o mundo da produção” alegando não acreditar “na autonomia dos mesmos”⁴¹. Esta autonomia também apareceria mitigada nos escritos da antropóloga Ruth Cardoso, por ocasião de um balanço realizado em 1985. A título de síntese, esta autora afirmou que “o que procurei mostrar é que a autonomia ideológica dos movimentos não garante a possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes. Sua ação reivindicativa, ainda que autêntica, é positiva porém fragmentada e limitada pelo próprio aparelho do Estado”⁴². A rigor, para tais autoras, as intervenções desses sujeitos no espaço urbano e na cidade seriam de natureza pontual, reivindicativa/economicista, transitória e efêmera.

Noutra perspectiva política e teórica de análise, intelectuais inspirados no Marxismo Britânico⁴³, particularmente em Edward Thompson, deram menos ênfase à relação entre sujeitos sociais e o Estado (e na questão de subverter ou não o sistema político) para investir na compreensão da lógica dos movimentos produzidos, operando com outra noção de autonomia e, portanto, redimensionando o olhar sobre a cidade e a constituição do espaço urbano. Tal noção de autonomia passaria pelo reconhecimento de que ações e reações políticas de grupos sociais não seriam nem derivadas e nem simples e unicamente estimuladas por conjunturas econômicas ou estruturas sociais, mas construídas e referenciadas nas circunstâncias históricas concretamente experienciadas.

Para o sociólogo Eder Sader, por exemplo, trata-se, escrevendo em 1987, de escapar dos determinismos da ação social que explicam o comportamento social (e o urbano por consequência) nos termos de uma manifesta-

⁴¹ Gohn, 1982, p. 32.

⁴² Cardoso, 1983, p. 232.

⁴³ Kayne, 1986.

ção e/ou objetivação do que está estabelecido no real, tal como a “classe” e a “luta entre classes sociais antagônicas”, sem necessitar eles mesmos de explicação. Falando disto, Sader revela que tentou “pensar as alterações nas práticas coletivas de trabalhadores, como reelaboração do imaginário constituído, através de novas experiências, onde se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados”, permitindo o surgimento de “práticas instituintes”⁴⁴. Três anos antes, a filósofa Marilena Chauí também assinalava no livro *Conformismo e resistência* a existência e a importância das diversas práticas sociais instituintes de novos significados e, por vezes, portadoras de sentidos transformadores. Disse ela a esse respeito que “seres e objetos culturais nunca são dados, são **postos** por práticas sociais e históricas determinadas, por formas da sociabilidade, da relação inter-subjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível, com o necessário e o contingente”⁴⁵. Contribuíram para abrir caminho na direção de entender o espaço urbano como resultado de práticas sociais (quase sempre distintas e conflitivas); espaço “inventado”⁴⁶ pela intervenção de quem o vivencia.

De uma maneira geral havia entre os pesquisadores desse tema determinado consenso sobre o fato de que as contradições sociais urbanas tinham sido agravadas pela intensificação da urbanização no país, pela “dureza” política do regime militar e pela apropriação desigual dos serviços de consumo público. No início dos anos 80, o sociólogo Pedro Jacobi, a título de balanço, afirmaria que “os movimentos têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano da população na sua condição de moradores”⁴⁷. Essa percepção, bastante compartilhada à época, sugeria que as pesquisas estariam adotando fundamentalmente o viver urbano expresso no cotidiano dos moradores de bairros como forma de explicar o comportamento e as expectativas das classes trabalhadoras bem como as grandes cidades.

Outra tendência que se firmou como caminho de discussão das cidades no final da década de 1980 e início da década de 1990, e basicamente priorizou como enfoque a idéia de luta de classes é a identificação e discussão dos mecanismos políticos institucionalizados e não institucionalizados existentes nas cidades visando o controle dos trabalhadores. Neste sentido, Heloísa de Faria Cruz problematizou a formação do mercado de trabalho na cidade de São Paulo da

⁴⁴ Sader, 1995, p. 46.

⁴⁵ Chauí, 1986, p. 22.

⁴⁶ Chauí, 1986, p. 66-67.

⁴⁷ Jacobi, 1986, p. 222.

virada no século XIX para o XX a partir das ações dirigidas pelo Estado às classes trabalhadoras⁴⁸. Nessas ações ressaltavam-se “preocupações e problemas relativos à necessidade de identificar, conhecer e controlar um vasto contingente de despossuídos que se estabelece na cidade e no qual estão também incluídos os trabalhadores ativos, bem como as ‘as classes perigosas’”⁴⁹. Na visão desta autora os mecanismos de controle do Estado foram sendo definidos à medida que se impunha, para as classes proprietárias dos grandes meios de produção, a necessidade de se “reproduzir” as “condições de funcionamento do mercado de trabalho”⁵⁰. Essas tentativas de controle concretizavam-se na forma da criminalização de algumas práticas dos trabalhadores, desenhando um tipo de comportamento desejado por segmentos das classes dominantes e expressado a partir do Estado e das instituições que foram criadas para garantir sua efetivação. Heloísa de Faria Cruz conseguiu assim mostrar uma cidade de São Paulo permanentemente modificada pelos conflitos entre capital e trabalho, em suas inúmeras disputas em torno da redefinição do mercado de trabalho, das condições de sobrevivência de cada uma dessas forças sociais⁵¹.

O mais interessante nesse tipo de estudo é que se tentou investir uma abordagem sobre o capitalismo no Brasil que salientava primordialmente as relações sociais concretamente estabelecidas e referenciadas em sua própria historicidade. A rejeição de modelos que defendiam a hierarquização de categorias históricas por um grau de importância que se iniciava na dimensão econômica do social, parece ter sido a principal postura desse enfoque sobre a cidade. A cidade podia ser mostrada a partir do cotidiano de trabalhadores que nela viviam⁵² e, em alguns casos, como um cenário marcado por conflitos entre negros escravos de um lado e autoridades policiais e proprietários de outro⁵³. O fato é que, no início dos anos 90, muitos pesquisadores que lidavam com as cidades tenderam a vê-las cada vez mais como espaço social em permanente formação e resultante de tensões e conflitos sociais. Conforme a arquiteta Raquel Rolnik sintetizou em seminário interdisciplinar sobre cidade realizado no ano de 1990, seria preciso atentar-nos para as várias cidades dentro da cidade: “a cidade legal e a cidade ilegal, a cidade normal e a cidade subnormal, ou a cidade cidadã e a cidade clandestina”⁵⁴.

48 Cruz, 1987.

49 Cruz, 1987, p. 117.

50 Cruz, 1987, p. 120-121.

51 Cruz, 1990.

52 Chalhoub, 1986.

53 Chalhoub, 1990.

54 Rolnik, 1990, p. 228.

Esta tendência de valorizar os modos de viver como fundamento e estratégia para pesquisar a cidade foi aprofundada na década de 1990. Ao fundo, os estudos que a compõem trazem em comum a concepção de que, no dizer de Déa Fenelon, “são as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade”⁵⁵. Neste sentido, acredito que a adoção de uma perspectiva cuja centralidade seja a cidade do ponto de vista de seus moradores, faz-se também como um certo desdobramento da idéia de Raymond Williams sobre a cidade comportar experiências e perspectivas históricas diferentes. O desafio, contudo, não é tanto o de reconhecer ou apontar o quanto as cidades – como parte e expressão da formação social capitalista – integram a lógica de reprodução da exploração do trabalho, mas o de saber como efetivamente as cidades e tudo o que existe nelas é construído historicamente.

Esta é, digamos assim, uma poderosa chave para se entrar na cidade, porque refaz a possibilidade da escrita de uma História crítica sem compromissos ou alinhamentos automáticos com as visões de mundo (consagradas em forma de memórias) das classes dominantes, que tendem sempre, pela esquerda ou pela direita (como organizadores oficiais do pensamento das classes economicamente dominantes ou das classes economicamente subalternas), a homogeneizarem o social.

A descoberta da cidade pelas vivências de grupos subalternos pode representar, como esforço acadêmico e num primeiro momento, a descoberta de inúmeros territórios constituídos socialmente por esses grupos na dinâmica de seu exercício cotidiano de se reconhecerem em meio ao urbano e suas marcas. Ou seja, de uma maneira geral, os suportes das memórias sobre a cidade tais com as ruas, os prédios públicos, o comércio, as praças; particularmente os suportes experienciados pelo trabalhador comum, como o caminho para o trabalho, o caminho de volta para a casa, os lugares de lazer, os lugares de afetividade familiar etc. Isto joga por terra a noção de cidade como fator uníssono, homogeneizador. A possibilidade aberta nessa direção relativiza a maioria das avaliações feitas acerca do impacto das intervenções institucionais e dominantes na constituição dos espaços urbanos sobre as vidas das classes trabalhadoras, sob a forma de estetização e higienização ao longo do processo de consolidação da sociedade capitalista tantas vezes estudado com propriedade,

55 Fenelon, 1999, p. 6.

mas com uma visão cética acerca das possibilidades de intervenção dessas classes subalternas neste espaço planejado⁵⁶.

É evidente que tal proposta de abordagem (tal arranjo teórico-metodológico) tem sido viabilizada de muitas maneiras, com enfoques variados, enriquecendo e alterando não só a visão intelectual-acadêmica acerca da cidade e dos modos de viver nela existentes, mas também sugerindo novas intervenções a partir do poder público no espaço da cidade⁵⁷. Não falo aqui de uma racionalidade instrumental, mas de um tipo diferenciado de percepção sobre a cidade e seus “problemas”; de uma percepção que considera fundamentalmente os modos de viver urbanos no diagnóstico das “questões” urbanas, na formulação das “soluções” e na adoção de uma política pública permanente, flexível e permeável aos modos de viver urbanos.

Contudo, antever possibilidades frutíferas de abordar a cidade a partir deste itinerário explicitado requer primordialmente fazer referência a determinados riscos que envolvem a confecção de uma história urbana a partir dos modos de viver que possa, por seu turno, lançar alguma luz sobre nossas vidas. Para além dos riscos já comentados, tentarei apontar outros que julgo importantes.

Começemos talvez pelo mais corriqueiro dos riscos que é a própria tarefa de se discutir a cidade como resultado das relações sociais travadas cotidianamente nos seus diversos espaços. Colocar em evidência as práticas dos trabalhadores na cidade supõe nos prepararmos para encarar acontecimentos, fatos e temporalidades de outros pontos de vista, e isto tem grande probabilidade de criar para o historiador problemas políticos. A suposição de outras versões sobre os fatos consagrados oficialmente ou, ainda, a suposição de haver outras perspectivas históricas com marcos históricos diferentes dos estabelecidos oficialmente, pode suscitar questionamentos ao historiador, muitos deles hostis. Se tracejarmos, por exemplo, a composição de fortunas

56 Esta perspectiva “cética” subsume qualquer intervenção de grupos subalternos no espaço em que vivem a uma matriz de experiência social dada à priori chamada de “modernidade”. É o caso, por exemplo, de Berman, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver também as críticas a essa postura em Anderson, P. Modernidade e revolução. *Irr. Novos Estudos CEBRAP*, n. 14, p. 2-15, fev. 1986.

57 Nesse sentido, há as experiências desenvolvidas quando do governo do PT na cidade de São Paulo (1989-1992), onde se pode mencionar as ações do Departamento de Patrimônio Histórico Municipal de São Paulo dirigido pela profa. Dra. Déa Ribeiro Fenelon, que tentaram alterar a concepção do poder público a respeito da memória, de sua produção e de sua preservação através de eventos e de intervenções concretas no espaço da cidade de São Paulo, em relação às muitas memórias existentes. Parte deste trabalho pode ser conhecida na publicação periódica da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (entre os anos de 1989-1992) e no livro *O direito à memória*. São Paulo: DPH, 1991, que reúne textos resultantes do “Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania”, promovido pelo DPH do município de São Paulo em agosto de 1991. Ver também “posfácio” escrito por Pedro Jacobi sobre a experiência do governo PT (1989-1992) com os movimentos populares, *Irr. Movimentos sociais e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 161-168.

em determinado município operando com categorias tais como “mais-valia” (que hoje me parece ser marginal ou secundária entre a maioria dos historiadores), em oposição a noções tais como “pioneirismo” – que geralmente acompanha a constituição daquilo que Raquel Glezer criticou em relação às histórias das cidades como sendo “o mito das origens”⁵⁸ –, poderemos estabelecer polêmicas não só no campo acadêmico como também no campo político, fomentando atritos com descendentes dessas fortunas que argumentarão em favor da legitimidade das mesmas.

Outro risco de se privilegiar os modos de viver urbanos relaciona-se com a tentação de realizar um contra-discurso histórico, terminando por heróizar os agentes sociais excluídos, ou mesmo atribuir-lhes uma importância e um peso que eles podem não ter tido. Neste sentido, não é raro topar com trabalhos sobre o modo de viver (que afirmam tomar como referência os escritos de E. P. Thompson) que operam uma certa idealização das experiências sociais dos “excluídos”. Pretendendo fazer uma “história vista de baixo”, esses trabalhos acabam por substituir a escrita da história pelas falas de seus agentes sociais realizando inversões tais como subordinar os nexos das relações sociais de produção a uma determinada concepção de identidade. Geralmente esta perspectiva tem conduzido a um grau exagerado de relativização das experiências sociais, muitas vezes fazendo desaparecer as relações sociais de dominação e até mesmo as classes sociais. Sobre esta questão Hobsbawm observou acertadamente que “os historiadores, conquanto microcósmicos, devem se posicionar em favor do universalismo, não por fidelidade a um ideal ao qual muitos de nós permanecemos vinculados, mas porque essa é a condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive a de qualquer fração específica da humanidade”⁵⁹.

Outra questão extremamente importante que se coloca nessa perspectiva de investigação do espaço urbano diz respeito àquilo que o historiador Marcos Silva chamou de “preconceito homogeneizador”, elaborado pelas classes dominantes que fabricam o saber oficial. As categorias definidas para explicar o espaço (tais como região, Estado, município etc.) são elas mesmas vetores da visão de mundo dominante. Servem, por exemplo, para articulação de identidades que fogem do âmbito cultural definido como padrão, válido e universal. Assim, a presença de diversos migrantes na cidade de São Paulo seria percebida de maneira preconceituosa e subalternizadora. Na fala

⁵⁸ Glezer, 1992, p. 11.

⁵⁹ Hobsbawm, 1998, p. 292.

de Marcos Silva, “trabalhadores rurais piauienses, motoristas de Salvador e bancários de Campina Grande, por exemplo, são reduzidos, em bloco, a ‘bairanos’ (São Paulo) e ‘paraibas’ (Rio de Janeiro), destituídos de suas identidades específicas, expropriados de diferenças, memórias e projetos”⁶⁰. Evidentemente que a crítica de Marcos Silva clama por problematizar a produção dessas identidades, bem como os possíveis impactos na sua recepção. Feito isto, atentar para a questão das identidades na cidade pode ser um caminho promissor naquela direção já apontada aqui de apreender os múltiplos desejos da cidade, uma cartografia que não é puramente geográfica, mas que é também afetiva, política, socialmente construída.

Finalmente, levantados os problemas e a perspectiva que envolvem uma história urbana a partir dos modos de viver urbanos, a escrita dessa história toma como um desafio permanente a tentativa de dialogar com as expectativas dos trabalhadores acerca de suas vidas, priorizando destacar como viviam na cidade, como *desejavam* viver e como *acreditavam* estar vivendo. Este tipo de valorização dos modos de viver torna-se estratégica e corresponde, em certa medida, à escrita de uma história “vista de baixo” que joga para o debate modos de viver “residuais”⁶¹, inseridos e contextualizados em ordens urbanas as quais, muitas vezes, mostram-se contraditórias. Creio que isto impõe uma discussão política de crucial importância sobre os caminhos históricos percorridos até aqui.

⁶⁰ Silva, 1992, p. 61.

⁶¹ Willians, 1979.

CARO AQUILES, A SEGUIR SEGUE AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO ARTIGO – HISTÓRIA URBANA,

AUTORIA DE Antônio de Pádua Bosi

VEJA O QUE É POSSÍVEL FAZER...

ABRAÇOS – RAMON

Referência Bibliográfica:

ALMEIDA, Antônio. *Movimentos Sociais e História Popular – Santo André nos Anos 70 e 80*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1992.

CARDOSO, Ruth C.L.. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”, In ALMEIDA, M.H. & SORJ, B. (Org.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

_____. *Cidade Febril*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CRUZ, H.F.. “Mercado e Polícia - São Paulo, 1890-1915”, In *Revista Brasileira de História*. V.7, nº14, pp.115-130, mar./abr. 1987.

_____. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900-1920)*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2ªed., São Paulo, Global, 1988.

ENGELS, F. & MARX, K.. *Manifesto Comunista*. 3ªed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

FENELON, Déa R. “Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação”, In *História & Historiografia – contribuições ao debate – Projeto História*, São Paulo, EDUC, (4):21-37, jun.1985.

_____. *Cidades*. São Paulo, Editora Olho D’água, 1999.

FERNANDES, Florestan, In SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ªed., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977.

_____. “O folclore de uma cidade em mudança”, In OLIVEIRA, P.S. (org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Hucitec, 1988.

GLEZER, R.. “O campo da História”, In Museu Paulista. *Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade*. São Paulo, Museu Paulista da USP, 1992.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas – demandas por saneamento básico e saúde São Paulo 1974-84*. São Paulo, Cortez, 1989.

_____. “Movimentos sociais urbanos no Brasil”, In *BIB – o que se deve ler em Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986.

- HILTON, Rodney (org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 4ªed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- HOBBSAWM, E.J.. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 9ªed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- _____. *Sobre História*, São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia*. 3ªed., São Paulo, Ática, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações Populares Urbanas – um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1982.
- LEFEBVRE, Henry. *O Direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- LENIN, W.I.U.. “El imperialismo, fase superior del capitalismo”, In *Obras Escogidas – v.1*. Moscú, Editorial Progreso, 1978.
- LOPES, J.R.B.. *Desenvolvimento e mudança social*. 5ªed., São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
- _____. *Sociedade industrial no Brasil*. 2ªed., São Paulo, Difel, 1971.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, 3ªed., São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- _____. *O Capital*, livro 3, v.6, São Paulo, Difel, 1984.
- _____. *Primeiro Manuscrito – trabalho alienado*. 1844, mimeo.
- _____. *Marx*. Os pensadores, 2ªed., São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- _____. “O domínio britânico na Índia”, In *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.
- MORSE, Richard. *A volta de McLuhanaima*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- ROLNIK, Raquel. “Cidade dos Saberes”, In *II Seminário Cidade e História*. Anais da 3ª Semana de Urbanismo da UFBA, Salvador, CAPES/CNPq, 1990.
- RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”, In *Região*. Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol.8, 1986.
- RONCAYOLO, Marcel. “Transfigurações noturnas da cidade; o império das luzes artificiais”, In *Revista Projeto História (18)*. São Paulo, Educ, maio/1999, pp.97-101.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 3ªed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SADER, Eder, PAOLI, M.C.. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes”, In CARDOSO, R.. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SILVA, M.. “A História e seus Limites”, In *História & Perspectivas*. (6):59-65, Jan./Jun. 1992.
- TELLES, Vera, CACCIA BAVA, S.. “O movimento de ônibus: a articulação de um movimento reivindicatório de periferia”, In *Revista Espaço e Debate*, v.1, n.1, São Paulo, 1981.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- _____. *O Campo e a Cidade*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

Cidades no sertão: centros de trabalho e resistência fabril. A história de Campanário e Guairá

Isabel Cristina Martins Guillen*

Resumo

Este artigo trata do imaginário social elaborado em torno das *cidades* de Campanário e Guairá, tidas como monumentos ao progresso e à civilização que a Companhia Matte Larangeira trazia para o Sertão de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, o estatuto de *cidade* conferia aos centros administrativos da empresa um poder que ocultava seu objetivo primordial: arregimentar trabalhadores para a indústria extrativa da erva-mate, disciplinar o espaço de trabalho e racionalizar a produção ervateira. Há uma evidente correlação entre o esforço da empresa em disciplinar a produção e a resistência dos trabalhadores a aceitar as regras que a Companhia impunha.

Palavras-chave:

Mato Grosso – Companhia Matte Larangeira – erva-mate

Abstract

This article aims to discuss disciplinary strategies carried out in the *cities* of Campanário e Guairá, which were considered as monuments to the progress and civilization brought to the *Sertão* of the State of Mato Grosso by Companhia Matte Larangeira. By showing their *city status*, the Company administrative center hid its leading objectives: to attract worker to mate industry, to discipline their working space, and to rationalize the productive process. There is an evident link between the effort made by the enterprise to discipline production and the workers resistance to accept its rules.

Keywords:

Mato Grosso – Companhia Matte Larangeira – mate

* Professora do Departamento de História da UFPE e doutora em História pela UNICAMP.

Dominando por várias décadas a extração da erva-mate em Mato Grosso através de sucessivos contratos de arrendamento assinados com o governo do Estado, a Companhia Matte Larangeira construiu em torno de si uma imagem de progresso e civilização. Essa imagem, laboriosamente arquitetada ao longo dos anos vinte e trinta do século XX, em reportagens que circularam nos grandes jornais e revistas nacionais, contribuía para justificar a manutenção dos contratos de arrendamento dos ervais, bem como era um poderoso argumento para responder às críticas que recebia, principalmente a de que se constituía num Estado no Estado¹.

A Companhia Matte Larangeira exerceu um vasto domínio político e econômico no sul de Mato Grosso, pois detinha o controle sobre cerca de dois milhões de hectares de terras. Ao explorar os extensos ervais nativos que pontilhavam a região da fronteira, utilizava no processo de elaboração da erva-mate mão-de-obra paraguaia, escravizada no processo de dívidas contraídas com os armazéns da Companhia. Sendo a erva-mate, naqueles anos, o principal item de exportação de Mato Grosso – era o maior exportador do produto para o mercado platino –, o governo estadual tinha na Matte Larangeira sua principal credora, indício de seu poder econômico e político. Apesar de sofrer séria oposição política, a Companhia praticamente controlou a região, econômica e politicamente, até a década de 1940.

Sinais visíveis do progresso que supostamente traziam para a região sul de Mato Grosso, Campanário e Guaíra, as *idades* da Companhia, atestavam a ocupação de uma região considerada um verdadeiro sertão. Signos de uma modernidade incrustada naquelas paragens, e que deveriam ocupar seu lugar, as *idades* visavam imprimir a imagem de um novo mundo, nele inscrevendo as suas marcas, delineando uma nova paisagem: o traçado das ruas planejadas, os postes com luz elétrica iluminando-as à noite, a estrada de ferro e o policiamento, sinônimos de asseio e ordem. Nesse sentido, as *idades* simbolizavam o poder que o homem teria de modificar o meio ambiente, de dominar a natureza, configurando no espaço físico a possibilidade de uma outra ordem, diversa daquela do sertão, pois é seu oposto constitutivo: a ordem urbana.

Não houve viajante que, percorrendo as estradas poeirentas desse sertão, ao passar pelos domínios da Companhia Matte Larangeira, não tenha sido seduzido pelo progresso que Campanário e Guaíra supostamente re-

1 O presente artigo teve como base parte de um capítulo de minha dissertação de mestrado: Guillen, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira. Mato Grosso (1890-1945)*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. A forma como se grafa o nome da empresa advém do nome de seu fundador, Thomáz Larangeira.

presentavam. Está presente nos discursos de diversos viajantes uma expectativa em torno das potencialidades da região, e as *idades* apontavam para um futuro promissor atestando o que Mato Grosso poderia vir a ser. Campanário, em 1930, tinha mais de mil habitantes, e cerca de trezentas casas, enquanto Guaira era um pouco maior. Tais dimensões podem nos parecer ínfimas, mas, se comparadas às povoações que existiam na fronteira nessa época ambas pareciam mesmo duas grandes cidades.

Campanário era a sede administrativa da Companhia Matte Larangeira em Mato Grosso e há fortes indícios de que começou a ser construída no final da década de 1910, durante a administração de Heitor Mendes Gonçalves, como uma estratégia empresarial para maximizar o controle sobre a produção ervateira. Localizava-se em terreno próprio, próxima à cidade de Ponta Porã, na região sul de Mato Grosso. Guaira tinha a mesma função estratégica, tendo sido fundada por volta de 1915, quando a Companhia obteve do Governo do Estado de Mato Grosso autorização para exportar a erva-mate por um porto que ela construiria no rio Paraná. Tornar-se-á, portanto, o centro por onde escoará a erva-mate produzida em Mato Grosso e exportada para a Argentina.

Edificada a montante dos saltos das Sete Quedas, Guaira recebia toda a erva-mate produzida em Mato Grosso, transportada até aquele ponto através da navegação pelos afluentes da margem direita do rio Paraná. De Guaira, a erva era encaminhada para Porto Mendes, situado a jusante dos saltos, através de uma pequena estrada de ferro construída pela Companhia, que ligava os dois portos, sendo em seguida embarcada para a Argentina. Esse esquema de transporte foi mantido até 1930, quando a empresa construiu uma estrada de rodagem ligando Campanário a Porto Don Carlos, distante de Guaira cerca de três horas a montante, estabelecendo-se uma ligação mais rápida entre os dois centros administrativos.

Assim como Campanário, Guaira tinha a aparência de uma pequena cidade, com traçados e serviços urbanos, mas era de propriedade particular da Companhia Matte Larangeira. Na verdade, tanto uma como outra eram centros de trabalho fabril, onde imperavam as determinações disciplinares de uma grande empresa capitalista. Essa situação se manteve até a década de 1940, quando Guaira foi incorporada à União, ganhando estatuto político de cidade, enquanto Campanário continua sendo, até hoje, sede de uma grande fazenda.

Essas características citadinas, no entanto, contribuíram para que se definissem Campanário e Guaira como *idades*, elaborando em seu entorno um imaginário social que objetivamos discutir. Para tanto, vamos analisar o papel que ambas exerceram no processo produtivo da Companhia, bem como os discursos que as construíram como cidades, pois é evidente que foram pro-

duzidas como tais. É preciso deixar claro que características citadinas (arruado, serviços urbanos etc.) não são suficientes para criar uma cidade, pois é fundamental que haja práticas políticas que transformem o espaço físico num espaço público, num espaço cidadão².

Monumentos de progresso e civilização

Fernand Braudel afirmou que “a história talvez esteja condenada a estudar somente jardins bem fechados por muros”³. Campanário e Guaíra eram os jardins da Matte Larangeira e atestavam uma imagem da Companhia, cuidadosamente trabalhada no discurso, que visava defender sua atuação na região. As reformas urbanas alastraram-se pelas capitais dos Estados na primeira década do século XX e, ao mesmo tempo em que objetivavam disciplinar o espaço urbano e higienizá-lo, difundiam um ideal civilizador que tinha as cidades como seu ícone, destacando-se, nesse movimento, Paris e a reforma de Haussmann⁴. Para podermos entender a importância de Guaíra e Campanário no discurso da Companhia, é preciso lembrar a força atuante do imaginário sobre o poder civilizador das cidades planejadas.

Apesar de nos atermos aos discursos que engrandeciam a atuação da Companhia e que apontavam sistematicamente para a ordem e a disciplina reinante, principalmente no trabalho, é necessário frisar que nem tudo se passava de acordo com as regras estabelecidas. Ainda que não tenhamos, com frequência, testemunhos das resistências dos trabalhadores ao projeto disciplinar, indícios de que nem tudo ocorria nos moldes preconizados emergem, vez por outra, apontando para uma dinâmica social diversa daquela que o discurso queria imprimir.

Guaíra parece ter causado maior impacto entre seus visitantes, e dela temos, conseqüentemente, mais depoimentos, o que se deve ao fato de ter sido mais visitada, em comparação a Campanário. Mas esta última era o grande orgu-

2 Definir cidade apenas pelas atividades nela desenvolvidas (de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural) não é suficiente. É necessário que seja discutida sua forma de administração e/ou governo. Poder-se-ia fazer um paralelo entre Guaíra e Campanário e as vilas operárias; no entanto, estou convicta de que o caráter citadino é que conferia especificidade aos centros administrativos da Companhia Matte Larangeira. Para as vilas operárias, ver Blay, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985. Para uma história da Companhia ver também Arruda, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Assis-SP, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Dr. Júlio de Mesquita Filho”.

3 Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 15.

4 Marins, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: Sevcenko, Nicolau. *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

lho da Companhia. Vejamos como ambas foram representadas, em primeiro lugar, por seus visitantes, e posteriormente pelo próprio discurso da Companhia.

Naqueles anos em que o oeste paranaense era um verdadeiro sertão bravio, para se chegar a Guaíra era necessário transpor uma série de dificuldades. Não havia acessos fáceis para a região, as estradas tornavam-se intransitáveis em dias de chuva e o melhor percurso para Guaíra ainda era através da navegação pelo rio Paraná. Para quem escolhesse esse caminho, havia um serviço fluvial regular partindo de Posadas, na Argentina. O Paraná só era navegável até Porto Mendes, pois a presença das Sete Quedas acima impossibilitava o trânsito de embarcações. Para facilitar o transporte nesse trecho, a Companhia construíra uma estrada de ferro de cerca de sessenta quilômetros, percorridos, naqueles anos, em quase quatro horas⁵.

Lima Figueiredo viajou por essa região na década de trinta, e deixou registradas suas impressões no livro *Oeste paranaense*. Seu percurso não é o mais tradicional, o que vem enriquecer as impressões sobre a área, ainda que suas observações quanto a Matte Larangeira sejam superficiais. Mesmo assim, interessa-nos destacar que, chegando a Guaíra, hospedou-se no hotel da empresa e, acompanhado do administrador, percorreu a “cidade” que “impressiona bem”. E o que impressiona em Guaíra? “[...] suas largas ruas arborizadas, apresentando esplendidas (sic) habitações de madeira com todos os requisitos da higiene moderna: água, luz e esgoto”. Em seguida, Lima Figueiredo trata de informar ao leitor sobre a própria organização da Companhia, que “é a cousa mais bem estudada que se pode desejar”. Os serviços urbanos que oferece são apontados na presença de hospital e armazém, mas sobressaem nessas observações os espaços produtivos, como o escritório central, onde “imperava a ordem e a mais perfeita organização burocrática”, além de “excelentes” oficinas de mecânica e carpintaria nas quais se construíam embarcações e se fundia o ferro. Tomando-se as informações de Lima Figueiredo, as imagens que construímos da cidade, a partir de seu relato, sobrelevam os espaços produtivos e os serviços urbanos. Há uma ausência notável das pessoas e de suas relações com esse espaço⁶.

As dificuldades de acesso ao oeste paranaense, em contraposição à estrada de ferro e à cidade, provocavam admiração, o que pode ser observado no depoimento de outro viajante, César Martinez:

(...) *logo avistamos as ruas da cidade, com seu espantoso movimento, ruas largas, arborizadas, cheias de construções, de um e outro lado,*

5 Figueiredo, J. Lima. *Oeste paranaense*. São Paulo: Nacional, 1937, p. 113.

6 Figueiredo, 1937, p. 113-114.

que impressionam, pois que temos uma idéia exata de nos encontrarmos em uma capital de grande movimento. (...) A arborização das ruas alegre a nossa alma e as bandeiras no topo dos mastros nos lembram que toda aquela imensa região, desabitada de brasileiros é do Brasil. (...) Guaíra é uma organização que honra as sociedades industriais do Brasil. É a maior cidade pertencente a uma empresa, a maior e a mais completa, porque nada lhe falta, nem mesmo um código de posturas e um serviço de policiamento que proporcionam asseio e ordem.⁷

No depoimento de Martinez, chama a atenção o que ele denomina de código de posturas. Permanece implícita na afirmação uma imagem da cidade e de seus habitantes. Talvez higienizada, livre de prostíbulos e botequins, de prostitutas e bêbados, a salvo dos vícios que infestariam os grandes centros urbanos, e que impedem a consecução de um trabalhador disciplinado, moldado às necessidades do capital. Ao mesmo tempo, destaca o serviço de policiamento, constitutivo dos padrões de urbanidade, assegurando o asseio e a ordem. O depoimento de Martinez possibilitar-nos-ia indagar: o que faz de um centro de trabalho, de um aglomerado de casas e oficinas, uma cidade? Evidentemente que não é a quantidade de moradias ou habitantes. Na verdade, Campanário e Guaíra foram instituídas (discursivamente) pela própria Companhia como centros urbanos. Foram planejadas para aparentar serem espaços citadinos, e é nesse discurso que se constrói a imagem da cidade incrustada no sertão, uma vez que está na base desse discurso a contraposição entre cidade, signo da modernidade, e sertão, sinônimo de atraso. A Companhia Matte Larangeira é apresentada como um exemplo a ser seguido por outras empresas por ter edificado Guaíra e Campanário, empreendimentos que colocavam o sertão nos trilhos da história que, a partir da construção das cidades, passava a ter um novo princípio.

Contudo, Campanário foi a preferida pela Companhia para fazer a propaganda de sua atuação na região ervateira. Definida como um monumento ao progresso e à civilização que aquela empresa implantou no sertão de Mato Grosso, Campanário atuava como um componente essencial do discurso civilizador que a Matte Larangeira elaborou:

Campanário é uma verdadeira surpresa para os seus viajantes, – um padrão de progresso e civilização erguido em pleno seio da natureza

7 Martinez, Cezar Prieto. Sertões do Iguassú, *apud* Wachowicz, R. C. *Obrageiros, mensus e colonos*. Curitiba: Vicentina, 1982, p. 77-78.

agreste, a documentar a inteligência e a operosidade humanas orientadas na conquista de um ideal que, embora nascido à sombra de interesses a defender no desenvolvimento mercantil de uma empresa particular, nem por isso deixa de atuar no benefício público, sobremaneira contribuindo para o crédito e prosperidade da região onde essa conquista se realizou.

Trata-se de um cenário privilegiado de trabalho. Ali nada repontou de uma simples improvisação como soe acontecer na vida sertaneja. As ruas surgiram sob o traçado rigorosamente técnico do engenheiro e todas as condições de higiene, de conforto e de sanidade ali se encontram a velar pelo progresso de uma cidade que poder servir de estalão a qualquer urbe moderna que se pretenda erigir em nosso país.⁸

Campanário e Guaira tinham tudo o que uma cidade deveria ter: água encanada, esgoto, luz elétrica, boas casas, além dos edifícios da administração, padaria, açougue e matadouro, curtume, hospital, escola, farmácia, cemitério, hotel ou hospedaria, um cassino e um cinema em Campanário, quadras de esporte e pistas de equitação. Dessa listagem, é importante destacar as “maquinarias do conforto” (açougue, padaria, cinema, quadras etc.) e as instituições disciplinares, como escola e hospital, ou seja, elementos essenciais para demonstrar que nem tudo convergia para disciplinar o mundo do trabalho, mas também para a regulamentação de hábitos cotidianos.

As reportagens que se referiam às cidades faziam questão de inventariar exaustivamente os predicados que tornavam um aglomerado de casas e oficinas um centro urbano⁹. Para os viajantes, o que impressionava nessas *idades* eram a disciplina e a ordem reinantes. Há quem discuta a dificuldade de se manter a disciplina “necessária à boa ordem dos serviços” numa empresa que funciona “em região apartada, com pessoal numeroso e de diversas nacionalidades”¹⁰. Dadas essas dificuldades, a disciplina imposta pela Companhia assume conotações elogáveis, sendo vista como essencial para a boa organização do trabalho.

8 As matérias de jornais citadas neste artigo encontravam-se em forma de recortes no Arquivo da Companhia Matte Larangeira, em Campo Grande, no ano de 1988. As citações acima foram retiradas de: Campanário. Uma obra que surpreende e é um monumento do progresso e civilização de Matto Grosso. *De Matto Grosso*, n. 01, 10-12 jun. 1930; Matte Larangeira, linha avançada da Marcha para o Oeste. *A República*, Campo Grande, set. 1941.

9 Ver reportagens em *Diário Carioca*, 05 jan. 1932; *Diário de Notícias*, 08 jan. 1932; Companhia Matte Larangeira S/A. *O Cruzeiro*, 03 jun. 1935, p. 40-42; Matte Larangeira, linha avançada da Marcha para o Oeste. *A República*, Campo Grande, set. 1941; *Diário da Noite*, 09 jul. 1941.

10 Silveira Neto. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* São Paulo: Nacional, 1939, p. 119.

Outro aspecto ressaltado é o conforto que só a vida nas cidades propicia, diferentemente das dificuldades e agruras que o cotidiano sertanejo impõe. Em Guairá, os viajantes eram bem tratados, para que levassem a melhor impressão da Companhia. Lima Figueiredo assim descreveu o hotel: “Água encanada nos quartos, banheiro completo, vastíssimo salão, lindo jardim de inverno e agradável varanda, onde, à noite, os excursionistas animadamente palestram”¹¹.

Havia um evidente contraste entre Campanário e Guairá, de um lado, e as demais cidades da região, que apresentavam um índice relativamente alto de crimes, contrabando de erva-mate, assassinatos ocorridos em bailes, casas de jogos e corridas de cavalos, decorrentes de brigas, apostas ou desafios. Sobressai nos relatos a falta de ordem e disciplina, quase que a ausência de autoridade. Armando de Arruda Pereira, ao escrever sobre o sul de Mato Grosso nos anos 1920, afirma:

*Em dois anos foram mortas 49 pessoas em uma cidade onde estivemos. cremos, que poucos foram os que levaram mais de um tiro para embarcarem desta para melhor. Felizmente os costumes têm sido muito modificados, e autoridades mais enérgicas e sensatas têm posto paradeiro aos abusos e tropelias, que eram quase que diários. Havia noites em que parecia um constante festejar São João.*¹²

Na década de 1940, a cidade de Ponta Porã, apesar de ser sede do Território Federal de Ponta Porã, não era descrita em termos muito lisonjeiros, como podemos ver no depoimento de Pinheiro Machado:

*Dá a impressão de pobreza, em suas casas, em seus péssimos hotéis, sem água encanada, sem esgotos e mal iluminada. Usa-se ainda a cisterna e a fossa comum. Há uma avenida internacional, dividindo-a de Pero Juan Caballero. Possui, além disso, poucas ruas, cheias de casas velhas de madeira, cobertas de zinco em sua maioria. A lei ali é dificilmente aplicável, aliás, como nas demais cidades desta mesma zona, dominando sempre o mais forte e audacioso. (...) A não ser o quartel do Regimento, o grupo escolar doado pela Matte Larangeira, tudo mais está em estado lamentável, inclusive o edifício da prefeitura municipal (...).*¹³

11 Figueiredo, 1937, p.148.

12 Pereira, Armando de Arruda. *No sul de Matto Grosso*. São Paulo: EGRT, 1928, p. 26.

13 Machado, Dulphe Pinheiro. *Inspecção realizada no sul do Estado de Mato Grosso e no oeste do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional – Conselho de Segurança Nacional, CEFF, lata 252, datilografado, protocolo nº 647, 1941, p. 155.

Este contraste é um ponto importante para dimensionarmos os hábitos cotidianos da região, típicos da cultura paraguaio-guaranítica: de grande expansão e alegria, a vida social e as diversões nessa cultura passavam quase que invariavelmente pelos bailes, pelo tempo despendido nos *bolichos* com amigos, em intermináveis carteados regados a aguardente, ou apostando o que se ganhara nas corridas de cavalo, constantemente improvisadas por toda a fronteira¹⁴.

Evidentemente que nem todos os que escreveram sobre Guaira e Campanário foram seduzidos pela aparente modernidade. Alguns observadores viram-nas como amplos centros de trabalho montados para funcionar disciplinarmente. Outros observaram que Guaira era uma cidade de gente triste: “A população apresenta um ar de submissão e tristeza confrangentes (sic). A situação servil a que estão condenados lança-os numa espécie de apatia moral”¹⁵. Não há por que ficarmos presos ao discurso engrandecedor da Companhia. Não precisamos acatá-lo e continuar a designar Campanário e Guaira como cidades, como lugares de civilização e progresso. Ainda que tivessem traçado urbanístico não poderiam ser consideradas como cidades, pois não eram constituídas de cidadãos que fizessem daquele âmbito o seu lugar de manifestação em que transitavam livremente, pois em Campanário e Guaira não havia espaço propriamente público. A autoridade era exercida pelos funcionários da Companhia, e as regras do bem viver, do trabalho ao lazer, eram por eles determinadas.

As *cidades* funcionavam tão somente como centros de trabalho planejados com vista a racionalizar a produção. O planejamento urbano, visível e proclamado, atendia a princípios de ordenamento do espaço no sentido de facilitar a disciplina a ser imposta ao trabalhador, necessária para moldá-lo às necessidades da produção racionalizada, visando construir-lhe um novo perfil: o de ordeiro e pacífico.

Disciplinar o trabalho, organizar o espaço, racionalizar a produção: razões para o planejamento citadino

Até agora temos tratado Campanário e Guaira a partir da conceituação que a Companhia lhes imprimiu: cidades. Ao representá-las como núcleos de trabalho e civilização, seus criadores buscavam ressaltar o caráter modelar,

¹⁴ Para uma descrição da cultura paraguaio-guaranítica da região, ver Guillen, 1991; Puiggari, Umberto. *Nas fronteiras de Matto Grosso. Terra abandonada*. São Paulo: Casa Mayensa, 1933. Bolicho significa o mesmo que venda, semelhante a um botequim, com a diferença de que vendia tudo o que era necessário para a vida cotidiana.

¹⁵ Talma, João de. *Das fomalhas de Nabucodonosor*. Buenos Aires: s.e., 1926, p. 90.

exemplos que se poderiam aplicar ao resto do país. No entanto, tratava-se tão somente de uma forma de gestão do trabalho, bastante comum na época. A historiografia mais recente tem se dedicado com especial atenção ao estudo das vilas operárias e núcleos fabris, e poderíamos citar como exemplos de organização similar às implantadas por Delmiro Gouveia em Pedra, Alagoas, e Fordlândia e Belterra, estabelecidas por Ford na Amazônia¹⁶.

A disciplina que essas cidades impõem a seus moradores não se restringe à organização do trabalho, mas atinge hábitos e desejos, busca normatizar o lazer, a vida cotidiana e o interior das casas. Nesses núcleos fabris não deveria haver espaço para a transgressão à ordem e à disciplina. Assim, o regulamento imposto pela Companhia Matte Larangeira em seus domínios visava a eliminação de velhos hábitos que perturbavam a ordem do trabalho e nele constava a proibição expressa do consumo de bebida alcoólica, do porte de armas e do jogo de baralho. A Companhia proclamava, com orgulho, que instituíra a lei seca nos ervais, graças à qual, segundo Orleans e Bragança, os índices de criminalidade se mantinham tão baixos. Como consequência da lei seca, haveria uma “estabilidade social” rara de ser encontrada¹⁷. Os trabalhadores, por seu lado, também desenvolviam estratégias para burlar a disciplina, principalmente quanto à normatização do lazer. Sobrepuña-se ao código disciplinar da Companhia uma rede de clandestinidade e resistências, mas burlar qualquer uma das proibições impostas era motivo de expulsão. E foi o que aconteceu a Juan Sanábria, por vender na hospedaria dois litros de aguardente e três baralhos¹⁸.

Em sua distribuição espacial planejada, Campanário possuía um centro para onde tudo convergia. Formando uma praça, lá ficavam a farmácia, o armazém, a escola, os escritórios da administração e as casas dos administradores e dos funcionários hierarquicamente superiores. Nos quarteirões periféricos é que se encontravam as moradias dos trabalhadores menos qualificados. O hospital, a maternidade e o cemitério foram construídos a uma relativa distância desse centro. Essa segregação dos doentes obedece aos preceitos modernos de higiene, em contraposição à promiscuidade dos ranchos ervateiros. A arquitetura de Campanário e Guaira revela uma nítida separação hierárquica das funções, pois a cada grau na hierarquia correspondia um tipo de residência, com maiores ou melhores acomodações.

16 Correia, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. O projeto urbano de Delmiro Gouveia*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; Vicentini, Yara. 1930: a utopia urbana de Ford na Amazônia. *Espaço & Debates*, v. XI, n. 34, p. 84-91, 1991.

17 Para as considerações de Orleans e Bragança a respeito da Companhia, ver *O Jornal*, 3 mai. 1927, p. 5.

18 Serejo, Hélio. *O tererê que me inspira*. Presidente Prudente: Gráfica Santo Antônio, 1986, p. 38.

Campanário e Guaira foram construídas como estratégia disciplinar que visava também a manutenção de uma mão-de-obra especializada, difícil de ser conseguida, uma vez que não existia na região um mercado estável de trabalhadores especializados ou qualificados. Nas *ciudades*, o trabalhador ficava praticamente recluso, pois o acesso às cidades era controlado, fosse pela imposição direta marcada pelas porteiras em Campanário, fosse pela dificuldade de acesso em Guaira, ou indiretamente, uma vez que se mantinha o trabalhador preso em ambas, na medida em que nelas ele supostamente encontraria tudo o que pudesse satisfazer suas necessidades, do armazém ao lazer.

Tudo era muito amplo e espaçoso em Campanário e Guaira. Não existia espaço para se andar oculto. Um planejamento urbano que não permitia encontros clandestinos. Sem esquinas estreitas, sem becos esquivos ou pouco iluminados. O movimento podia fluir sem que nada o entravasse. As ruas deveriam ser desimpedidas, como que para atestar que aqueles lugares eram centros de trabalho, diferentemente dos grandes conglomerados urbanos, onde imperaria o vício e a imoralidade. Os homens deveriam estar trabalhando, as mulheres ocupadas nos afazeres domésticos e as crianças na escola.

Sob a administração de Heitor Mendes Gonçalves, logo no início da década de 1920, Campanário sofreu uma remodelação visando melhorar a organização do espaço e do trabalho. Nos ervais de Jahapemy, ali próximos, a Companhia fundou um rancho ervateiro (com o mesmo nome de Campanário) e a exploração da erva-mate foi reestruturada, bem como os funcionários, nos cargos de dirigentes, foram escolhidos escrupulosamente. Até então a Matte Larangeira utilizava prepostos para explorar a erva-mate, e os ranchos ervateiros caracterizavam-se por uma infra-estrutura produtiva bastante precária. O rancho Campanário, ao contrário, dispunha, para a extração da erva-mate, dos mais modernos instrumentos e recursos então conhecidos. O trabalho, ali, fazia jus à expressão “indústria extrativa”.

Ao que tudo indica, Campanário foi sendo construída paulatinamente, seguindo não só um plano pré-traçado, mas em função da reorganização produtiva. Desse modo, os núcleos fabris e os ervais começaram a funcionar como o “mecanismo de um relógio”, ou seja, estabeleceu-se uma ligação entre as diferentes unidades de produção: a elaboração da erva-mate, o trabalho nos ervais, o transporte e o beneficiamento em Buenos Aires, todas essas etapas da produção passaram por um processo racionalizador.

O transporte da erva-mate, por exemplo, organizava-se da seguinte forma: conduzida em carretas dos ervais aos portos fluviais, era recolhida por chatas para ser levada até Guaira, depois reensacada e transportada pela

ferrovia até Porto Mendes, de onde seguia para Buenos Aires. Toda a atividade de transporte seguia uma racionalização. Em Campanário existiam oficinas para o reparo das carretas ou automóveis, bem como equipes especializadas na conservação de estradas, pontes e portos. Em Guaíra funcionava o estaleiro que cuidava da conservação e até mesmo da construção de navios e chatas, além da oficina encarregada da manutenção e reparo da estrada de ferro.

Toda essa infra-estrutura de transporte não servia apenas para o escoamento da erva-mate, mas cuidava também do abastecimento dos ervais, ficando a Companhia livre de imprevistos, no caso de o abastecimento ser feito por terceiros. Os gêneros de primeira necessidade, que provinham de Buenos Aires até a década de 1920, eram então adquiridos em São Paulo, de onde seguiam pela Sorocabana até Porto Epitácio, local em que a Companhia tinha também uma pequena oficina para reparar os navios que circulavam pelo Alto Paraná. De Porto Epitácio os navios faziam a entrega diretamente em Guaíra, ou em Porto Felicidade, próximo a Campanário e a ela ligado por uma estrada de rodagem em boas condições de conservação. A Matte Larangeira também mantinha um grupo de chacareiros encarregados da produção de verduras e legumes, além de padaria, açougue e matadouro. Dessa maneira, evidencia-se que Campanário e Guaíra foram construídas visando a racionalização da produção ervateira como um todo integrado e orgânico. Eram centros para os quais convergia a produção.

A organização da produção segue alguns princípios que denotam racionalização, evidentemente ditada pela divisão do trabalho que a estrutura. É nesse sentido que o espaço em Campanário e Guaíra é racionalizado. Como não se tratava de um espaço pequeno, havia a necessidade de constante vigilância, não só da ida e vinda das pessoas, mas também das mercadorias. Ainda que não tenhamos informações documentais sobre furtos de mercadorias ou de matérias-primas nas cidades, esta é uma possibilidade que não pode ser descartada. De qualquer forma, era preciso vigiar o contrabando de bebidas para as cidades, expressamente proibido. O princípio da vigilância é uma constante na vida cotidiana de Campanário e Guaíra, atestado pela presença de polícia e cadeias próprias. Este é um aspecto que a Companhia sempre negou, mas que seus críticos faziam questão de reafirmar. A denúncia de que os trabalhadores renitentes à disciplina eram tratados com violência, e, no limite, encarcerados, provocou fortes reações na imprensa no início de 1932.

O *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e a *Folha da Manhã*, de São Paulo, publicaram reportagens denunciando os maus tratos que os trabalhadores da Companhia sofriam, e referiam-se especificamente a uma leva de-

les dirigidos pelo Ministério do Trabalho para trabalhar em Campanário¹⁹. Alegando que “viviam em situação de extrema penúria” e sofrendo maus tratos de “capatazes paraguaios”, alguns desses trabalhadores fugiram e acusaram a Companhia de mantê-los em regime de escravidão, bem como de impedir outros de saírem de Campanário enquanto não pagassem suas dívidas (encarcerando-os num quarto, para esse fim especialmente destinado). A Matte Larangeira defendeu-se das graves acusações afirmando que os trabalhadores “não quiseram se submeter aos serviços destinados, começando uma reação à disciplina”, argumentando ainda terem sido recrutados “entre os mais viciados e mal habituados a um trabalho organizado”. A Companhia afirma que tudo tinha feito para recebê-los de braços abertos, mas os trabalhadores “não se deram bem nos ervais, recusaram trabalho no conserto de estradas, nas oficinas e em diversos serviços da secção [...] Os que abandonaram a Companhia o fizeram espontaneamente, por que ali o regime de ordem é um fato, existindo a lei seca e o ambiente não era propício ao desenvolvimento dos maus costumes e vícios [...]”²⁰.

A vigilância não se circunscrevia estritamente ao local de trabalho, mas atingia toda a região ervateira. Campanário, convém reafirmar, era cercada por porteiras e o acesso somente era permitido através de autorização expressa da administração. Detalhe importante no contexto: as porteiras foram guarnecidas de um guarda e de um telefone, para que houvesse uma rápida comunicação com a administração central. O sistema de telefonia e telégrafo permitia rápidos contatos com Guaira, Porto Felicidade e Porto Mendes.

O espaço das *ciudades* também foi planejado para atender ao princípio da circulação das mercadorias e das pessoas. Sua amplitude permitia uma maior vigilância e o fluxo mais desembaraçado de pessoas e mercadorias. Por último, a organização espacial atende a um princípio político. O planejamento, a amplitude, a ordem, o asseio e a beleza das construções denotavam com clareza, ou até expressavam visualmente, o poder da Companhia Matte Larangeira. Não se pode afirmar que qualquer um desses princípios esteja subsumido ao outro, mas que se complementam no sentido de disciplinar o trabalho. Essa disciplina via racionalização e organização espacial se dá simultaneamente a processo similar a que se assistia no espaço fabril e urbano em gestão nos grandes centros nos anos 1910 e 1920.

¹⁹ *Folha da Manhã*, São Paulo, 13 jan. 1932; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1932.

²⁰ A defesa da Companhia foi publicada nos grandes jornais, anteriormente às denúncias, o que nos leva a aventar a hipótese de que aquelas tenham sido divulgadas antes na imprensa local, principalmente em Campo Grande. Ver, para a defesa da Matte Larangeira: *A República*, Campo Grande, 1 nov. 1931; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1931.

Para a Companhia Matte Larangeira, a ordem e a disciplina que mantinha sobrepunham-se a quaisquer outros interesses. Em 1928, quando a Estrada de Ferro Guaíra-Porto Mendes deveria ser aberta ao público, o administrador de Guaíra, Sidwell, fez um estudo para a localização do porto onde seriam desembarcadas as cargas que não eram da Companhia. Sua preocupação com a localização do porto é quase que estritamente disciplinar, e vale a pena reproduzir suas considerações:

No deberá ser posible aceptar cargas extrañas sin al mismo tiempo permitir la entrada y pasaje a todos y a cualquier que quisiera venir. Habrá necesidad infaliblemente de un Delegado de Policía y después de un juzgado y finalmente otros oficiales e Inspectores, despachantes y otras gentes extrañas. El problema a resolver es, si debemos admitir este elemento ajeno dentro de nuestro mismo establecimiento, o de formar el nucleo de una ciudad pública a parte. Sabemos que los elementos extraños no van a estar conformes con la disciplina, la ley seca u los reglamentos que son convenientes mantener dentro de un establecimiento, y desde este punto de vista parece que nos conviene preparar un sitio apto para una ciudad pública, donde los funcionarios y personas extrañas puedan establecerse y donde se pueda vender terrenos u formar una pequeña población completamente independiente de la Empresa.²¹

Assim, Sidwell propõe que o novo porto diste de Guaíra oito quilômetros. Seria lá que se abriria o primeiro *bolicho* que “traerá algumas molestias a la Empresa”, mas é melhor que fique a oito quilômetros de distância do que dentro do perímetro urbano. É importante destacar que o administrador não considera Guaíra uma cidade, uma vez que não é pública, mas um estabelecimento da Companhia. Num espaço público não se poderia implantar a lei seca, e muito menos controlar a movimentação das pessoas. Por outro lado, Sidwell aponta para o fato de que a disciplina não atinge apenas o âmbito de trabalho, pois há uma interpenetração com a esfera doméstica e com a de lazer. Mais importante que a racionalização do espaço e a vigilância, a disciplina buscava a mudança no modo de ser do trabalhador, com a internalização de concepções de tempo útil, com a produção de corpos dóceis, com a

²¹ Carta de M. Sidwell à Empresa Matte Larangeira S.A., Guaíra, 2 de maio de 1928. Arquivo da Companhia Matte Larangeira, pasta sobre a Estrada de Ferro Guaíra-Porto Mendes, doc. 05, 03 pág., datilografado. Manteve-se a grafia original.

economia de gestos ou com a destruição de uma cultura e de um modo de ser típicos de uma classe social que detinha o conhecimento do processo produtivo e que resistia à aniquilação de seus valores. É nessa internalização que podemos ver a positividade do poder disciplinar em toda a sua amplitude. Mas, como bem lembra Perrot, “nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar completamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra”²².

Trabalho e vida cotidiana

Como Campanário e Guaíra se constituíam em centros de trabalho, a vida cotidiana era marcada pela organização e disciplina funcional:

*(...) a vida aqui tem um ar pausado e metódico que impressiona. Tudo está dividido, tem horário e é ordenado por campainhas e apitos. Pela madrugada, 4 horas no verão, 5 no inverno, um badalar imperioso de sineta arranca (...) as turmas para a tarefa. Começa o trabalho. Às 11 horas o Taller mecânico apita, longamente, anunciando o almoço, que se prolonga com a sesta, até as 2 horas. Novo badalar de sineta e retornam à faina até as 6 da tarde.*²³

O trabalhador em Guaíra era proibido de voltar à sua casa durante o período de trabalho, sob qualquer pretexto. Mas não apenas aquele horário era disciplinado, como também o tempo livre, uma vez que “a luz dá um sinal às dez e meia hora, para que às onze se verifique a recolhida de todos às suas casas”²⁴. A vida cotidiana em Guaíra era controlada pelo *sereno*, o encarregado da investigação do pessoal, exercendo as funções de um investigador de polícia. Cabia-lhe ouvir as conversas, provocar assuntos, e logo dar ciência do que ouvira à administração. Durante o dia, enquanto os homens trabalhavam, o sereno ouvia as conversas das mulheres “para obter segredos e espargir por todos os cantos a intriga”²⁵.

Apesar de não termos informações documentais sobre o interior das casas destinadas aos trabalhadores, sua distribuição espacial e funcional, as medidas sanitaristas relativas à água encanada, ao banheiro e ao esgoto (fos-

²² Perrot, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 55.

²³ Talma, 1926, p. 91-92.

²⁴ Machado, 1941, p. 92-93.

²⁵ Figueiredo, 1937, p. 103-104.

sa) apontam para a normatização de hábitos e costumes cotidianos.

Diante da recorrência, no discurso da Companhia, de que tudo fazia para o bem dos trabalhadores, aparentemente o paternalismo impunha-se como um dos elementos fundamentais que ordenavam a vida cotidiana em Campanário e Guaira, mediando as relações sociais e sendo constituinte da disciplina²⁶. Segundo Perrot, um dos elementos essenciais do paternalismo está no fato de se morar no mesmo local de trabalho “instaurando uma vigilância de duplo sentido”, ou seja, não só da produção mas da obrigação do trabalhador e de sua família em adotar um tipo de vida “digna e regrada”. O modo de viver do patrão, seus hábitos e costumes passam a funcionar como um espelho ou um exemplo a ser seguido. A internalização de valores, hábitos de higiene e atitudes se dá na medida em que um novo tipo de vida e padrões de consumo passam a ser desejados.

Morar em Campanário era privilégio de poucos e, talvez, ambição de muitos. Fazemos tal afirmativa tendo em mente algumas cartas existentes no arquivo da Matte Larangeira, pedindo emprego em Campanário. Diante do mercado regional de trabalho, viver na sede da empresa de maior poder político e econômico da região podia significar facilidades de abastecimento e consumo (ainda que presos pela dívida no armazém); melhores salários, especialmente os pagos aos funcionários mais qualificados, que provavelmente destoariam da média regional; mais opções de lazer, uma vez que Campanário tinha cinema, quadras de esporte e pistas de equitação; facilidades para si e para toda a família, pois a Companhia mantinha escola para os filhos, hospital, farmácia, e vários outros serviços e comodidades.

O controle sobre o lazer pode ser compreendido dentro dos mesmos parâmetros disciplinares. Sendo comuns na região as corridas de cavalos, denominadas de *carreras*, em Campanário elas foram transformadas em elegantes concursos hípicas. Também podemos pensar no baile ou *jeroki*. Diversão preferida pelos paraguaios na fronteira, onde expandia sua alegria, o baile em Campanário era organizado e controlado pela administração. A Companhia se esforçava em construir uma nova imagem do trabalhador, livre dos vícios e desregramentos que comumente se associavam aos empregados paraguaios. A um novo perfil para o trabalhador, pacífico e ordeiro, corresponde uma nova imagem do patrão, não mais despótico e despreocupado com o destino de seus subalternos.

²⁶ Para a questão do paternalismo, ver: “Lucha de clase sin clases” em Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crijalbo, 1967; Perrot, 1988.

Não se tratava apenas de garantir uma mão-de-obra qualificada num mercado de trabalho ainda em formação. Constitutiva do paternalismo, a assistência social gratuita era motivo de orgulho para a Matte Larangeira, e de elogios recebidos dos visitantes. Afinal, ela mantinha hospitais e farmácias nas duas cidades, e os serviços eram oferecidos aos moradores a “preços módicos”. O mesmo se pode dizer em relação à escola ou às atividades de lazer promovidas pela empresa. Mas o que mais chama a atenção é a propaganda da instituição de uma aposentadoria e do direito de férias para os trabalhadores da Companhia²⁷.

Em meados dos anos trinta, no depoimento de Melo e Silva, a cidade de Campanário, pelos serviços e comodidades que oferece, aparece como uma concessão da Companhia aos empregados, pois ela foi construída magnificamente para eles, tudo de primeira ordem, “perfeito e disciplinado”. Como um pai que procura dar aos filhos todo o conforto que a vida moderna oferece, as cidades passam a imagem de que não há tensão nas relações de trabalho, como se fossem todos uma grande família lutando por ideais comuns: o progresso de Mato Grosso. Afinal, “é sua aquela casa, onde tudo é expansão e regozijo”.

O que está oculto nessa constelação de imagens é que foi retirado do trabalhador o direito de gerir seus espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer, circunscrevendo-o numa rede disciplinar em que todos os momentos de sua vida social são vigiados, pois até mesmo o lazer, como já afirmado aqui, era gerido pela administração da Companhia. Ela organizava a Semana Santa, festa tradicional no mundo ervateiro. Os bailes e as corridas de cavalo, cenários de explosão da tensão social imperante nos ervais, eram, em Campanário, organizados pela administração e higienizados. Melo e Silva afirma que nessas festas por ela promovidas, os operários e suas famílias, “todos regularmente vestidos (...) bailam à vontade, com muito respeito e muita ordem”. Além de impor novos hábitos e valores, a organização do lazer e as ações assistencialistas poderiam ser entendidas como dispositivos estratégicos para estreitar os laços de afetividade entre a administração central e seus funcionários, reforçando o paternalismo.

Entende-se por paternalismo uma relação em que há uma permuta de concessões *versus* obediência. As organizações paternalistas que surgiram com o desenvolvimento industrial buscavam o controle total sobre o espaço de trabalho, criando uma infra-estrutura para os trabalhadores (moradia e

²⁷ As expressões aspeadas a seguir foram retiradas de Silva, José de Melo e. *Fronteiras guaranis*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939, p. 262-265 e *passim*.

equipamentos urbanos) para evitar a ação crítica ou reivindicativa (sindicatos, greves) e ter, ao mesmo tempo, controle sobre a mão-de-obra, coibindo o absenteísmo ou mesmo a fuga para outros setores. Apesar de se aparentar em muitos dos aspectos acima descritos, não podemos tomar a construção de Guairá e Campanário como expressão de paternalismo, principalmente porque não era uma relação mutuamente consentida ou, pelo menos, não por todos. Houve trabalhadores que não aceitaram passivamente a ordem da empresa.

Por outro lado, é importante destacar o evidente esforço de propaganda da Companhia para que se aceitasse essa idéia, difundindo pelos jornais da região e do país a opinião de que as *idades* eram fruto da boa vontade e do zelo de um pai e que, em grande medida, as instalações foram implantadas para o bem do trabalhador. Houve, igualmente, uma preocupação em divulgar que a Matte Larangeira não fugia a seus deveres, num momento em que a nacionalização da fronteira chamava a atenção de todo o Brasil. Graças à atuação da Companhia, aquele rincão estava sendo nacionalizado – e as escolas cumpriam sobremaneira esse papel. Além, evidentemente, do esforço pessoal dos administradores. A respeito de Heitor Mendes Gonçalves, cujas qualidades de bom patrão foram inúmeras vezes ressaltadas, refere Silva: “Ouvimo-lo falar às crianças das escolas de Campanário, [...] sem que ele tivesse ciência de nossa presença [...]. Sua oração veio-me profundamente à alma, tais as palavras que nela se continham, repassadas de patriotismo e de brasilidade. Saímos dali convencidos de que a estadia daquele homem na fronteira é mais do que necessária, porque providencial”.

Ao difundir sua obra como se fosse fruto de atitude paternalista, a Companhia visava, em outras palavras, detratar seus críticos e opositores, como se estes nada mais quisessem do que perturbar a harmonia imperante nos domínios da empresa, minar sua atuação nacionalizadora. Nós sabemos que não foi assim. O regime de trabalho foi imposto com extrema violência, com coerção. Se Campanário e Guairá podiam ostentar escolas e boas residências para os trabalhadores, a grande maioria dos também empregados da empresa, mas localizada nos ervais mais inacessíveis, vivia em condições muito precárias. As histórias de fugas dos ervais e assassinatos de trabalhadores que resistiam no processo de trabalho dominante povoaram a história e marcaram a vida da região sul de Mato Grosso²⁸.

²⁸ Essas histórias marcaram profundamente os diversos tipos de relatos que versavam sobre a vida na fronteira, de causos e contos, como em Serejo, Hélio. *Homens de aço. A luta nos ervais de Mato Grosso*. São Paulo: Typographia Cupolo, 1946; Donato, Hernâni. *Selva trágica (A gesta ervateira no sulestemato-grossense)*. São Paulo: Autores Reunidos, 1959; Puiggari, 1933.

As *idades* da Companhia, decoradas e embelezadas, são na verdade um teatro político, um cenário grandiloqüente construído para se celebrar a ação da Matte Larangeira e para encenar uma nova história. Construídas também para impressionar os visitantes, ocultam, por trás de sua fachada de civilização e progresso, um outro mundo. Funcionando como cartões de visita da Companhia Matte Larangeira, Campanário e Guaíra dissimulam uma realidade diversa, quase nunca revelada: a dos ranchos ervateiros, a do peso que milhares de trabalhadores suportavam para transportar o *raído* – fardo de erva que chega a pesar mais de uma centena de quilos, e que era levado por eles a quilômetros de distância de onde a erva-mate era colhida nas matas –, a da escravidão dos peões a dívidas impagáveis, que consumia anos de trabalho duro numa região inóspita e insalubre. “Se pensarmos em termos de trabalho, logo veremos como deve ter sido prolongado e sistemático o processo de exploração e espoliação para dar origem” a tanta grandiloqüência²⁹.

A Matte Larangeira proclamava com arrogância a exploração dos trabalhadores ervateiros travestida num discurso civilizador e progressista. Construídas para serem admiradas, Campanário e Guaíra podem ser consideradas uma demonstração visível de poder, de riqueza e dominação, visando impressionar e intimidar. As *idades* da Companhia eram, acima de tudo, a exibição de um poder que objetivava determinar a si mesmo como o único sujeito da História, como que a justificar a dominação de milhares de hectares de chão, impedindo o acesso à terra e o povoamento da região; a legitimar a interferência na política local e a formação de grupos armados que agiam na fronteira como se fossem autoridade constituída. Diga-se, a propósito, que este era um dos grandes objetivos da Companhia ao apregoar sua organização como benevolência da empresa para com o Estado: atuar de maneira privada como se fosse em benefício público. Desqualificar outros discursos, que anunciavam projetos distintos do da empresa para a região, como os que propunham a luta pela terra e exigiam a fragmentação dos ervais em pequenas propriedades, por exemplo. Mas esta é uma outra história.

²⁹ Willians, Raymond. *O campo e a cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 150.

Enquanto na década de 1970 o discurso da construção de uma cidade moderna e progressista era tragado pelo espírito do fazer de improviso, das decisões rápidas ou do agir “sem pensar” porque era urgente agir, na década de 1980, ao contrário, encontramos mais freqüentemente um pensar para fazer.

A idéia central era planejar para ordenar e controlar. Esperava-se, com isso, dominar o caos urbano. Por isso, procurando inventariar os novos problemas “metropolitanos” de Cuiabá que iam desde a falta de estacionamento nos edifícios centrais ao rombo no painel do CPA do artista plástico Humberto Espíndola, especialistas (arquitetos, engenheiros, e inúmeros outros profissionais liberais), com o apoio de alguns parlamentares, foram construindo um discurso disciplinador de atos e modelador de corpos (o corpo da cidade), ao mesmo tempo em que se torna produtor de uma dada “verdade” e realidade da/para a cidade.

Essa compreensão dos processos também encontrou eco em um discurso imagético disposto a mudar o visual de uma cidade que tentava aumentar a sua receita com o turismo ecológico e cultural. Nos anos 1980, a política cultural em favor de uma educação visual e da organização de um movimento estético parece ter atingido seu ápice, pois tanto os esforços da iniciativa pública quanto os da privada estavam concentrados em descobrir Cuiabá através das artes plásticas, ainda que, na verdade, a campanha para despertar e desenvolver o talento artístico local tenha envolvido todas as áreas da cultura – literatura, teatro, música, poesia, artesanato etc. – produzindo na cidade em geral uma considerável movimentação em torno da cultura. Aos poucos, o discurso pictórico, por sua regularidade e abundância, parece ter sido o eleito para representar a cidade nesse momento.

Uma reportagem do *Jornal do Dia*, de 27 de abril de 1984, tenta entender e explicar o porquê desta “predileção” que resultou no apoio efetivo dos órgãos oficiais aos novos talentos plásticos através, por exemplo, do Ateliê Livre da Fundação Cultural, ao invés de terem criado um conservatório musical. A reportagem mostra as dificuldades encontradas pelos literatos, musicistas e teatrólogos nas suas tentativas de produzir e consolidar um movimento profícuo em seus respectivos campos de atuação, ao mesmo tempo que afirma as facilidades e o sucesso do movimento plástico, cujas razões acaba atribuindo a uma tradição histórica qualquer, ao gosto de algum determinado dirigente político, ou até mesmo ao acaso.

Não podemos compartilhar, todavia, a idéia de que o acaso teria sido o responsável por um conjunto de medidas políticas, econômicas e culturais que acabou dotando a noção de cidade de um sentido mais pictórico, relaci-

onando-a mais a uma imagem do que a um texto, conforme acontecia anteriormente. Essa noção da cidade como imagem parece ser central para se pensar, dentre outras coisas, um novo tipo de política urbana, dessa da qual nos fala Andréas Huyssen, cujo retorno ao passado, via celebração da memória, se torna uma obsessão cultural em todos os pontos do planeta. Na tentativa de recordação total, o mundo estaria se musealizando, se transformando em um conjunto de espaços estéticos para o consumo de um número cada vez maior de turistas, dos mais variados tipos e procedências. Nessa configuração encontramos os centros históricos tombados ou revitalizados, a onda de construção de museus, centros de memórias, a proliferação dos discursos sobre a memória, a obsessão pela busca de identidades passadas, etc.¹.

Seduzido pela memória e pelo espírito empreendedor de *pais da cidade*, o discurso pictórico que se constrói para a cidade de Cuiabá, na década de 1980, apesar de trazer uma significativa inversão das conotações do espaço regional (positivação do isolamento etc.) e da produção de uma nova sensibilidade urbana, continua vinculado a uma produção de identidades, o que confirma o forte caráter identitário da política moderna. Por isso, embora a *síndrome da memória* seja um fenômeno do mundo contemporâneo, de certa forma, “pós-moderno”, porque cada vez mais global, no seu núcleo, a tendência que ainda predomina é a da manutenção das vinculações às histórias de nações e Estados específicos².

Os novos administradores da “cultura cuiabana”, também contaminados pelo dispositivo das nacionalidades e da formação discursiva nacional-popular³, foram convocados a reforçar o caminho da brasilidade nacional, de acordo com uma dinâmica cultural proposta pelo Projeto Interação (do governo federal), voltado para a educação básica e que visava fortalecer a identidade cultural, além de contribuir, de forma crítica, para o “repensar” da educação, ou da nação brasileira.

Com discurso articulado sobre o direito às raízes e à identidade (via tradições, folclore, letras, educação e artes), os promotores da “cuiabania”⁴ conseguiram executar um plano de ação cultural bastante eficiente que re-

1 Huyssen, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 91.

2 Huyssen, 2000, p. 91.

3 Um conjunto de regras de enunciação que delinham a história de lutas em torno das idéias de identidade nacional e regional e identidade cultural. Cf. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 48.

4 Refiro-me aqui a todas as pessoas (artistas, diretores, secretários, professores etc.) que de alguma forma estiveram envolvidas na construção dessa idéia de “cuiabania”.

sultou na consagração da pintura como o veículo mais perfeito para a expressão da cultura cuiabana. Ao tomar o povo cuiabano como tema privilegiado, seu cotidiano, os trabalhos, a religiosidade e as formas de divertimento, ou mesmo quando alijados de direitos básicos, as artes plásticas produzidas em Cuiabá materializam o modelo identitário relacional caracterizado pela diversidade, proposto pelo Ministério da Cultura (MINC).

A jornada de conscientização da “cultura cuiabana” envolveu a participação maciça de todos os órgãos oficiais de cultura do Estado e, ainda que de forma tímida, de alguns órgãos da iniciativa privada. Veremos que idéias como folclore, memória, história, turismo, patrimônio, ecologia e artes em geral afirmavam-se também a partir da questão da nacionalidade e da legitimação de Cuiabá como o centro de produção da “cultura regional mato-grossense”. É nesse quadro que a imagem de e/ou o texto sobre Cuiabá passam a ser maciçamente objetivados a partir de práticas político-mercantis da indústria da cultura e do turismo. *Um jeito cuiabano de ser* passou a ser produzido, difundido e comercializado nas mais diversas formas – materiais e imateriais–, como bem de consumo com chancela cultural regional.

Dessa forma, pode-se acompanhar, através das manchetes da imprensa escrita, alguns discursos (uma amostragem) da década de 1980 que visavam recuperar (a palavra “resgate” é a ordem do dia) todas as práticas regionalistas que porventura viessem a ser compreendidas como detentoras de uma possível “essência cuiabana”.

É possível perceber o fortalecimento do binômio cultura-ecologia que vai contagiando grande parte dos espaços (institucionais e civis) e das pessoas da cidade, sensibilizados para a divulgação, e posterior colocação à venda via indústria do turismo, dos méritos do lugar (históricos, culturais e ecológicos) e da autenticidade do estilo cuiabano de viver. É o caso, por exemplo, da iniciativa dos órgãos estaduais de cultura de fazer do artesanato que aqui se produzia um patrimônio da cultura local, signo identitário vendável, dependendo um enorme esforço no sentido de abolir a incômoda diferenciação entre arte e artesanato. Também se insere aqui a decisão dos parlamentares de incluir no currículo escolar as disciplinas de História e Geografia local, assim como de favorecer a preservação da história provincial através do Núcleo de Documentação e Informação Regional (NDIHR) criado em 1975. E por fim, uma preocupação constante em criar museus, acervos e patrimônios históricos com o intuito de preservar a memória local.

A avalanche de práticas que encontramos, antes absolutamente “naturais”, ganha sentido nas palavras de Paul Veyne: “[...] pois, desde que histori-

cizamos nosso falso objeto natural, ele, agora, só é objeto para uma prática que o objetiva; é a prática com o objeto que ela se atribui que vem em primeiro lugar [...]”⁵. Longe de tomá-las como reprodutoras de uma identidade pré-existente, “natural”, com Foucault e depois com Veyne, as descobrimos produtoras, inventoras da identidade que julgam representar.

É dessa natureza a formidável inversão que Veyne atribui a Foucault e que revoluciona a história. Uma hipótese que desconhecesse Foucault afirmaria que a cidade de Cuiabá, visando ter lugar na constituição da nacionalidade brasileira dentro da diversidade, inscrever nela a cuiabanidade (e tudo o que isso significaria para a cidade e a região), faria todos os esforços no sentido de a ela se “integrar”, se “incorporar”. Mas, antes de qualquer coisa, era preciso descobrir (para depois fazer ver e vender) a “cuiabanidade”. Essa seria a tarefa das artes plásticas, que, claro, não estavam sós. Na verdade, o que escapa a essa hipótese é o fato da inexistência de uma cuiabanidade prévia. Veremos que é o discurso plástico, em meio a outras práticas regionalizantes que reelaborarão e visualizarão uma imagem para a cidade de Cuiabá e, com ela, inventarão aquilo que supostamente representam.

O artista itinerante

Levando ao pé da letra a idéia de que os artistas têm de ir aonde o povo está, como ressalta a música *Nos bailes da vida*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, os artistas plásticos de Cuiabá, a partir da década de 1980, preocupados em socializar o acesso à arte da sua grande fonte inspiradora, o povo, inauguram uma nova cultura visual, espalhando sua pintura nos muros, paredes, vitrines e lugares públicos da cidade. A disseminação de imagens nos espaços públicos (tratando-se, em alguns casos, de “arte”), desde as gravações em cavernas, na era paleolítica, até o advento da arte eletrônica, sofreu inúmeras atualizações em tempos e lugares diferentes, mas parece que permanece vinculada ao fenômeno da capacidade de afecção das imagens, vulgarmente referida como o “poder da imagem”.

A socialização da cultura e da arte (“eruditas”) e a retribuição ao povo pela própria inspiração da arte, é o discurso que justifica a pintura pública instaurada em Cuiabá nessa década comprometida em restabelecer a “transição democrática” no país, inclusive e principalmente através da elaboração, discussão, aprovação e promulgação da Constituinte de 1988. As justificati-

5 Veyne, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 255-254.

vas para esse novo empreendimento na cidade fazem ressoar as discussões em pauta no país sobre os direitos e a participação política das minorias bem como sobre a diminuição das desigualdades sociais.

Assim, influenciados pelo movimento de abertura política, compartilhando a nova noção de cultura difundida pelo Ministério da Cultura, os artistas plásticos residentes em Cuiabá, alinhando-se na defesa da pluralidade cultural (étnica, minoritária, regional) e com o discurso de favorecimento das classes populares e das minorias, reivindicam para Cuiabá uma maior participação nos processos de decisão nacional e o reconhecimento de sua cultura e sua arte.

As artes plásticas acertam o passo na construção da imagem da “Nova República”, denunciando a colonização cultural e reivindicando o direito de ter sua própria identidade. Acreditando na pintura pública como ato de afirmação da cultura regional popular e minoritária, um grupo de artistas (Gervane de Paula, Adir Sodré Dalva de Barros, Maty Vitart, Bené Fonteles, Regina Penna e Regina Ramos⁶) organiza um movimento, que resulta em vários projetos de interferência visual na cidade patrocinados pela iniciativa privada e pelo poder público, com a finalidade de transformar os espaços públicos da cidade em espaços de exposição dessa arte regional.

As pinturas nas ruas de Cuiabá datam de 1983. Todavia, duas experiências incipientes e isoladas, anteriores a esta data, devem ser mencionadas, pois apontam já indícios desse desejo de fazer da arte parte da paisagem da cidade. A primeira se deu em 1966, quando a artista plástica Dalva de Barros resolveu expor seus quadros na vitrine de uma loja de tecidos (antiga Loja Linho Puro, na rua 13 de junho, atual Magazine São Jorge) no centro da cidade, com o único objetivo de divulgar seus trabalhos e comercializá-los. E nove anos depois, em 1975, na gestão do então governador José Fragelli, quando o artista plástico Humberto Espíndola realizou, sob encomenda, o mural exterior “Bovinocultura” do Palácio Paiaguás, sede do governo estadual, localizado no Centro Político e Administrativo (CPA), em Cuiabá.

O crítico Frederico de Moraes teceu elogios ao painel, quando esteve em Cuiabá, considerando a iniciativa de Espíndola e Aline Figueiredo⁷ à fren-

6 São artistas que atuaram nas décadas de 1970-80. Gervane de Paula, Adir Sodré e Regina Penna foram artistas premiados pelo Salão Jovem Arte Mato-grossense criado em 1976 pela Fundação Cultural.

7 Na década de 1970, com o deslocamento do pólo irradiador da arte em Mato Grosso de Campo Grande para Cuiabá, Aline Espíndola Figueiredo (animadora cultural) e Humberto Espíndola (pintor, atuante no movimento nacional desde 1967, dirige o Museu de Arte e de Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso entre 1973 e 1982) travam uma aliança com a Universidade Federal de Mato Grosso, viabilizando a continuidade das atividades desenvolvidas na Associação Mato-grossense de Artes criada em 1967 na cidade de Campo Grande, hoje capital do Estado do Mato Grosso do Sul.

te do MACP extremamente valiosa e, sobretudo, didática. Interrogando o painel artístico do ponto de vista da questão que incomodava não só a sociedade cuiabana, mas os artistas em geral – o tal do atraso cultural e a famigerada distância –, Morais ressalta que esta obra prova que o espaço cuiabano *entra pelos olhos*, pois a efígie do boi é apresentada como se tivesse sido projetada de dentro para fora, numa posição em que o boi devora o grande vazio que existe em torno⁸.

Frederico de Moraes, ao abordar mais uma vez, em sua análise, o caráter nacional/regional da pintura de Espíndola, ajuda a produzir e a fazer circular uma “verdade” sobre a obra e sobre o artista no cenário nacional artístico, com implicações bastante abrangentes: a façanha de ter sido o primeiro artista mato-grossense a conseguir um efetivo reconhecimento nacional sem que tenha sido necessário sair de Mato Grosso, protagonizando, dessa forma, uma história de sucesso artístico que pressupunha a permanência do artista em sua cidade ou Estado, e até mesmo atribuía a esse fato a razão de sua autenticidade e, portanto, de seu sucesso.

Esta “fórmula” para uma arte de sucesso, também aceita, reafirmada e difundida por Espíndola, acaba se repetindo, em outros termos, é claro, na década de 1980, quando as reflexões sobre a arte, principalmente, sobre a pintura mural, provocam o debate sobre o caráter educativo, estético ou decorativo do novo lugar, sobre a filiação erudita e/ou popular da obra, seu conteúdo nacional ou regional, seus comprometimentos políticos (engajamento), sua dimensão mercadológica, etc.

Efetivamente, é a partir do ano de 1983 que a pintura na rua se instala em Cuiabá, quando cerca de cinquenta artistas plásticos, na maioria autodidatas, participam da exposição itinerante *Cuiabá: Um Grande Ateliê*, aberta no Terminal Rodoviário⁹ de Cuiabá, com a presença e apoio de outros artistas da cidade, como poetas e músicos. A mostra, prevista para percorrer todo o Estado, contou com a promoção conjunta da Coordenação de Cultura da Universidade Federal de Mato Grosso, da Casa da Cultura e da Fundação Cultural. A intenção do evento era propagar entre as classes populares o trabalho desses artistas cuiabanos que, já há algum tempo, vinham se preocupando com a restrição dos espaços artísticos, acessíveis a uma pequena elite. Como diz o

⁸ Moraes, Frederico. Perspectiva de Cuiabá I. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1975, citado em Figueiredo, Aline Espíndola. *Artes plásticas no Centro-Oeste*. Cuiabá: Edições UFMT-MACP, 1979, p. 188.

⁹ O artista plástico residente em Cuiabá, Bené Fonteles, já havia utilizado este espaço em 1982 para realizar sua exposição de colagens e xerografia, num evento patrocinado pelo MACP, com o apoio da TV Centro América e da Xerox do Brasil S.A.

texto que apresenta a mostra, de autoria de Gervane de Paula, um dos organizadores do evento, ao lado de Adir Sodré e Dalva de Barros:

Algun tempo para nós os artistas em geral vem se preocupando (sic) muito com a propagação do seu trabalho, e esse, por sua vez, estava reservado somente para os olhos privilegiados de turistas, “marchands”, colecionadores e críticos. Uma pequena elite tradicionalmente insuportável.¹⁰

Mas o movimento não nasce do nada. A proposta dos artistas cuiabanos de aproximar a arte do povo articulava-se ao movimento de arte nacional que no início da década de 1980 promovia a veiculação de trabalhos – de artistas plásticos, poetas e cartunistas de vários Estados – em vias públicas, exibindo variadas tendências que iam dos figurativos aos abstratos, aos desenhos de humor, poemas visuais e até a arte xerox, etc.

Os artistas cuiabanos, de tendência figurativa, Adir Sodré e Gervane de Paula, que participaram do movimento nacional (pelo menos em sua última fase) nas edições “Arte na rua 1” (1983, São Paulo) e “Arte na Rua 2” (1984, Brasília), montadas pelo MAC/USP, e da exposição “Como Vai Você, geração 80” (Parque Lage, julho de 1984, Rio de Janeiro), tiveram uma inserção e participação mais incisiva na concepção e realização desta exposição que se iniciou no terminal Rodoviário de Cuiabá. A essa altura, tanto Gervane de Paula quanto Adir Sodré já gozavam de uma razoável reputação no cenário cultural da cidade e ocupavam cargos de supervisão nos ateliês da Casa da Cultura e da Fundação Cultural, respectivamente, além de já serem inscritos, nacionalmente, entre os artistas da “Geração 80”, uma vez que foram convidados a participar da mostra coletiva que faria o primeiro balanço dessa geração, intitulada “Como Vai Você, geração 80?”.

A exposição, realizada na Escola de Artes Visuais do Parque Laje, no Rio de Janeiro, um dos mais importantes centros de formação dessa nova geração, foi aberta no dia 14 de julho de 1984. Sugestivamente numa data revolucionária (Queda da Bastilha, transformada em comemorativa da Revolução Francesa), que explicitava as intenções do ato, este evento reuniu 123 jovens artistas, entre 17 e 20 anos, que despontavam em diversas regiões do país. Enfatizando o lado ainda experimental e embrionário da imensa gama de propostas “viáveis”, o evento pretendia não só destacar o clima espiritual

¹⁰ Cuiabá, um grande ateliê. *Jornal do Dia*, 6 dez. 1983, p. 19.

e artístico da época, mas batizar a nova produção brasileira¹¹.

A visibilidade dessa que seria considerada a “nova pintura” no Brasil tem lugar segundo um percurso de exposições (de 1982 a 1984) que marcaram a volta da discussão sobre a pintura no circuito brasileiro de arte e sobre a nova produção local vinculada à tendência italiana conhecida como Transvanguarda difundida por Achille Bonito Oliva. Depois da arte conceitual dos anos 1970, considerada asséptica e de difícil compreensão, acusada de afastar das exposições aquele público que pedia maior integração da arte com as coisas da vida, assistimos na década de 1980 a formulação e difusão de uma nova proposta de arte comprometida com os aspectos do popular e do cotidiano. Frederico de Moraes, um dos principais teóricos deste movimento, afirma: “A redescoberta do prazer de pintar tem a ver com a necessidade de reconquistar o espectador com propostas visuais capazes de encher os olhos e aliviar corações, depois das homeopáticas propostas artísticas desta década”¹².

Para Moraes, *a pintura chegara, pois, para ficar*. Adjetivada pelos seus principais articuladores (Frederico Moraes, Roberto Pontual e Marcos de Lontra Costa) de visceral, prazerosa, orgástica, rebelde, libertária e passional, esta nova tendência artística, paralelamente ao seu entusiasmo com novos materiais e técnicas pictóricas, também foi muito facilmente capturada pelo mercado, demonstrando, às vezes, uma temerária vocação publicitária ameaçando a criação que gerou, entre outras coisas, a substituição da figura do crítico pelo galerista no papel de interlocutor privilegiado, conforme declarações do próprio Moraes.

É certo, porém, que a crítica brasileira dividiu-se em relação à “Geração 80”. Ricardo Basbaum fez duras observações a respeito do discurso crítico sob os auspícios do qual foi lançada a nova pintura brasileira. Para Basbaum essa “crítica” mais os configurava (aos críticos) como articuladores, promotores ou administradores da nova pintura,

(...) já que não demonstram preocupação em diferenciar conceitualmente esta ou aquela produção, resultando o fato de que para esse grupo a nova pintura não é expressa teoricamente em termos de suas propriedades de pintura, mas sim enquanto resultado de um novo

11 Cf. Guinle, Jorge. Papai era surfista profissional, mamãe fazia mapa astral legal. *Geração 80* ou como matei aula de arte num shopping center. In: Basbaum, Ricardo (Org.). *Arte Contemporânea brasileira: textura, dicções, ficções, estratégias*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001, p. 231.

12 Moraes, Frederico. O informalismo está de volta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1979, citado em Moraes, Frederico. *Anos 80: a pintura resiste*. Disponível na internet em http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia/artesvisuais2003/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD_Verbete=4942.

*comportamento, uma nova atitude diante da vida e da arte, por parte de uma nova geração de artistas.*¹³

Luiz Camillo Osório, na mesma linha de raciocínio de Basbaum afirma que, ao estabelecerem uma falsa oposição entre emoção e intelecto, esses ideólogos da “Geração 80” acabaram fragilizando seu próprio discurso, pois por mais anticerebral que se queira ser, ou que não se programe o ato criativo, como passa a exigir os anos oitenta, “está se agindo, implicitamente, segundo regras e conceitos. O contrário disso também é verdadeiro, ou seja, toda arte relevante, ainda que não seja essa sua preocupação, acaba por agenciar algum tipo de emoção”¹⁴. Mesmo admitindo essa tendência ao mercado, os teóricos da nova pintura aderiram “com prazer e paixão” à nova produção brasileira e às idéias defendidas de arte não-cerebral, menos dogmática, mais alegre e festiva, desempenhando um papel altamente eficiente junto aos meios de comunicação de massa. A produção pictórica dessa geração passa rapidamente a ser exibida, legitimada e absorvida pelo mercado.

Aceitando estar no mundo e à maneira dele como, também, produto de consumo¹⁵, a arte na rua de Cuiabá disputava com a publicidade comercial e política e com as pichações espalhadas pelos muros a atenção dos passantes. Queria deliberadamente estender o acesso, antes exclusivo de um público restrito nos espaços elitizados, ao público-povo, este que jamais se sentiria confortável apreciando arte em museus “que pecam pela magestosidade arquitetônica, pela ineficiência dos horários, e outras sérias barreiras a nível de divulgação popular”, como afirma o artista plástico Bené Fonteles¹⁶.

Isso explica o significativo título da coletiva realizada na Rodoviária, “Cuiabá, um grande ateliê”. A grande tela que veio a ser um dos símbolos da arte dos anos 1980, foi o recurso utilizado pelos artistas cuiabanos que torna evidente o desejo de extrapolar os limites dos espaços interiores, o “dentro” (museus, galerias, ateliês etc.) e de conquistar o ilimitado do “fora” (ruas, fachadas, muros, praças).

13 Basbaum, Ricardo. *Arte Contemporânea brasileira: textura, dicções, ficções, estratégias*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001, p. 315.

14 Osório, Luiz Camillo, *Retrato ampliado da arte brasileira*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, 16 jul. 2001.

15 Esta espécie de relação sem culpas da produção artística com o mercado já se verificara na Pop arte, conforme aponta Brito: “Com ela a arte moderna trocava, abertamente, o heroísmo pelo cinismo – o seu espaço não queria mais transformar o mundo, tampouco tinha a veledade de isolar-se dele; ao contrário, a arte aceitava estar no mundo e à maneira dele: como Capital” (Brito, Ronaldo. *Volta de pintura*. In: Basbaum, Ricardo. *Arte Contemporânea brasileira: textura, dicções, ficções, estratégias*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001, p. 137).

16 Arte na vitrine ganha público. *Jornal do Dia*, Cuiabá, 20 jul. 1984, p. 24.

Também explica o apoio da Fundação Cultural à iniciativa, considerada inédita, do artista Adir Sodré de fazer da Praça da República mais um espaço de pintura. Disponibilizando tintas e papelões, dando oportunidade para as pessoas experimentarem sua criatividade através dos desenhos, o projeto denominado “Arte na Praça” visava apresentar e popularizar o processo de criação plástica em Cuiabá. Não só isso, este trabalho de base pretendia descobrir, estimular, orientar, investir e qualificar talentos entre os que visitavam a praça, ao mesmo tempo em que oferecia a oportunidade da experiência estética, cultivando a sensibilidade e, talvez, formando um mercado consumidor.

Continuando a tarefa de substituir os espaços tradicionais de exposição (confinados) pelos espaços de livre acesso na cidade, bem como de buscar um meio para comercializar suas obras, a exposição seguinte, “Arte na vitrine” (Livraria Rodarte, julho de 1984), de Adir Sodré, Gervane de Paula e Dalva de Barros, idealizada pelo artista plástico Bené Fonteles, conseguiu ter uma boa frequência de público. Inspirada na experiência anterior da artista Dalva de Barros, a estratégia da vitrine pretendia despertar a atenção dos “fregueses”, de forma direta, e fazê-lo adquirir uma tela como se adquire qualquer produto exposto em uma loja.

Entretanto, sabiam que a fruição da arte não é um ato espontâneo ou natural, e que ela exige formação da sensibilidade. Por isso, era preciso informar, educar, dotar o público de instrumentos culturais específicos para apreciar a arte local, o que parecia poder ser feito, em parte e aos poucos, pela pintura na rua que ia atraindo e cultivando o gosto de um público cuiabano que virá a compor um mercado de aquisição das obras dos artistas locais.

O quadro de Adir Sodré que traz uma enorme senhora gorda, com uma lente entre os dedos para averiguar a originalidade de uma tela do pintor renascentista italiano Leonardo da Vinci satiriza a opulência do tradicional comprador de obras de arte, membro de uma gorda classe dominante, mas evidencia também o desejo desta pintura de atrair um comprador com perfil senão popular, pelo menos mais condizente com o discurso democrático. Para uma cidade com um rarefeito comércio de arte, sem a presença dos tradicionais agentes deste tipo de comércio, a investida da pintura na rua pretendia também produzir compradores em potencial, ampliar o mercado de arte até então restrito a um pequeno grupo composto por membros da elite e intelectuais.

A propagação de um gosto pictórico (uma certa massificação, ainda que não se expressem nesses termos) requeria uma educação visual facilitada por cenas plásticas familiares, repletas de signos de identificação imediata, como aqueles que compõem o “autêntico homem do campo” e as paisa-

gens agrestes de Mato Grosso, tal como encontramos na pintura de Nilson Pimenta com seus personagens rurais; de Benedito Nunes com o cotidiano cuiabano, de João Sebastião com a versão regional cabocla da *body-arte*¹⁷, onde onças e cajú se antropomorfizam; Clóvis Irigaray com a linguagem social e a temática do índio mato-grossense.

Mas essa educação visual também pode ser facilitada pela perspectiva crítica das denúncias de Gervane de Paula e Adir Sodré sobre a cidade que cresce e se desmantela. Adir¹⁸ retrata, com desdém e ironia, o turista burguês à procura de jacarés para fotografar, e Gervane os urubus sobre as cabeças dos Misteres e Madames turistas. Ambos mostram a preocupação com a questão ambiental num momento em que a cidade é invadida pela “nova peste” mundial do turismo.

A arte figurativa, representativa (porque toma o suposto “real” como referente), plena de signos de fácil leitura, rapidamente absorvida e apropriada pela população em geral, não passa despercebida pela imprensa: “A pintura mato-grossense tem uma vocação eminentemente figurativa, como se a arte só tivesse sentido se fosse uma espécie de imitação da vida”¹⁹. É interessante observar que enquanto a imprensa escrita alardeia que Cuiabá estava vivendo uma época áurea na cultura, uma verdadeira revolução, levando a arte ao povo e fixando a “identidade da sua gente”, com apoio total das instituições, os artistas plásticos, de um modo geral, queixavam-se das dificuldades que encontravam para sobreviver somente às custas de sua arte.

Só para ficar com o exemplo de Gervane de Paula e Adir Sodré, ambos reclamavam que só conseguiam vender seus quadros no mercado de arte nacional (eventualmente também no mercado internacional), porque o mercado local era, em sua maioria, formado por uma reduzida elite (a única camada com condições de consumir esse bem cultural) que “só quer um quadro que combine com o sofá”, como afirma Adir.

Essa outra forma de se comunicar com o público ao qual, a princípio, se destinava essa arte (porque dele tratava), se por um lado garantiu a visibilidade das pinturas e de seus artistas, por outro desmanchou o sonho (se é que de fato existiu) no qual esse povo (temática e público alvo) pudesse vir a ser comprador de telas.

Pode-se dizer que o desejo de que essa pintura popular fosse vista,

¹⁷ Conforme crítica de Frederico Morais.

¹⁸ *Turista no pantanal*. Acrílico sobre tela, 140 x 160 cm, 1984.

¹⁹ *Revista Contato*, n. 72, out. 1986, p. 28-29.

apreciada, legitimada e consumida por milhares de olhos que vagueiam pela cidade, levou a ações (como a da arte na rua) que, de fato, construíram uma ligação entre arte e público, mas produziu também uma suspeita vinculação (porque excessiva e exclusiva) entre arte e a temática identitária que só pode ser compreendida na relação de dependência que se estabeleceu com o mercado consumidor.

A arte identitária, pensada para atingir esse público que dificilmente teria condições, por falta de formação e tradição, de apreciar/compreender o exercício estético – a linguagem, as motivações, os textos, pelo menos – acaba jogando com os signos de compreensão imediata, cujo sucesso se transforma em armadilha para a criação. Gervane de Paula, queixando-se da limitação do mercado local (nos dois sentidos), diz que “as pessoas estão tão condicionadas, que qualquer coisa que não seja um tema referido ao folclore à tradição local, não serve”²⁰. Talvez seja por isso que, em Cuiabá, é difícil abrir espaço para um outro “tipo” de arte e até hoje não foi possível materializar um mercado de arte mais “consistente”²¹.

Continuando a estratégia de educação/ocupação visual da cidade, a próxima proposta desses artífices da iconografia cuiabana foi o projeto “Colorindo a Cidade”. Concebido por uma comissão formada por dez artistas plásticos, sob a coordenação de Maty Vitart e Regina Penna, o projeto foi promovido pelo jornal *Fim de Semana*, com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura e da Fundação Cultural. Foi inspirado pela proposta revolucionária e antiimperialista dos murais mexicanos e também por projetos similares desenvolvidos em outros Estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais), “onde os artistas trocaram as pichações pelas artes, com bons resultados, sendo considerados até mesmo como atrações turísticas”²². A exemplo das grandes cidades brasileiras, a partir de 1985 em Cuiabá a arte também pretende tomar o lugar da pichação, o que se verifica em pelos menos nove grandes muros selecionados pela coordenação do projeto.

Recuperando a exaltação da nação e do seu povo tal como aconteceu com o primeiro muralismo pós-revolucionário mexicano e com as experiên-

20 Mesa redonda: Regina Penna, Gervane de Paula e Jorginho Guinle. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 20 jul. 1986, p. 4.

21 Existiram outras iniciativas de implantação de um mercado de arte em Cuiabá. Em outubro de 1984, um grupo de pessoas inaugurou outro tipo de espaço de exposição na cidade – o restaurante –, com o intuito de reunir potenciais compradores (pertencentes às classes média e alta), para os quais seriam exibidos os trabalhos artísticos, saindo assim da exclusividade dos espaços governamentais da arte. Cf. Mercado de arte se oficializa com êxito. *Jornal do Dia*, Cuiabá, 10 nov. 1984, p. 7.

22 Cuiabá, a “cidade verde” que se tornou colorida: a pornografia é exaltada, não se escolhe lugar, o negócio é pichar. *Jornal do Dia*, Cuiabá, 6 jun. 1985, p. 5.

cias visuais turísticas das outras capitais, os murais cuiabanos começaram a construir, com o gigantesco “Pintado” de Maty Vitart, as “Cenas de barbearia” de Benedito Nunes, a “Menina na rede” de Gervane de Paula, a “Exaltação à agricultura, pecuária e à natureza” de Nilson Pimenta, a “Santa Nina Hagen” de Adir Sodré, e outros, uma identificação entre as obras e a população, assentada na representação nativista da cidade.

A pintura mural, além da causa popular (encaminhada na resolução estética identitária), das razões mercadológicas se alia ao discurso em voga de embelezamento da cidade que rejeitava espaços como o das favelas – “uma obscenidade estética no cenário urbanístico da Grande Cuiabá”²³ –, condenava a conduta “agressiva” dos pichadores, o avanço da ocupação excessiva e desordenada dos vendedores ambulantes no centro da cidade (dos quais se exigia que participassem de cursos sobre higiene), ou exigia o disciplinamento da instalação na cidade de cartazes e faixas.

O mesmo discurso também exigia um esforço coletivo da população para cuidar de suas calçadas, ruas, quintais e áreas de lazer, e cobrava do poder público o planejamento/ordenamento dessa babilônia que virou a cidade, atravessada também pelos sons e gritos dos vendedores de bugigangas, dos sorveteiros e até dos vendedores de galinha que desfiguravam logradouros importantes como a Praça da República.

Em 1989, finalizando a década de oitenta, Cuiabá e seus personagens “icônicos regionais” continuavam sendo fontes de inspiração e referências concretas para as obras dos artistas da cidade que, juntos, querem, mais uma vez, construir uma certa atmosfera cultural na cidade. Ao todo, são dez os artistas envolvidos no projeto que se segue às iniciativas anteriores de arte pública, chamado de “Projeto Van Gogh” (em homenagem aos cem anos da morte do pintor italiano Vicente Van Gogh).

Mais uma vez, a iniciativa do projeto é dos próprios artistas e contou, na fase inicial, apenas com o patrocínio de algumas empresas particulares. Como resultado desse projeto, o muro de arrimo situado na Avenida Perimetral foi tomado pelas imagens do Pantanal, sua flora e fauna, do rio Cuiabá e de costumes do povo cuiabano, através dos pincéis, tintas e traços de Adir Sodré, Maty Vitart, Carlos Lopes, Jonas Barros, Aleixo Cortez, Alcides Pereira dos Santos e dos coordenadores do projeto, Gervane de Paula, Regina Penna e Dalva de Barros²⁴.

²³ Lucena, Adeildo. Favelas: uma verdadeira agressão ao visual da cidade. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 30 jul. 1985, p. 9.

²⁴ Aleixo Cortez e Alcides Pereira dos Santos freqüentaram o Ateliê Livre da UFMT, e Carlos Lopes o da Fundação Cultural. Jonas de Barros obteve o 3º prêmio do I Salão Mato-grossense de Artes Plásticas, promovido pela Fundação Cultural em 1989.

A iniciativa teve ótima repercussão na cidade, o que provou a capacidade desses artistas de provocar novos acontecimentos no meio cultural, graças também ao grande impacto produzido pelas dimensões dos painéis e, novamente, pela comunicabilidade dessas imagens de intenso colorido, fácil assimilação visual e imediato reconhecimento simbólico. Mas é, também, verdade que essa visibilidade não foi conquistada ao acaso, pelo contrário, envolveu reflexão e planejamento. Não pode passar despercebido o fato de que todas as experiências de pintura na rua da década de 1980 aconteceram em lugares estratégicos da cidade, lugares centrais de passagem, de fluxo intenso de pessoas, ao contrário de acontecerem na periferia, como seria esperado, uma vez que pretendiam ir aonde o povo estava²⁵.

Deve-se associar também a explosão da pintura pública – ostensivamente figurativa ou intensivamente gestual – bem como a retomada das mega-exposições²⁶ ao desejo nacional de “ir às ruas” que atinge não apenas a arte mas, principalmente, a política, no especial momento de redemocratização pelo qual passava o país (vide as campanhas da anistia e das “diretas já”), depois dos longos anos de ditadura militar.

Os artistas plásticos, não satisfeitos em somente retratar a desigualdade social nas suas obras, procuram diversificar a militância, encontrando na ecologia uma das principais bandeiras que reunirá a todos em vários eventos, como foi a exposição-manifesto²⁷ organizada em conjunto com a Associação Mato-grossense de Ecologia (AME) e que reivindicava a criação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O mesmo evento reivindicava ainda a manutenção da ponte de ferro sobre o rio Coxipó (a ser substituída por uma outra em construção), além de denunciar a poluição que vinha sofrendo, aliava-se à causa dos “sem terra” e, por fim, reafirmava e mobilizava artistas e cidadãos em geral para o movimento de arte na rua que buscava a superação de barreiras entre culturas e classes sociais.

Mas construir uma imagem da cidade fazendo proliferar um certo repertório de imagens na cidade não foi obra apenas dos artistas plásticos. Isso

25 “Cuiabá, um grande Ateliê” (Terminal Rodoviário); “Arte na Vitrine” (Centro da cidade), “Colorindo a cidade” (Abrigo Bom Jesus de Cuiabá no bairro Dom Aquino, Seminário da Conceição, Mercado Municipal, Salão Baretta II, Loja Bellolar, Fundação de Promoção Social, Supermercado Pão de Açúcar Jumbo, todos no centro da cidade, além do muro do Liceu Cuiabano e do estacionamento da Secretaria de Fazenda – Rua Batista das Neves, Centro –; “Projeto Van Gogh” na Av Miguel Sutil).

26 Dignas de nota foram as mega-exposições “Tradição e Ruptura” em 1984, “A Trama do Gosto” em 1987 e a “Mão Afro-Brasileira” em 1988, as duas primeiras promovidas pela Fundação Bienal de São Paulo e a última pelo MAM/SP.

27 “A exposição “Artistas Pela Natureza” realizada em Cuiabá em 1986 conseguiu reunir, em nome da causa ecológica, 127 artistas de 14 estados do Brasil sendo 29 deles de Mato Grosso (Cuiabá)”. Cf. “Artistas pela natureza” reúne nomes importantes pela causa ecológica. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 10 mai. 1986, p. 9.

inclui também a iniciativa da prefeitura de revestir o calçamento da Praça da República com pedra portuguesa compondo formas estilizadas de elementos “peculiares” como peixe, caju e manga, de reunir documentos iconográficos antigos, além de produzir novos, com o objetivo de construir uma memória visual da cidade e, por fim, de incentivar que as “imagens típicas do lugar” substituam as pichações nos espaços públicos. Sem dúvida, “além das fronteiras coloridas dos postais afirma[va]-se um Estado”²⁸, ao que eu complementaria, acrescentando a esta propaganda do segundo ano do governo Frederico Campos, que além das bordas das pinturas coloridas dos murais instituía-se uma “identidade cuiabana”.

Embora transitem por diferentes gêneros e ou/tendências, esses artistas (uns mais, outros menos) vão igualmente se apropriar de elementos facilmente reconhecidos no universo natural/cultural do espaço local para reconstruí-los esteticamente (cada um a seu modo) e contribuir para a formação de um arquivo de imagens-símbolos regionais, um verdadeiro repertório iconográfico cujas imagens serão convocadas sempre que o objetivo for o de fazer ver a cidade e o povo de Cuiabá.

Trocando o ateliê pela praça, a galeria pela rodoviária e o museu pelos muros e empenas de prédios da cidade, esta arte na rua funcionava (e segue funcionando) como uma máquina de produção de sentido e significados que atravessa todo o campo social. Através da releitura das características naturais da cidade, das peculiaridades históricas e culturais, forja-se para este espaço/sociedade uma identidade *sui generis* para ser imediatamente reconhecida, como quem forja um decalque, um rótulo, uma etiqueta. Quase não é necessário dizer que ela é discurso e moeda de troca para políticos, para empresários do turismo, para os artistas e para quem apenas se sente feliz quando se reconhece na grandiosidade das imagens que pintam a cidade.

Com pacus, tuiuiús, mangas e cajus, produziu-se uma marca regional que virou fórmula de sucesso para as artes plásticas (mas não só para elas), usada, a partir daí, compulsivamente²⁹. É só olhar a cidade. As imagens estão lá o tempo todo, esperando a contemplação de milhares de olhos que vagueiam pela cidade. Aliás, nem precisa esperar ou procurar muito, de uma forma ou de outra acabamos entrando em contato com elas, seja nas capas

²⁸ Mato Grosso ano 2. *Jornal do Dia*, Cuiabá, 15 mar. 1981.

²⁹ Segundo Alfredo Bosi, repetir o que já deu certo, é, evidentemente, uma das tendências mais fortes dos seres vivos. Mas esse procedimento acaba gerando o chamado “epigonismo” que se reconhece pelo uso obsessivo ou compulsivo de fórmulas já testadas e consagradas. Cf. Bosi, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 22.

dos catálogos de telefone, reeditados anualmente, nos cartões telefônicos, nas empenas de vários prédios que, à semelhança dos viadutos e muros, passaram a ser preenchidas com painéis artísticos trazendo a manga, o pintado, a piranha, o pescador e a Chapada, além dos próprios e já tradicionais viadutos e muros.

Mais recentemente as encontramos nos ônibus e nos caminhões de lixo³⁰ e nos *outdoors*, mas, também, em marcadores de textos, postais, vídeos, camisetas e toda a sorte de *souvenirs*. Ou as imagens são substituídas pelas imensas reproduções tri-dimensionais (esculturas) como suporte para os telefones públicos. Os orelhões são tuiuiús, onças, pintados e outros bichos. Os suportes são os mais variados, mas o sentido (obsessivo) parece ser o mesmo: fixar uma imagem que, supostamente, traduziria a “atmosfera” do lugar e a “cara” do povo cuiabano.

Enfim, expulsando as pichações e espalhando-se pelos muros, prédios, viadutos, ônibus, caminhões de lixo da cidade, entre outros suportes, esta arte visual não só educou um olhar para fazer-se visível, como fixou e constituiu uma iconografia nos termos de uma estreita relação entre arte, natureza e identidade. O que esse discurso pictórico não diz, porque não sabe ou não convém, é que essa arte não expressa, constrói, pois essas imagens são vistas como rastros definitivos de práticas culturais instituidoras de idéias como identidade, região e nação.

30 Projeto já desenvolvido em cidades como Curitiba e São Paulo, em Cuiabá, os caminhões de lixo, a partir do ano de 2001, passam a transitar pela cidade pintados com arte. Projeto de iniciativa do artista Carlos Lopes em parceria com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e a empresa Enterpa, que terceiriza os veículos.

Onde antes era uma velha casa – Considerações sobre a conservação do Centro Histórico de Cuiabá/MT

Márcia Bomfim de Arruda*

Resumo

Com este texto pretendo uma reflexão sobre a conservação de centros históricos a partir da experiência de tombamento do centro de Cuiabá, capital de Mato Grosso. O foco da análise será o momento anterior ao tombamento, considerado de grande destruição do patrimônio e significativo para compreender historicamente esse acontecimento. Qual a lógica que levou à demolição de edifícios antigos e à construção de outros, nos mesmos locais, em estilo moderno? Quais os valores, os desejos, os medos imbuídos nessas práticas de destruição? No que diz respeito a Cuiabá, será que a luta travada nos anos 80 (século XX) pela conservação do centro não teria algo em comum com a luta nos anos 70 pela construção de prédios altos? Muitas vezes práticas contraditórias parecem encobrir objetivos comuns.

Palavras-chave:

cidade histórica – centro histórico – conservação

Abstract

My intention on producing this text is to reflect on the historical downtown areas starting from the experience of turning downtown Cuiabá into a historical site, the capital of the State of Mato Grosso, Brazil. The focus of such analysis will be the period just before becoming a historical site, usually considered of great heritage destruction, and very significant when understanding events of preservation. What is behind the logic that leads to destroying ancient buildings and replacing them with modern style others? What were the values, wishes and fears involved in such practices of destruction? In what concerns Cuiabá, could the struggle occurred in the 80's (XX century) for the conservation of the downtown area have anything in common with the struggle in the 70's for constructing skyscrapers? Contradictory practices so often seem to hide common aims.

Keywords:

historic town – historic centre – conservation

* Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Este texto é parte de um estudo maior, que teve por objetivo compreender o que tornou possível o tombamento do centro histórico de Cuiabá, fato ocorrido provisoriamente em 1987 e efetivado apenas em 1992¹. As questões norteadoras do trabalho inicial eram: quais as condições para que um conjunto arquitetônico fosse reconhecido como patrimônio histórico? Algo impensado algumas décadas antes, quando no máximo, em Cuiabá, se falava na conservação de bens isolados. O que teria mudado? Em função dessa questão recuei alguns anos, até a década de 1960, quando pude perceber práticas diferenciadas compondo a paisagem da cidade.

Entre os anos 60 e 80 do século XX, a participação de Cuiabá no circuito do capitalismo foi intensificada, atingindo significativamente as edificações. Nesse período houve um enorme investimento do governo na produção de uma arquitetura moderna. As justificativas elaboradas para a construção de Brasília, modelo maior da modernização do país, pareciam alimentar as práticas urbanísticas em Cuiabá.

Brasília foi construída, no argumento de Kubitschek, para integrar a nação brasileira, *Integração pela interiorização* era seu slogan, e promover o desenvolvimento regional, levando o mercado nacional às regiões de economia de subsistência. Holston afirma que Kubitschek “sustentava que Brasília iria produzir tanto um novo espaço nacional como uma nova época para o país, incorporando o interior à economia e sendo ao mesmo tempo o marco decisivo na trajetória temporal do país rumo à sua emergência como uma grande nação”². Provavelmente, a crença nesse discurso funcionou como um motor impulsionando o Governo do Estado de Mato Grosso a promover a mudança fisionômica de Cuiabá.

De acordo com a história mato-grossense, aquela produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, teria havido um momento de isolamento no qual o governo federal, esquecendo-se de Cuiabá, concentrou os investimentos nas cidades litorâneas, transformadas em centros políticos e econômicos. Políticos locais ressentiam-se de não terem participação como os dos outros Estados nos planos do governo. A distância e a falta de estradas eram apontadas como motivos de isolamento da cidade.

O discurso veiculado na imprensa era de que havia chegado a grande chance de Cuiabá romper com o tão propalado isolamento. A integração

¹ Refiro-me à minha dissertação de mestrado, intitulada *As engrenagens da cidade: centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFMT em 2002.

² Holston, J. *A cidade modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 24.

seria possível a partir de uma maior dinâmica econômica do Estado e de sua inserção nos projetos de colonização incentivados pela ampla política do governo federal para a ocupação da Amazônia. Cuiabá figurava como cidade estratégica, que deveria funcionar como eixo de ligação entre cidades, facilitando o acesso das correntes migratórias que colonizariam a Amazônia.

Assim, entre outras coisas, inserir-se nos planos do governo federal significava investir no planejamento e desenvolvimento de Cuiabá, concentrando-se em planos urbanos de larga escala, tecnologicamente racionais e eficientes. Planos que fossem sustentados por uma arquitetura caracterizada pela uniformidade e pelo poder da linha reta. O modelo maior dessa arquitetura moderna era Brasília.

Em 1964 o prefeito de Cuiabá mostrava ao repórter do jornal *O Estado de Mato Grosso* o projeto para a construção de um moderníssimo coreto de *linhas arquitetônicas arrojadas*, localizado no Jardim Alencastro, uma praça no centro da cidade. No entanto, no mesmo jardim já havia um coreto antigo, que seria transferido para outro local, assim como um gasômetro fora de uso³. Os elementos que lembravam outros tempos eram banidos da praça moderna. Procurava-se, ao máximo, criar uma imagem purificada de qualquer lembrança do passado. O coreto e o gasômetro deviam ir para outros espaços, já que o Jardim Alencastro estava situado em frente à Prefeitura, que também queria ser vista como moderna. A reforma do Jardim Alencastro se estendeu por vários anos e foi motivo de reclamações, pois as obras aconteciam no ponto mais central da cidade⁴.

Em frente ao Jardim Alencastro foi construído um moderníssimo prédio para a prefeitura, denominado de *Palácio Alencastro*. Sua construção foi a causa da demolição, em 1959, do *Palácio dos Governadores*, prédio antigo de estilo neoclássico. O novo, de arquitetura tipicamente moderna, sustentado por pilotis com o térreo livre, como os prédios das superquadras de Brasília, era o orgulho da cidade. Seus elevadores eram os que mais alto subiam no Estado, e quando inaugurado, em 1965, após receber as bênçãos do arcebispo, teve início uma visita pública aos seus sete andares⁵.

A construção do primeiro prédio moderno foi um acontecimento que mereceu a bênção da igreja, despertou curiosidade, caracterizando-se como um verdadeiro espetáculo. A visão panorâmica, do alto do prédio, deveria

3 Notas. *O Estado do Mato Grosso*, Cuiabá, 6 fev. 1964, p. 1.

4 Jucá, P. R. A cidade dia a dia. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 1 jul. 1966, p. 2.

5 Cá entre nós. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 19 dez. 1965, p. 1.

causar uma sensação indescritível, era como se uma nova cidade se descor-tinasse diante de olhares admirados.

A construção do prédio sede do poder público funcionava como um emblema da modernização da cidade e da capacidade do governo de se adaptar a um novo tempo. Uma matéria publicada em 1970 ajuda a entender como funcionava essa estetização do poder em Cuiabá. Apresentando duas fotografias, uma do prédio moderno da Prefeitura e a outra do antigo Palácio dos Governadores, demolido em 1959, o texto dizia:

É impressionante como Cuiabá consegue mudar de fisionomia de um dia para outro. O que se vê hoje em determinada rua, amanhã pode estar tudo mudado. Essa metamorfose instantânea é característica das cidades em rápido desenvolvimento. Enquanto se discutem os defeitos da cidade, as obras vão aparecendo como cogumelos. Onde antes era uma velha casa, hoje se ergue um edifício. Onde ontem era uma rua estreita, hoje é uma avenida. Onde tempos atrás era matagal, hoje passa a perimetral. Não ficar falando sozinhos os que continuarem falando mal de Cuiabá. Os verdadeiros homens de visão são aqueles que enxergam além do horizonte. E justamente são esses os que acreditam no progresso de Cuiabá, que já é grande agora, mas será muito maior no futuro que se avizinha. Para aqueles que só vendo acreditam, aí estão as fotografias do velho e do novo Palácio Alencastro. Observem os dois e depois concluem: nada é impossível para Cuiabá e seu povo.⁶

Nesse discurso está expresso o sentimento que movia as práticas remodeladoras em Cuiabá. Elas deviam funcionar como prova do crescimento e progresso da cidade. A construção de um prédio em estilo moderno anunciava uma metamorfose, era símbolo de modernidade, de poder, de força. Mas essa *metamorfose instantânea* não se realizava de forma aleatória, ela tinha seu ponto de partida.

Na intenção de criar uma estética nova para a cidade, foram escolhidos lugares estratégicos. A antiga igreja barroca, localizada ao lado do novo prédio da prefeitura, o Palácio Alencastro, foi demolida em 1968, sendo erguida no mesmo local uma catedral em estilo eclético. O *Campo d'ourique*, espaço de antigas touradas, foi destinado à construção da sede da Assembléia Legislativa, prédio em estilo moderno inaugurado em 1972. Uma renovação arquitetônica sobrepondo estilos convidava os moradores a vivenciarem novas paisagens.

⁶ Cuiabá – Uma cidade que se transforma. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 22 jul. 1970, p. 8.

No entanto, a construção dessa paisagem era marcada por uma seleção que estabelecia o que devia entrar ou sair dela. A igreja barroca e o Palácio dos Governadores foram demolidos, o coreto e o gasômetro foram conservados. Se a questão fosse a simples destruição do passado, por que se poupariam o gasômetro e o coreto? O que significavam essas escolhas?

Na demolição da igreja e do Palácio dos Governadores o que parecia estar em jogo era a ostentação do poder. Quando a imprensa mostrava as fotografias do antigo e do novo Palácio e afirmava que *nada é impossível para Cuiabá e seu povo*, demonstrava o quanto essa imagem estava carregada de sentido. A construção de uma sede de Governo em estilo moderno, um dos primeiros arranha-céus da cidade, devia funcionar como estímulo. Era o modelo a ser seguido pelos grupos econômicos que tinham interesse na modernização de Cuiabá. Era a imagem de um poder que queria ser identificado com o moderno, com o novo e com o monumental.

Como hipótese, podemos considerar que esse *novo* devia ser construído no lugar considerado mais importante da cidade, que representava o poder secular da Igreja e do Estado. Por isso, as novas sedes não podiam ter sido construídas em outro local que não fosse o Centro. Nem mesmo ao lado das construções antigas, pois se manteria a imagem de um poder que, talvez pela sua força, tinha que ser banido da memória. As construções demolidas traziam a imagem de tradições que eram obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo.

Portanto, a substituição da arquitetura colonial pela moderna levada a efeito pelo poder público não era praticada de forma indiscriminada. Havia critérios que norteavam a ação do governo. Nem todos os lugares eram considerados merecedores das ações remodeladoras. Primeiro, as construções antigas, sedes dos poderes político e religioso, foram substituídas por outras mais modernas. Depois, as praças situadas em frente dessas construções foram reformadas. Em seguida, o entorno delas, compreendendo o centro da cidade.

Ruas estreitas e tortuosas construídas no tempo do império foram asfaltadas, enquanto outras viraram avenidas largas. Arranha-céus surgiram em meio a casas velhas, que resistiam aos tratores, produzindo uma paisagem heterogênea, longe da imagem de pureza almejada. Mas como havia a crença no futuro disciplinando os modos de construir, acreditava-se em uma Cuiabá que um dia teria sua identidade de cidade moderna consolidada.

Substituir uma arquitetura representativa do passado por outra, símbolo da modernização do país, em curto espaço de tempo, como o fez o governo municipal, era uma ostentação de poder. Poder que fazia desaparecer em questão de minutos até a estrutura mais sólida, como foi a demolição com

dinamite da catedral, e que podia também fazer aparecer no meio do cerrado uma cidade inteira, como foi o caso de Brasília⁷.

As transformações arquitetônicas impetradas pelo poder público em Cuiabá, principalmente nos anos 60 e 70, aconteceram em um momento no qual o poder econômico e político de um país media-se, entre outras coisas, pela sua capacidade de construção, considerada um reflexo do desenvolvimento tecnológico alcançado. Não era à toa que em 1970 estavam sendo construídos em Nova York os dois edifícios mais altos do mundo. O jornal mato-grossense noticiou o fato afirmando que as torres gêmeas dominavam o conjunto arquitetônico do centro de comércio mundial, que as obras monumentais em breve estariam concluídas, “sendo as mais altas edificações do mundo”⁸.

Mas enquanto Nova York ganhava os dois mais altos edifícios do mundo, Cuiabá perdia um de quinze andares! Em 1971, uma matéria com o sugestivo título “De como perder um edifício de 15 andares” lamentava que a capital mato-grossense havia perdido a chance de ganhar um edifício de quinze andares, que seria construído no centro urbano. O fato se deu porque não existia uma lei municipal que fixasse gabaritos para a construção de edifícios no Centro da cidade⁹.

Durante algum tempo a definição de um gabarito para a construção de edifícios no Centro de Cuiabá ocupou as páginas do jornal. Com uma posição claramente assumida a favor de que fosse definido um mínimo de 15 andares para prédios construídos no Centro, o jornal informava que a Câmara Municipal de Cuiabá havia enviado um requerimento ao Secretário de Viação e Obras Públicas para que comparecesse ao plenário do Legislativo Cuiabano. O secretário devia dar explicações em relação à estipulação de um gabarito mínimo.

A edilidade exigia esclarecimentos do secretário, já que por falta do referido gabarito a cidade estaria perdendo a “construção de vários arranha-céus, substituídos, estupidamente, por prédios de dois ou três pavimentos”¹⁰. A revolta maior era porque em Campo Grande (atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul) acontecia exatamente o contrário: obrigava-se a construção de edifícios de, no mínimo, quinze andares. Por conta disso, o Banco do Brasil, mesmo precisando de apenas cinco andares, havia construído lá

7 Sobre a construção de Brasília, indico Holston, 1993.

8 Nova York terá os dois edifícios mais altos do mundo. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 29 out. 1970, p. 1. A destruição desses edifícios no dia 11 de setembro de 2001 em um atentado terrorista parece ter marcado um tempo em que o poder ganha força na proporção da sua invisibilidade. O visível vira alvo fácil.

9 Editorial – De como perder um edifício de 15 andares. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 8 jan. 1971, p. 4.

10 Gabarito de edifícios: Câmara quer explicações do Secretário de Viação e Obras Públicas. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 30 mar. 1971, p. 8.

um edifício com quinze. Lamentava-se que em Cuiabá o mesmo banco estivesse construindo um edifício de apenas cinco andares, justamente em um dos pontos mais centrais da cidade. Tal fato era considerado absurdo, pois um prédio de quinze andares “teria muita imponência”¹¹.

Fixar um gabarito não deixava de implicar imposição de um padrão à imagem do Centro. Padronizar parecia ser a forma encontrada para garantir um futuro repleto de prédios altos. Para isso, algum controle precisava ser exercido sobre as formas de construir. Quando se procurava estabelecer normas para o amanhã, o futuro tornava-se presente. O futuro de prédios altos já estava sendo vivido, pois sua existência fazia parte do presente. Portanto, o futuro era o que se fazia no presente. Em nome desse futuro-presente justificava-se a criação de mecanismos de controle sobre os modos de construir da população.

E não era apenas o Banco do Brasil que deixava de construir um alto edifício no Centro de Cuiabá. O Banco da Amazônia e o Banco Bamerindus também estavam derrubando antigos prédios e construindo novos, que não teriam, também, a imponência desejada. Por sua vez, a Secretária de Viação e Obras Públicas defendia a idéia de que Cuiabá tinha condições de se espalhar e que estes bancos poderiam construir fora do Centro, pois neste não havia infra-estrutura para altos prédios.

Nota-se nesse momento que o Governo (representado pelo Secretário de Obras) já se posicionava com uma visão reticente em relação à construção de altos prédios no Centro da cidade. Simultaneamente, a imprensa começava a cobrar uma ação mais efetiva de conservação por parte do governo. Apesar disso, o jornal dizia que a municipalidade iria resolver o problema, já que não fazia sentido construir edifícios em outro local que não o Centro¹².

Nesse discurso, duas idéias merecem ser destacadas: a primeira diz respeito à idéia de futuro. Construir altos prédios no Centro significava construir *para o futuro* ou construir *o futuro*? Somente porque havia a idéia de um futuro com altos prédios é que se podia lamentar a perda deles. Se não houvesse um futuro com prédios altos, nada se perderia no presente. Sendo assim, sugerir uma lei obrigando à construção de prédios altos no Centro parecia uma forma de resistência a um presente que se mostrava fugidio – menos até que o futuro imaginado –, tal a velocidade com que as coisas se alteravam. Restava, então, planejar o futuro enquanto o presente escapava por todos os lados.

O secretário do governo não tinha definido o gabarito obrigando a cons-

¹¹ Editorial – De como perder..., 1971..

¹² Editorial – Precisamos prever o futuro de Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 20 abr. 1971, p. 4.

truir altos prédios no Centro também pensando no futuro. Por saber que o Centro, com sua infra-estrutura antiga, não suportaria essas construções, procurava um meio de fazer uma lei que obrigasse a construir altos prédios somente fora do Centro, conservando o que restava das construções antigas. Seja o futuro de altos prédios no Centro, seja o futuro de prédios históricos conservados, o que os unia eram as práticas no presente, as leis e normas que regulamentariam os comportamentos da população. Para a população que teria que se submeter às disciplinas, o futuro já havia chegado, ele era presente.

Uma segunda idéia encontra-se na insistência sobre a importância de se construir altos prédios no centro da cidade e não em outro lugar. O Centro era considerado o lugar mais importante, onde a modernização devia chegar primeiro. O ato de nomear um lugar como centro da cidade se reveste de significados ligados a acontecimentos e coisas contidas nele. Não é mera coincidência que o lugar denominado de Centro de Cuiabá coincida com o lugar que abrigou por séculos as sedes dos poderes público e religioso. A luta travada anos 80, pela conservação do Centro, parece não ter sido diferente da luta pela permanência dos prédios altos. Ambas ocorreram em nome de uma mesma causa: manter um lugar que, por séculos, funcionou como referencial simbólico do poder.

Mas a conservação parcial do Centro tornou-se uma realidade somente quando se resolveu o impasse. Em 1971 o governo resolveu construir o Centro Político Administrativo (conhecido como CPA) para abrigar o Gabinete do Governador e as principais instituições públicas, centralizando a administração do Estado. A Prefeitura Municipal ficou no tradicional *Palácio Alencastro*, no centro da cidade, enquanto o Governo estadual se deslocava para outro lugar, mais amplo e moderno.

Quando o Centro Político Administrativo começou a ser construído, o jornal noticiou: “Uma nova cidade surgirá dentro dos limites do Município de Cuiabá”¹³. Como modelo para sua construção ainda pensava-se em Brasília. O outro Centro, que ganhava as novas designações de *antigo*, *histórico*, ia deixando de ser o centro para tornar-se mais *um* entre vários que se constituíam na cidade. Todos os esforços para dar ao Centro uma cara nova ainda não haviam sido suficientes. Resistindo às práticas que visavam sua homogeneização, o Centro recusava uma identidade moderna que lhe era imposta. Sua infra-estrutura não suportava o padrão exigido pela modernização. Eco-

13 Construção do Centro Político Administrativo possibilitará o surgimento de uma nova cidade. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 6 mai. 1971, p. 8.

nomicamente e politicamente sua força era enfraquecida por necessidades novas, às quais pensava-se que ele não mais atendia.

Como a modernização de Cuiabá implicava, entre outras coisas, *abertura* da cidade para facilitar a passagem de fluxos, o Centro era visto cada vez mais como um obstáculo. Suas ruas estreitas eram incompatíveis com a quantidade e a velocidade dos automóveis. Congestionamentos eram frequentes, a construção de prédios altos estava limitada. O Centro apresentava-se como espaço labiríntico com seus becos e ruas tortas, guardava mistérios, era opaco, oferecia resistência à cidade disciplinar na qual Cuiabá se transformava.

A construção do CPA seguia o ideal de modernidade pensado para a cidade. Ele seria o lugar da mobilidade, dos espaços amplos, abertos, nos quais as pessoas podiam ser facilmente interceptadas. Dentro de uma visão progressista do tempo, o CPA era o futuro enquanto o Centro identificava-se ao passado. A existência dos dois centros alimentava a visão dualista que era a da modernidade. Pensava-se, assim, estar separando uma coisa da outra quando na prática tudo se misturava. Era no moderníssimo Centro Político que os documentos mais antigos do governo estavam guardados (Arquivo Público), sem falar nas práticas antigas que lá se instalavam junto com os principais órgãos públicos. Construções novas, documentos antigos e práticas antigas, assim se constituía o mais *novo* espaço da cidade.

Por outro lado, o espaço considerado mais *velho* da cidade foi tombado, revalorizado sob novos parâmetros. Modernas técnicas de conservação foram aplicadas, edifícios antigos restaurados, ruas de paralelepípedo viraram calçadas para pedestres. Tudo isso em meio a prédios modernos, a largas avenidas, sinais de trânsito e automóveis velozes. A modernidade fez de Cuiabá um espaço híbrido por excelência. Assim, não apenas edifícios de quinze andares não foram perdidos, como também construções setecentistas foram preservadas.

'The painted jaguar skins of the Bororo'

Gordon Brotherston*

Portrayed with nothing less than admiration by Lévi-Strauss in his *Tristes tropiques* (1955), the Bororo became a prime term of reference for the Structuralists in the late 20th century thanks to their rich corpus of 'mythic' narratives (a useful selection appears in English in Wilbert and Simoneau 1983; = WS). Less known and certainly less studied is the visual rather than oral language deployed by the Bororo in the production of a wide range of artefacts, above all the painted jaguar skins known as Adugo biri in their language. Described and illustrated at length in the *Enciclopédia Bororo* (1962-1976.=EB. See Albisetti), these artefacts are notable for the designs painted on them, which can be highly sophisticated formally and in arithmetical terms (EB vol.1, pp.356ff; 229ff).¹

A superb example of an Adugo biri was included in the *Mostra 500 Anos* in São Paulo (2000); it was collected by Johann Natterer in the early 19th century and taken to Vienna, where it is now housed (Kann & Dorn 2001; Brotherston 2001). Another example is to be found in the Museu Rondon of the Universidade Federal do Mato Grosso in Cuiabá (Catalogue number 89/002.526), which was brought from the Bororo reservation in Córrego Grande, General Carneiro, a few decades ago. As a skin it is distinguished by the fact that the head and claws of the jaguar are still in place at the edges and extremes. The design painted on it bears the name Ikuie Adugo - star, face or eye painting - which relates the arithmetic inherent in it to the night sky (Fig.1a,b).

Jaguar and its skin

The jaguar Adugo plays multiple roles in Bororo cosmogony and society. A figure of fun that can be fooled even by a grasshopper (WS 166), he is

¹ See also Colbacchini, Colbacchini and Albisetti; Crocker. I thank Johannes Neurath for help in finding in preparing this article.

also the founding father of the people. Before the arrival of the 'Brazilians', he was the most feared predator and enemy, and yet can be lover and kin. Intensely telluric, he travels through the sky, and has an undeniable astronomical dimension (Fabian 1992). Involved with all eight clans, he has a special relationship with the 'first' of them, whose name Badajebage Xebeguiuigue is glossed 'constructors of the village' (Fabian 1982:298).

The logic embodied in the Bororos' relationship with Adugo underlies many of their rituals and ceremonies, most of all the celebration known as Barege Ekedodu. Described at length in the *Enciclopédia Bororo* (EB 1:229ff), this 'feast of the wild' is staged to honour the hunter who kills a jaguar single-handed, as a way of compensating the relatives of a Bororo who has recently died ('como retribuição aos parentes de algum finado, por ocasião da morte do mesmo'). It involves feasting, women and men dancing in pairs, songs sung in honour of the jaguar, and the elaborate decorating of the inner surface of its skin. Held at a 45 degree angle, the painted skin is then paraded along the east-west path that separates the moities of the settlement, and kicked from behind. It becomes the focus of the song 'Animal skin that speaks' (Barogo biri batarureu) which plays on the multiple significance of the jaguar adugo.

The skins prepared for this ceremony are the Adugo biri, a term which means both 'jaguar skin' and 'painted skin'. The designs on the inner surface are normally drawn, with the aid of a ruler, in two colours, red and black, obtained from urucu or achiote dye (*nonogo*) and charcoal (*irogodu*). This pair of colours, red and black, is used to distinguish between the Bororo subclans and is said to have adorned the skin, when new-born, of Adugo's twin sons, the Bakororo-doge, who guard the west and east entrances of the settlement. The format characteristic of the Adugo biri designs is a central column with glyph-like units arrayed to either side, which, physically highlighted in the Barege Ekedodu parading of the skin, effectively correlates vertebrate anatomy with the east-west layout of the Bororo settlement. In so doing, it comes brilliantly to exemplify Bororo notions of bodily and social reconstitution, likewise available in the Portuguese term for the feast (refeição; cf. Plitek 1978; Viertler 1991).

The corpus of Adugo biri designs may be read as a small yet highly resonant compendium of Bororo and Amazonian culture more generally. Since they are found elsewhere in the daily life of the Bororo, the designs are as it were framed and re-represented here in the Barege Ekedodu ceremony, as in a reflexive intellectual statement anticipated in the double meaning of

Adugo biri (jaguar/painted skin).² For the Adugo biri lexicon draws on images that adorn musical instruments (*akodo*), textiles (*aroia*), penis sheaths (*ba era*), palm-fibre fans (*bakureu*), and body and face painting in general (*aroe e-tawujedu*, *boe e-ewiwu*); and these images in turn are explicitly acknowledged to have been derived from the markings on the skin, scales and feathers of other species, primarily the jaguar. Hence, the Adugo biri come to epitomise a whole philosophy of origins and social practice, in which the jaguar features large as both founding father and the sky spirit embattled with sun and moon.

Listed as eleven, in alphabetical order, in the *Enciclopédia Bororo*, the actual Adugo biri designs are minutely classified in terms of provenance and clan affiliation.³ Several fall into obvious pairings with respect to skin-cover source and type of patterning. They are all defined by one or other of two suffixes which, though phonetically close as *atugo* and *edugo*, point to categorical difference. Of the eleven listed, eight belong to the first category and three to the second.

atugo: Aije, Aroe eceba oiaga, Aroia, Ato, Bokodori bo*, Enogujeba, Kurugugwa oiaga, Okoge bakororo
edugo: Burego dureuge, Iwara arege, Kogaekogae doge

Heading the *Enciclopédia* list of designs in the first category (*atugo*) is the Ai-je, which adorns the vibrating musical instrument of that name, the 'bull-roarer' (*zunidor* in Portuguese), and it belongs to the Aroroe clan. Its unit consists of a rounded square with an inner fourfold division, quite in the style of a Maya hieroglyph, said to represent the markings on a jaguar skin (Fig.2). It is read as the monstrous roaring sound produced by the instrument in imitation of a large feline (*ai-*). Socially, the fours recall the 4+4 clan structure of the Bororo settlement, to either side of the sun's east-west path, and (in the example given in the *Enciclopédia*) the more complex 12+12 arith-

2 The term has now come to mean writing as such, an analogy also seen in Borges's remarkable story 'La escritura del dios', in which a Maya priests 'reads' a jaguar skin. For other tropical American examples of the painted jaguar, see Schultz 1962, and of jaguar kin, see Sa in press.

3 Given the special significance of the number eleven, in the Adugo sky narrative and on the Natterer skin itself (see below), it is tempting to think that it also signifies as the sum of this list. The existence of designs other than those in the actual *Enciclopédia* catalogue make this unlikely, however: see for example the skin (p.228) that has Iwara Arege motifs in the upper area and Burego motifs in the lower. A preliminary account of rainforest arithmetic is included in Closs 1985

* in two colours, red and black (coreu akirireu & kujagureu).

metic of the sub-clans. In similar fashion, the Aroia design derives (etymologically at least) from textiles and in fact interweaves, in decidedly textual fashion, both *atugo* and *edugo* motifs (the example in the *Enciclopédia* combines Ato with Burego - see below).

The remaining six designs that have the *atugo* suffix fall readily into three pairs, in terms of both form and zoological origin. The tail feathers (*oiaga*) of the Aroe eceba or Xerae (harpy eagle) and the Kurugugwa (caracari hawk), the pair of predators proper to the Apiborege clan who helped Adugo banish sun and moon from the sky, are defined in flag-like units that laterally invert left to right, fall into upper and lower halves (Fig. 3a), and may intimate the principle of diagonal correspondence also basic to the placement of clans and sub-clans within the settlement. The pair of feathered birds is complemented by the carapaced turtle and armadillo (Ato, Bokodori), and two scaly fish (Enogujeba, Okoge). The designs characteristic of each of these further pairs are no less susceptible to the same order of logical and arithmetical analysis, especially the armadillo whose clearly-defined body bands prompted the latinized epithet 'novemcincta' and serve to align countable units horizontally (Fig.3b). Together they invite us to explore the story common to the vertebrate life-forms whose boundary with the world is scale, carapace, feather and, first and last, the fur of the singular jaguar.

The three Adugo biri designs that have the *edugo* rather than *atugo* suffix stand out visually as different from the start. They all have glyph-units that consist of a vertical pair of isocetes triangles touching at their apexes, which gives them an 'X'-like appearance, and which are arrayed horizontally in rib-like rows (Figs.4, 5). In a negative/positive switch, these units may also be the diamond space between these triangles, like those in the Cuiabá skin, which are arranged in vertical columns. They derive from the body and face paintings of the sky spirits: the Burego and Kogaekogae, who revealed the names of the stars, and the Iwara Arege who 'measure' and tell their identities (WS 51-4. *Iwara* may be the rod or ruler used in painting the Adugo biri; in the sky, it aligns the three stars or young herons of Orion's Belt, Bace iwara arege). The "star-painting" name of the Cuiabá skin makes this link with the night sky explicit (Fig.1a).

The triangle units are distinguished one from another by the way they are drawn. The Burego triangles are solid, while the other two types are hatched. In the Iwara Arege design this hatching normally runs along the diagonal formed by the two triangles from lower right to upper left (\); in that of the Kogaekogae it runs along one or other diagonal (\, /) (Fig.6a,b).

The Vienna skin is of the Kogaekogae type (Fig.1b).

According to the *Enciclopédia*, the Bororo have mutually non-exclusive explanations of what the Barege Ekedodu ceremony means, and of the particular significance of the Adugo biri within it (EB 1:235). These explanations belong to shamanic modes of thought, or philosophical traditions, identified in that source by the terms *bari* and *aroe*. The former emphasizes the bargain made with the sky spirits that there be more jaguars to hunt, the beast feared yet desired as anagnorisis. Fully in line with Bororo ideas of reconstitution, the *aroe* version points rather to the material skin that will clothe and protect the soul on its journey beyond death, that will indeed re-embody and re-articulate that soul, complete with head, teeth and claws, necklace and crown, as in the case of thye Cuiabá skin. Hence the visual and numerical interest evinced by the Adugo biri corpus, in the longer story of the vertebrate body and its coverings. Likewise, the central column and anatomical format recall the body-frame thanks to which Meri the sun was able physically to reconstitute his brother the moon Ari, after the latter had been torn apart by Adugo.

Further insight into just these Bororo notions of precedent, numerical and conceptual, is offered in the accounts of how the jaguar became the forefather of the tribe, and how he put the sun and moon to flight. For in his foundational role, Adugo both engenders the hero Twins known as the Bakororo-doge, who clear for the Bororo their space on earth, and matches himself against the celestial bodies of the sun-moon (Meri-doge), and the stars. These stories are told in two sequences, which belong respectively to the terrestrial and celestial registers, and intricately cross-reference.

The first narrative (WS 174-86) concerns the role of Adugo as father of the hero twins Bakororo-doge (Bakororo and Itubore), who rid the world of excessively dangerous beasts. Installed as the western and eastern guardians of the Bororo settlement, these two effectively initiate the system of eightfold clans arranged in moieties: Xera to north, Tugarege to south at the perimeter, and the inverse at the center, in the men's house. Adugo's wife is the daughter of the Bororo hunter Akaruio Bokodori, of the Badajebage Xebeguigue clan, who instituted the feasts held in honour of jaguars (WS 110-1). As we saw, when new born, their twin sons - half jaguar and half human - have fine red and black stripes imprinted on their skin; they also display the double triangle markings of the sky people.

In marrying Adugo, Akaruio's daughter inverts Bororo matrilineal custom by travelling to her husband's home. This home is named by him as the

last of a series of seven caves, and she takes seven nights to get there, sleeping with the occupants of each of the previous caves along the way. Feline (note the *ai* element discussed above) and wolverine, each occupant has progressively less black in his skin, the jaguar having the finest and most variegated skin of all:

- | | |
|--------------------------|--------------------------------------|
| 1 Ipocereu (black tayra) | 2 Ai meareu coreu (black forest cat) |
| 3 Okwa (small wolf) | 4 Rie (big wolf) |
| 5 Aigo (puma) | 6 Aipobureu (jaguatirica) |
| 7 Adugo; jaguar | |

Numerically, and set in pairs as they are, the caves or holes explored by Adugo's bride correspond to the head orifices - the sites of the senses (ears, eyes, nostrils) that she needs fully to identify her future husband, the 'speaker' and owner of the singular mouth (commemorated in the Barege ekedodu song of the 'onça falador'). Moreover, in the classic proportion 7/9, the orifices of the whole body might be insinuated in the penetration of Adugo's bride that goes on in the caves, first thanks to his predecessors, who do not inseminate, and then to him, who does.

The other narrative about the jaguar Adugo (WS 55-6) casts him as the first of eleven creatures, rather than the last of seven, again all vertebrates, who encounter the powerful figures of sun (Meri) and moon (Ari), known jointly as the Meri-doge. These two, sun and moon, have many dealings with jaguars, and each is owner of a decorated jaguar skin made by the other, kept in the areas reserved for the clans Badajebage Xebeguiugue and Badajebage Cobuguiugue (WS 42). Around the village perimeter, these clans occupy the Xera side of the west and east doorways, guarded by Adugo's twin sons Bakororo and Itubore; the finer jaguar skin belongs to the senior twin, Bakororo of the west and the Badajebage Xebeguiugue clan. This clan also has the exclusive right to use proper names based on the words for sun and moon.

In the story of the eleven creatures, Adugo is attacked by the Meri-doge luminaries for having once devoured the moon, an act which obliged the moon's brother, the sun, to reconstruct his body from the remains laid out on a framework anatomy (WS 24-7). The restitutive powers displayed by Meri in this regard enable him elsewhere to endow humans and other creatures with body parts, including teeth and digits.

In being attacked and put to flight, the jaguar Adugo is specifically identified as the father of the Twins, those who guard the horizons between which

Meri-doge are here said to be travelling on their celestial journey. The first three of the eleven creatures that Adugo leads are himself plus two of the four feline cave-dwellers who knew the Twins' mother before he did, an inversion of sequence. There follow six birds, including the eagle-hawk pair commemorated in the Adugo biri, and the heron 'night lord', a known constellation. Then, finally, comes the pair monkey and caiman, designated as 'upper' and 'lower', the caiman (Uwai) also being a constellation. Put to flight, each of the eleven is commemorated in turn in the verse of a song, in subgroups marked by pauses:

1 Adugo; jaguar

2 Aipobureu; leopard

4 Kurugugwa; hawk

6 Toroa; sparrow hawk

8 Bace; heron

10 Aroe pai; monkey

3 Aigo; puma

5 Aroe Eceba; harpy eagle

7 Baruguma; little hawk

9 Kidoe; parakeet

11 Arogwai; caiman

Adugo's eleven, including as they do known constellations, have been proposed as a kind of zodiac (Fabian 1982), and it is the case that that number is repeatedly associated with the night sky throughout tropical America (Brotherston 1992:66-7).

In both stories, Adugo appears with other vertebrates in sequences that involve counting and numerical logic. As the last and then the first, Adugo is singular in each case, in what otherwise tends to be an enumeration in pairs. Then, for their part, these pairs form subgroups according to shifts and pauses in the narrative, and to what we know or are told, here and elsewhere, about their skin covering, diet and habits, and the taboos that govern the hunting of them. Among the eleven, the three felines and the subsequent three pairs of birds constitute a subgroup of nine, to which the final pair, after the shift in location, is added as a kind of coda: the egg-laying caiman and the near-human monkey, 'low' and 'high' in the vertebrate story. As we saw, skin covering (scale, feather, fur) is a principal source of the Adugo biri designs.

Embodied arithmetic

Deriving as they do from a range of natural phenomena and conventionalized social indicators, the Adugo biri designs constitute what demands to be acknowledged as a textual corpus, a series of visual statements that are

framed and reflexive and which intricately cross-reference. Whatever their natural origin may be or have been, the glyph units ranged in them demand to be counted arithmetically in their own right, in sets and groupings that are predetermined by the particular format, and which vary from ceremony to ceremony (compare, for example, the two armadillo Adugo biri in the *Enciclopèdia*, pp.234 and 236).⁴ In this process, there is an obvious play with expectation, in the sense of introducing a variant into an otherwise symmetrical pattern, and with styles of counting, serial and cumulative, and with squaring and multiplication generally.

For example, the Aroe eceba oiaga design that reflects the tail markings of the harpy eagle sets its units either side of the middle column, and in upper and lower areas. Facing left, the units to the left mirror, i.e. laterally invert, those to the right, which face right, and thereby affirm a pattern of diagonal correspondence, upper left to lower right, and upper right to lower left. Yet upon inspection the mirroring proves to be not quite symmetrical, since in the former of the two diagonals the inner vertical line becomes the outer (or vice versa; Fig.3a):

	left	right
upper	4 3	3 3
lower	3 3	4 3 [i.e. not 3 4)

Again, the turtle's carapace Atu atugo (Fig.3 b) establishes a norm of four units in each of four rows in each of four areas (i.e. 4 x 4 x 4 or 4³), only then to modify it in three of the areas - upper left and right, lower right - through the addition of an extra unit in one of the rows (4th, 1st and 3rd respectively):

	left	right
upper	4	5
	4	4
	4	4
	5	4
lower	4	4
	4	4
	4	5
	4	4

⁴ The efforts of outsiders (*barae*) to understand the multiple meanings of the Barege Ekododu ceremony and its artifacts are sometimes satirized during the ceremony itself, in pantomime interludes that feature caricatures of inquisitive early European explorers (EB 1:233).

This kind of logic is taken further in the arrangement of X units in the Iwara arege design (Fig. 5), where the reading is horizontal, across pairs of ribs, three in the upper area and three in the lower. The left side is quite regular, and proposes a pattern of three fives, upper and lower; and the right side is irregular, since two of the six ribs there increase this number to $5\frac{1}{2}$ and another two ribs increase it to 6:

	left	right
upper	5	6
	5	6
	5	$5\frac{1}{2}$
lower	5	5
	5	$5\frac{1}{2}$
	5	5

This means that the lowest total on any one rib is 5 and the highest on any pair is 11. These term numbers are then seen to be developed, to left and right respectively. The fives to the left are counted cumulatively, i.e. through all the numbers up to and including five, to give twice 15 ($1+2+3+4+5$), in what may be called a 'sigma' count, in line with the Greek letter which may indicate this kind of addition (Σ). Meanwhile, the right half produces half the sigma count of the higher number, 11. The sum of the two halves is 63, the product of 7 and 9, the intervening odd numbers between 5 and 11. Hence:

$$\begin{array}{l}
 \mathbf{1]} \quad \text{left: } 2(5 \times 3) \quad = 30 \quad = \Sigma 5 \times 2 \\
 \quad \quad \text{right: } 2(5 + 5\frac{1}{2} + 6) \quad = 33 \quad = \Sigma 11 \times \frac{1}{2}
 \end{array}
 \left. \vphantom{\begin{array}{l} \text{left} \\ \text{right} \end{array}} \right\} = 7 \times 9$$

Beside having a clear elegance in its own right, this formulation invokes ciphers resonant in Bororo culture. The fives to the left are the digits of the hand and foot that Meri formed for earthly humans; the eleven to the right are the bodies led by Adugo that Meri chased from the sky. The intervening 7 and 9 correspond to the orifices of the human head and body.

This is a logic closely followed in the Cuiabá design (Fig. 1a). There, the units in the four areas left and right, upper and lower, are laid out so as to establish a norm of 3 columns of nine diamonds in each, only to break the norm by adding extra units in the lower right area:

upper: 9 9 9 9 9 9

lower: 9 9 9 10 10 9

Corporal as the total of the bodies orifices, nine also belongs to the night sky with respect to both the synodic and the sidereal moon. The phases of the synodic moon have a rhythm of just over 29 nights; yet in sidereal time it takes the moon nearer 27 nights to regain its position relative to a given constellation. (The distinction is clearly registered in tropical American texts, strikingly in the Barasana sky chart which pairs the steps the moon makes along the two respective paths, 29 in that of its synodic phases - a crescent and full moon- and 27 in that of the stars - a star inset into a crescent moon. Hugh-Jones 1983: 187). First of all, in the Cuiabá text nine is the total of synodic moons in human gestation. Moreover, the total of units lower right corresponds to the total of nights in such a moon ($10 + 10 + 9 = 29$). At the same time, the unit totals in the other three areas, which multiply three to the power ($3 \times 3 \times 3 \times 3 = 27 \times 3 = 81$), correspond to the nights of the sidereal moon (27×3) and it is precisely after three such moons that an extra night needs to be added, interrupting the pure progression of 3 to the power, since the actual length of the sidereal moon is more like 27.3 nights. Finally, the overall total of these sidereal and synodic moons, and of the “star” design as a whole, $81 + 29$, recovers the night sky cipher eleven ($110 = 11 \times 10$).

In the Kogaekogae skin now in Vienna (Kann & Dorn 2001. Fig.1b), logic and arithmetic follow the same lines, and there are even coincidences between actual totals and number-groups of units (notably the prime number 11), and between the styles in which they are added (serial, cumulative) and multiplied. Yet this Kogaekogae design is far more complex, thanks in part to its characteristic use of two kinds of differently-hatched X units. Also, here there are eight rather than six pairs of ribs (three upper, five lower), and larger totals that range from 7 on a single rib to 22 on a pair. There are even variant forms of the X unit, and a fraction that is less than half.

Starting with format and distribution of rib totals of X-units, regardless of which type they are, and of fractions, the following Number-Group scheme can be established:

ribs:		totals of X units:	
		left	right
upper	A	8	10
	B	9	11
	C	11	11
lower	D	8	11
	E	10	11
	F	7	11
	G	7	9
	H	9	11

Through simple addition, the grand total of all X units on the 16 ribs is 154. That neither this number nor the framework design is random is immediately suggested by two concomitant formulae. First, the total of the highest and most populated Number Group, 11, exactly equals that of all the other numbers put together:

$$\mathbf{2]} (7 \times 2) + (8 + 2) + (9 \times 3) + (10 \times 2) = 77 = 11 \times 7$$

Second, the grand total is the product of the lowest total on any one rib (left F or G) multiplied by the highest total on any pair of ribs (C):

$$\mathbf{3]} 7 \times 22 = 154$$

In both equations, the main factors are the prime numbers 7 and 11, which serve as lower and upper terms for the full flush of five numbers 7,8,9,10,11, being the only primes in that range. With respect to the skin's material source, they are of course precisely the two primes we saw operative in the Adugo stories of the caves and the sky respectively.

Their clear conceptual resonance in these cases may encourage us to consider in similar terms the intervening numbers, even (8, 10) and odd (9), and further to explore the notion of numerical construction as such, in the prolonged analogy between numbers with their factors and the body with its parts.

Coincident with the format itself (the eight rows of ribs), 8 indicates the number of clans in the Bororo settlement. Doubled to 16 (left A and D) in the binary progression for which Bororo logic is renowned (2..., 2³, 2⁴), it also brings anatomy into play. For in the Barege Ekedodu ceremony, the person who bears the jaguar's skin is also adorned with its teeth and claws, tokens of the body which in the *aroe* reading of the ceremony is to be protected and even recons-

tituted. Multiplying in pure binary progression in the human adult, teeth reach just the total established in the upper right area, that is, 32, or 2^5 (For good measure the total of teeth in a child's mouth, 28, is given in the matching area upper left). As for the human equivalent of the claws, they are correspondingly specified in the other pair of even numbers, the 10s (right A, left E). When strengthening the beaks of birds, Meri goes on to endow humans with their binary sets of teeth, and their decimal sets of fingers (WS 155). Thanks largely to the Bororo, binary logic became the basis for Lévi-Strauss's Structuralism; as for decimals, digits form the base of Bororo counting nomenclature (Fabian 1992:232)

Just as the even numbers correspond to projections of the human body, so the odd number 9 corresponds to its orifices and stands in a special ratio to the 7 of the head orifices. Indeed, just as in the Iwara arege design examined above (1), 9 and 7 here multiply to produce the sum of the intermediary divisible numbers:

$$4] \quad (8 \times 2) + (9 \times 3) + (10 \times 2) = 7 \times 9$$

Finally, the question of surface and dimensions, and how it may relate to the other equation stated above: 7 (lowest total on any one rib) x 22 (highest total on any pair of ribs) = 154 (grand total). When the Adugo biri skin is placed on a human body in the Barege Ekedodu ceremony, its inscribed ribs undergo a lateral inversion: what is left and right for the observer becomes right and left for the wearer. At the same time, the pairs of ribs inscribed on the flat two-dimensional surface curve protectively around those of the wearer. Given the coherence of the arithmetical statement made by the grid design so far, along with the concept of this inversion, it is perhaps not too bold to recall that the formula shown above to produce the grand total of units, $7 \times 22 = 154$, can correspondingly be inverted. For, expressed as $\frac{22}{7}$, or B, it produces a rounding of the ribs into the third dimension, shaping them into the cylindrical thorax shield. An equivalent argument is proposed by Fabian when he speaks of 'squaring the circle' of Bororo space-time (1992:163)

Cross-matching and astronomy in the Kogaekogae design

The analysis made so far of the Vienna Kogaekogae text has been entirely based on Number Groups, on the sheer grouping and distribution of X units within the rib format, without regard for the type of X unit involved. The next stage means distinguishing between the two types of unit it uses, those whose hatching points upwards to either left (= X\) or right (= X/;

Fig.6b). >From the start, we may confirm that, although they are intricately distributed between the Number Groups and to left and right in the upper and lower areas (as we shall see), each of the two types of hatched X unit totals 77, in an exquisite complement to the Number-Group formula established above (see **2**):

$$\begin{aligned} \mathbf{4] X/}: & 7 + 8 + 9 + 10 + 10 + 11 + 11 + 11 = 77 \\ X\backslash: & 7 + 8 + 9 + 9 + 11 + 11 + 11 + 11 = 77 \end{aligned}$$

Overall, the general direction of the hatching in the units (on the exceptions, see below) corresponds to their respective positions on the ribs to right and left in the upper and lower areas, in the diagonal cross that echoes that of the X unit itself.

	left	right	
upper	X\	X/	i.e. \ /
lower	X/	X\	/ \

Introducing a subtle variation, the hatching in one of the five ribs in each of the lower areas fails, however, to cross-match with that of the three in the respective upper area, right to left and left to right, in the pattern established by the X design. The exceptional fifth ribs (left G, right D) highlight the primes 7 and 11, again, and in so doing implicitly associate the X\ unit with seven and the X/ unit with eleven.

ribs:		totals of X units:	
		left	right
		\	/
upper	A	8*	10**
	B	9	11
	C	11	11
		/	\
lower	D	8	/11
	E	10	11
	F	7	11
	G	\7	9*
	H	9	11

* the two outermost X units have inverse hatching in lower and upper triangles respectively

** beginnings of a further X unit innermost (Fig.6c,d)

The association between the two types of X unit, on the one hand, and the primes 7 and 11, on the other, is in fact developed in the actual totals of these units found in the upper and lower areas, diagonally to left and right. For the totals of X\ units to upper left and lower right relate to both the square and the sigma count of the smaller main prime, 7. Completing the pattern, the X/ totals to upper right and lower left give the sigma count of the larger main prime, 11, reaching that total again via squares, and multiples to the power, of all the smaller primes (2,3, 5), as well as the sigma count of the intervening 9. Always adding only like with like, strictly within the four areas of the grid this produces:

6]

	X\		
	left	right	
upper:	$28 = \Sigma 7$		-
lower:	7	42	$= 7 + 42 = 49 = 7^2$
all:			$\Sigma 7 + 7^2 = 77 = 7 \times 11$

	X/		
	left	right	
upper:	-	$32 = 2^5$	
lower:	$25 = 5^2$	11	
	$+9 = 3^2$	—	
	$=34$	11	$= 34 + 11 = 45 = E9$
all:			$34 + 32 = 66 = E11 + 11 = 77 = 11 \times 7$

In other words, the disposition of the two types of X units complements the Number-Group disposition at every stage. What it adds is the notion of cross matching, explicit in the hatching in the two types of units themselves, and which Reichel-Dolmatoff has convincingly related, at one level, to tropical American notions of gender relations between male and female, and human procreation (1981:22). In social terms, it may be usefully compared with the layout and exogamy of the Bororo village, whereby the Xera and Tugarege moieties to north and south are each divided into lesser and greater parts, creating the possibility of more intricate cross-matching (Fig.7). Finally, it becomes the means for expressing the arithmetic of the sky also inherent in this superb example of an Adugo biri.

The Kogaekogae type of Adugo biri identifies those who named the bodies of the sky. For that reason, its complex arithmetic might be expected to invoke those bodies, no less than terrestrial anatomy and clan. As we saw, the reference to the night sky is explicit in the Cuiabá skin “Ikuie adugo”, while the count of its units invokes both the human body and the moon and the night sky cipher eleven. Thanks to the work of Fabian and others, there can be no doubt about the sophistication of Bororo astronomy as such.

Guarded by Bakororo to the west and Itubore to the east, the very axis of the Bororo village commemorates the ‘sun’s path’ (as it is called, Meri etawara; WS 95), travelled by the sun, moon and planets. Over the course of the tropical year, the sun, the brightest of them all, rises and sets, to north and south along the east and west horizons, in positions likewise commemorated in the layout of the Bororo settlement (Fabian 1992:163) and, in the case of the June solstice, in the bonfires of the male initiation ceremony Akiri doge. When viewed in plan, the solstice pattern, widely recognized in tropical American astronomy, is also reflected in the very design of the *edugo* ‘X’ unit. The central or midday moment as such is specified in ‘Adugo’s bride’, when Adugo wrestles with his future father-in-law from dawn until exactly noon:

	northern solstice	southern solstice
sunrise	x	x
	village/noon	
sunset	x	x

Reading the X units as years, on these grounds, alerts us to the unique and striking status of one of the eight rib rows (D). Unlike any other (G includes variant Xs), it has X-units whose hatching always goes in the same direction (X/), on both the left and the right sides. It reads:

$$\mathbf{7] 8 + 11 = 19 \text{ [years]}$$

The formulation could hardly be more resonant in terms of Meri, the sun, and the solar-lunar entity Meri-doge, Adugo’s antagonist. For the synodic cycles of sun and moon first coincide after 8 solar years, which equals 99 lunations (plus almost one night), the period as such being commemorated in the Greek term octaeteris. A yet more exact coincidence occurs after 19 solar years or 235 lunations, the so-called Metonic cycle which in Christendom still serves as the arithmetical basis for calculating the date of Easter

(which falls on the first Sunday after the first full moon after the Spring equinox). In the Kogaekogae design, the first cycle or octaeteris is incorporated into the second (Metonic) cycle as $8 + 11 = 19$.

As the cipher of the sky jaguar, the eleven has multiple resonance in this equation, once again in a style characteristic of shamanism. In the dimension of years, it mediates between 8 and 19 as the equivalent of 136 moons, and in astronomical fact coincides with the sunspot cycle (which the Bororo may or may not be pointing to here). In lunations, it is a factor of the octaeteris, which amounts to 11×9 moons (traditionally, eleven periods of human gestation). Yet again, in the dimension of nights or days, eleven is the epact, that is, the difference between twelve completed lunations (354 nights) and the year (365 days).

Through such ingenious arithmetical statements, the Kogaekogae design commemorates the spirits who hissed their greetings to the stars (*ikuieje*, 'faces', 'eyes') as they appeared rising over the eastern horizon. Appropriately, more detailed analysis of it may reveal yet further formulae relevant to the sidereal moon (in the layout of the 77 X\ units) that is invoked in the Cuiabá skin, and possibly Mercury (Brotherston 2001). For now it is enough to repeat that the genre of texts known as *Adugo biri* in Bororo, of which the example brought to Vienna by Natterer is an especially fine and complex example, demands more recognition as a visual text than it has received hitherto. Deploying and correlating numbers with considerable sophistication, these designs embody paradigms of Bororo culture, while their very format and patterning of variables prompt the desire to understand and decode.

This 'decoding' is best done in the terms the texts themselves propose initially, recorded as they are on the skin of an animal which plays a foundational role in the terrestrial and celestial registers of Bororo cosmogony, and which features pre-eminently in the Barege Ekedodu ceremony: as the Cuiabá skin graphically reminds us, complete with its head and claws, this is when *Adugo biri* are made, paraded and worn. In this way, meaning inherent in the actual performance of the ceremony can be correlated with the key jaguar narratives. This correlation highlights the significance of a logic which is in part but by no means exclusively binary, and of an order of numeracy not normally associated with lowland South America.

- Albisetti, César and Ángelo J. Venturelli. 1962-76. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande. 3 vols
- Aveni, Anthony and Gary Urton (eds.). 1982. *Ethnoastronomy and Archaeoastronomy in the American Tropics*, New York: New York Academy of Sciences,
- Brotherston, G. 1992. *Book of the Fourth World*. Cambridge University Press. Translated as *América indígena en su literatura*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1997
2001. 'Meaning in a Bororo jaguar skin'. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (Universidade de São Paulo) 11: 25-46
- Closs, Michael P. (ed.). 1985. *Native American Mathematics*. Austin: University of Texas Press
- Colbacchini, Antonio. 1919. *A tribo dos boróros*. Rio
1925. *I boróros orientali örarimugudogë del Matto Grosso, Brasile*. Turin
- Colbacchini, Antonio and César Albisetti. 1942. *Os bororos orientais*. Rio de Janeiro: C.E.N.
- Crocker, Jon Christopher. 1985. *Vital Souls. Bororo Cosmology, Natural Symbolism and Shamanism*. Tucson, U of Arizona Press
- Fabian, Stephen M. 1982. 'Ethnoastronomy of the Eastern Bororo Indians of Mato Grosso, Brazil', in Antony Aveni and Gary Urton (eds.), pp.283-302.
1992. *Space-Time of the Bororo of Brazil*. Gainesville: University Press of Florida
- Hugh-Jones, Stephen. 1982. 'The Pleiades and Scorpius in Barasana Cosmology'. In: Aveni and Urton 1983, pp.183-202
- Kann, Peter and Christa Riedl Dorn. 2001. 'Die oesterreichische Brasilien-Expedition 1817-1836, in Wilfred Seipel (ed.), *Die Entdeckung der Welt, Die Welt der Entdeckung*, Vienna: KHM pp.217-255
- Lévi-Strauss, Claude. 1955. *Tristes tropiques*. Paris: Plon
1964. *Mythologiques. Le Cru et le cuit*. Paris: Plon
- Natterer, Johann.1893. *Brasilische Säugethiere. Resultate von J.N.'s Reise*. Vienna
- Plitek, Karl-Heinz. 1978. *Totenkult der Ge und Bororo*. Hohenschäftlarn. Klaus Renner
- Reichel-Dolmatoff, G. 1981. 'Things of Beauty replete with Meaning', *Sweat of the Sun, Tears of the Moon*. Los Angeles: Natural History Museum, pp.17-33

Sa, Lúcia de. In press. *Reading the Rainforest*. St Paul: Minnesota University Press
Schultz, Harald. 1962. *Hombu. Indian Life in the Brazilian Jungle*. Amsterdam: Colibri

Viertler, Renate Brigitte. 1991. *A refeição das almas. Uma interpretação etnológica do funeral dos índios bororo*. USP/ Hucitec

Wilbert, Johannes and Karin Simoneau. 1983. *Folk Literature of the Bororo Indians*. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications



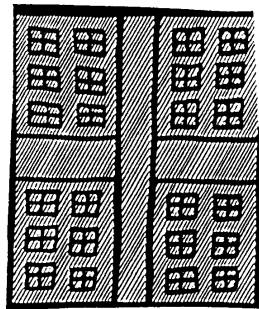
Fig. 1. Adugo biri: a) Cuiabá



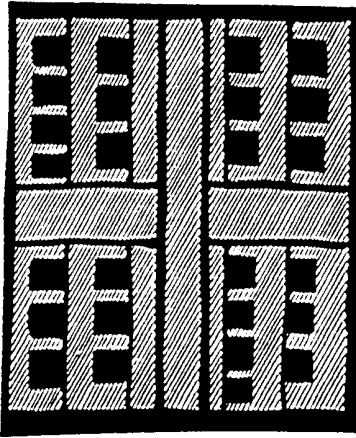
b) Vienna



Fig.2 Aije *adugo*: a) source of glyph unit in jaguar fur

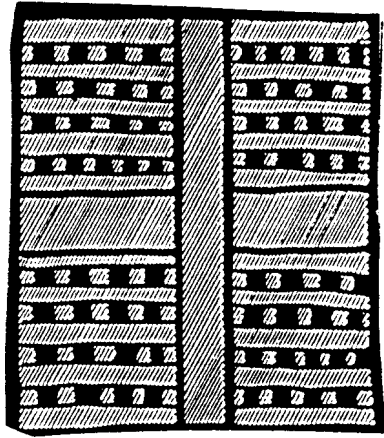


b) typical Adugo biri of Aije type



a) Aroe eceba oiaga (eagle)

Fig.3 Feather and carapace



b) Ato (turtle)

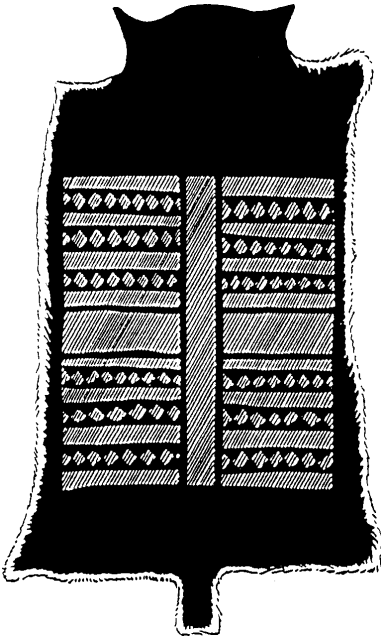


Fig.4 Buregodurege edugo

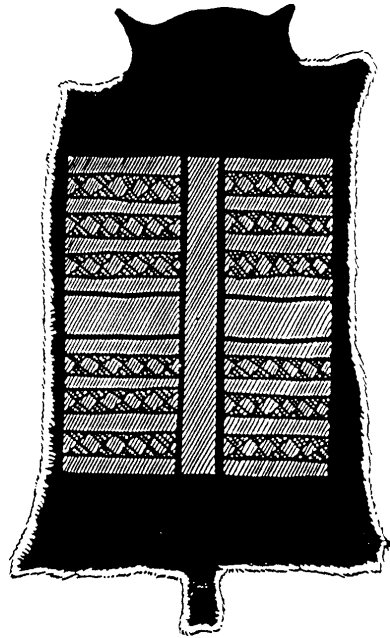


Fig.5 Iwara arege edugo

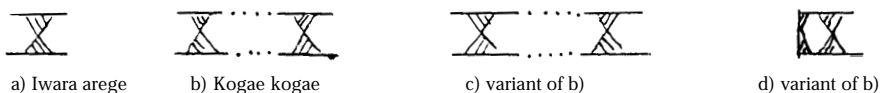


Fig.6 Double triangle or 'X' units

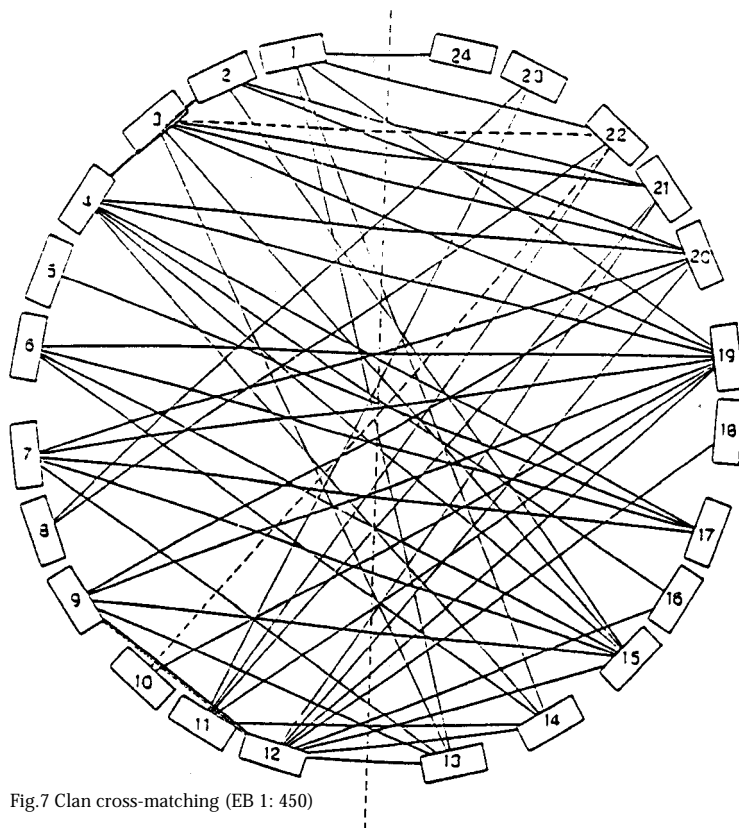


Fig.7 Clan cross-matching (EB 1: 450)

Linha Cheia: união preferenciais

Linha interrompida: união toleradas

Linha dupla: uniões licitas entre membros da mesma metade

Sub-clãs da METADE DOS ECERAE:

1. Baádo jebage cobugiwuge cobugiwuge; 2. Baádo jebage cobugiwuge Boe E-iadadawuge; 3. Baádo jebage cobugiwuge cebegiwuge; 4. Bokodóri Ecerae cobugiwuge; 5. Bokodóri Ecerae Boe E-iadadawuge; 6. Bokodóri Ecerae cebegiwuge; 7. Kie cobugiwuge; 8. Kie Boe E-iadadawuge; 9. Kie cebegiwuge; 10. Baadq Jebage cebegiwuge cebegiwuge; 11. Baadq Jebage cebegiwuge Boe E-iadadawuge; 12. Baadq Jebage cebegiwuge cebegiwuge.

Sub-clã da METADE DOS TUGARÉGE:

24. Páiwoe cobugiwuge; 23. Páiwoe Boe E-iadadawuge; 13. Páiwoe cebegiwuge; 22. Apiborége cobugiwuge; 21. Apiborége Boe E-iadadawuge; 20. Apiborége cebegiwuge; 19. Aróroe cobugiwuge; 18. Aróroe Boe E-iadadawuge; 14. Aróroe cebegiwuge; 17. Iwagudu-doge cobugiwuge; 16. Iwagudu-doge Boe E-iadadawuge; 15. Iwagudu-doge cebegiwuge.

Normas Editoriais

1. *Territórios e Fronteiras*, publicação semestral, divulga produção historiográfica na forma de artigos, traduções, pontos de vista, conferências, notas de pesquisa e reproduz documentos importantes, todos inéditos. Mais especificamente, informa sobre a atuação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.
2. A apresentação de um trabalho para publicação subentende a autorização do autor. A Comissão Editorial pode apresentar os originais ao autor, caso considere necessárias adaptações. Cada autor receberá, sem ônus, um exemplar do número da revista em que saiu publicado seu trabalho.
3. Os artigos deverão ter, no máximo, 30 páginas, digitadas em Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm, em programa compatível com o *Word for Windows*.
4. As notas e referências bibliográficas devem ser numeradas sequencialmente, ao pé de página, sucintas, apenas quando absolutamente necessárias, com indicação completa da obra na primeira vez, não ultrapassando o número de 30, obedecendo o seguinte:
 - 4.1. publicações avulsas (livro, tese, separata e afins): sobrenome do autor, prenome. *Título*. Local: editora, data, indicação de páginas determinadas.
 - 4.2. Artigo de periódico: autor. Título do artigo, *título do periódico*, indicação de volume, número, página inicial e final, data.
 - 4.3. Desenhos, gráficos, ilustrações e tabelas, quando necessários, devem ser apresentados à parte, em papel branco ou vegetal, contendo legenda e local de inserção.
5. Todos os textos serão submetidos a dois pareceristas do Conselho Consultivo. Caso haja um parecer contrário, a Comissão Editorial enviará o trabalho a um terceiro consultor.
6. À Comissão Editorial cabe a decisão da publicação das contribuições recebidas.
7. Todo artigo deverá vir acompanhado de resumo de, no máximo, 100 palavras, do *abstract*, e de três palavras – chave e três *keywords*.
8. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.
9. Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e em 4 vias impressas, com folha de rosto na qual conste o nome do autor, seu endereço completo, a instituição à qual se vincula e algumas informações profissionais (até cinco linhas).

